

**BOLETIM DA
BIBLIOTECA
DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

VOLUME 45 ANO 2014

A Automatização da(s) Biblioteca(s) da Universidade de Coimbra

The Library(ies) of the University of Coimbra automation

COM ENTREVISTAS A MARIA DO ROSÁRIO PERIÇÃO E PAULA FERNANDES MARTINS

CARLA FERREIRA

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
cferreira@bg.uc.pt

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de informatização da(s) biblioteca(s) da Universidade de Coimbra, liderado pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Apesar de cobrir todo o período que vai desde o momento em que os bibliotecários de Coimbra compreenderam as vantagens que o uso do computador traria às várias operações executadas nas bibliotecas (1964) até à implementação do atual Sistema Integrado de Bibliotecas (2003) utilizado pelas dezenas de bibliotecas da Universidade de Coimbra, este estudo acaba por focar com mais relevo os anos 80 e 90, período em que decorreu o estudo, parametrização e implementação dos primeiros sistemas.

Este estudo é, essencialmente, um trabalho de recolha e de compilação de informação dispersa e confinada apenas ao arquivo interno da BGUC. Com ele pretende-se contribuir para a história da informatização das bibliotecas em Portugal, que ainda se encontra por fazer.

PALAVRAS-CHAVE: Automatização; Bibliotecas; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Portugal.

ABSTRACT

This paper aims to describe the process of libraries automation at the University of Coimbra, led by its Main Library. Although this study comprises the whole period since the librarians of Coimbra understood the advantages that the use of the computer would bring to the various operations performed in libraries (1964) until the implementation of the current Library Integrated System (2003) used by dozens of libraries at the University of Coimbra, this study is mainly focused in the 80's and the 90's, during which took place the study, parameterization and implementation of the first systems.

Essentially, this study consists in gathering and compiling scattered information, which was confined to the internal archive of the Main Library of the University of Coimbra. Its main purpose is to contribute to the history of Portuguese libraries automation which is still to be done.

KEYWORDS: Automation; Libraries; Main Library of University of Coimbra; Portugal

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

A automatização das bibliotecas tem início nos anos 60, nos Estados Unidos da América, tendo sido as bibliotecas universitárias e especializadas pioneiras neste processo. Assim, não é de estranhar que, em Portugal¹, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) tenha sido precursora nos estudos para a automatização das suas operações². Quando o fez, no início da década de 70 do século XX³, teve em vista não apenas a sua própria automatização, mas também a de todas as bibliotecas da Universidade (e da Região Centro!). As vantagens desta cooperação sempre foram evidenciadas e declaradas⁴ e nunca a complexidade de gestão de um projecto desta dimensão e nem a amplitude destas operações se sobrepuseram ao precioso contributo que os bibliotecários das várias Faculdades e dos vários Departamentos podiam trazer (e trouxeram) a este projecto⁵.

Entre os primeiros estudos para a automatização da(s) Biblioteca(s) da Universidade de Coimbra e o início da catalogação automatizada decorreram cerca de duas décadas. Este estudo tem como objectivo descrever todo esse processo, focando a nossa atenção nas décadas mais importantes: anos 80 e 90⁶. Pretende-se, com este trabalho, apresentar todo o processo que decorreu entre o momento em que os bibliotecários de Coimbra compreenderam as vantagens que o uso do computador traria às várias operações executadas nas bibliotecas (1964) e a aquisição e implementação do primeiro sistema de gestão bibliográfica (1995).

Para a concretização deste objectivo, foi feito um levantamento bibliográfico (o mais exaustivo possível) que, numa primeira fase, passou pela consulta de todos os números das revistas

- 1 No *Relatório da Comissão Ministerial para o Estudo da Situação Actual e Evolução Futura das Bibliotecas Universitárias* de Julho de 1971 afirma-se que uma das funções das bibliotecas gerais universitárias é o “estudo da informatização e métodos de comunicação”. A BGUC aceitou este desafio prontamente.
- 2 A literatura disponível sobre este assunto faz-nos acreditar que, até 1970, não haveria mais nenhuma biblioteca em Portugal a estudar a informatização das suas operações. Neste ano, foi dado a conhecer, através dos *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* (Cadernos BAD, vol 8 (3) Jul. 1971, p. 121-143), o Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica (divulgado em 1970, junto dos bibliotecários de Angola) controlado e coordenado por um organismo centralizador através de processos automatizados, concebido pelo Dr. Adelino de Almeida Calado. As primeiras notícias sobre o interesse na automatização das operações das bibliotecas da Universidade Nova de Lisboa e da Biblioteca Nacional de que a BGUC tem conhecimento surgem em 1974 (Ofícios 50/437 e 50/438 de 28 de Agosto de 1974). O levantamento bibliográfico realizado para a elaboração deste trabalho também nos permitiu saber que, em 1969, pelo menos o Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade Técnica de Lisboa já pretendia a consignação de verbas para a automação. Segundo as Verbas do Programa de Execução para 1969 do III Plano de Fomento relativas a bibliotecas, arquivos e centros de documentação, de entre as várias instituições do ensino superior, a única que reservou verbas específicas foi o IST: Automação — Experiências pedagógicas; aquisição de bibliografia — 45 contos (Cadernos BAD, vol. 6 (2) Abr. 1969, p. 77-79). Não sabemos, porém, se, nessa altura, já existiam estudos concretos ou um projecto em curso no IST.
- 3 Tendo em conta o contexto político, económico, social e cultural do nosso país e o seu atraso relativamente aos outros países da Europa, saber que, em Portugal, os primeiros estudos sobre a automatização das bibliotecas surgem logo no início dos anos 70 (e não esquecendo, por exemplo, que o primeiro sistema de catalogação partilhada da OCLC surge em 1967 e que o formato MARC II surge em 1968), faz-nos acreditar que os bibliotecários portugueses, particularmente os da região Centro, não estavam entorpecidos, mostrando-se atentos à revolução informática que se estava a operar no campo da catalogação, bem como noutras tarefas levadas a cabo pelas bibliotecas e evidenciando o desejo de trazer essas inovações para as bibliotecas portuguesas. Prova disso, é a viagem feita pelo Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário da BGUC e professor do Curso de Bibliotecário-Arquivista (CBA) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) que, em 1964, se deslocou até aos EUA para se inteirar dos estudos e projectos de automatização de bibliotecas em curso nesse país.
- 4 Ver Mendes (1974, p. 6).
- 5 Numa entrevista dada em 2004 à *Rua Larga*, o antigo Director da BGUC (1988-2004), Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro confessava, relativamente ao projecto de informatização das bibliotecas da UC: “Costumo dizer que se tivesse querido fazer a informatização [apenas] da Biblioteca Geral, teria sido mais fácil, infinitamente mais fácil” (Castro, 2004, p. 47).
- 6 Como este trabalho se apresenta organizado por décadas, não é de estranhar que as décadas de 80 e 90 sejam as mais estudadas, já que foi durante este período que ocorreram os acontecimentos mais marcantes para a história da automatização não apenas da(s) biblioteca(s) da Universidade de Coimbra, como também das bibliotecas portuguesas. Este desequilíbrio na atenção dedicada aos dois períodos temporais quando comparado com as décadas de 60, 70 e o início do século XXI prende-se ainda com um outro factor: a literatura disponível sobre os anos 80 e 90 é muito mais vasta do que aquela que se encontra disponível para as outras décadas estudadas.

profissionais⁷ e das actas dos encontros de profissionais mais relevantes⁸ relativos a este período (1960-2000); numa segunda fase, foi efectuada pesquisa na base de dados do Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIIB/UC) e na Porbase; por fim, numa terceira fase, centrámo-nos no arquivo da BGUC.

Esta recolha bibliográfica resultou num elevado número de publicações com informação relativa aos anos 80 e 90 e num menor número de publicações referentes aos anos 60, 70 e primeira década deste século. Cremos que tal diferença se justifica por duas razões: (i) durante os anos 60 e 70, o processo da automatização das bibliotecas portuguesas estava ainda a dar passos tímidos, pelo que pouco se escrevia sobre um processo que ainda estava a ser estudado; (ii) a utilização do computador como meio de produção e difusão de informação no final da década de 90 e início do século XXI fez com que aquela informação/comunicação interna (e preciosa para a elaboração deste trabalho) relativa à última metade do século XX que encontrámos no arquivo da BGUC passasse agora a estar arquivada em computadores ou em servidores, estando dispersa e, por isso, e em muitos casos, inacessível (ou irremediavelmente perdida)⁹. Não foi nosso propósito alargar a pesquisa aos arquivos de outras instituições, como a Biblioteca Nacional, embora isso possa vir a ser importante para um estudo sobre a automatização das bibliotecas nacionais mais alargado. Deste modo, admitimos, desde já, a possibilidade de existir alguma divergência relativamente a aspectos que aqui são imputados como sendo pioneiros da BGUC e que podem ser atribuições de outras instituições (carecendo, naturalmente, de serem devidamente comprovados, como foi, aliás, nosso cuidado ao longo deste trabalho).

A história da automatização da(s) Biblioteca(s) da Universidade de Coimbra foi feita por bibliotecárias e bibliotecários que cedo revelaram grande sensibilidade e interesse na revolução tecnológica que estava em curso. Por isso, pode considerar-se que em Portugal, estes profissionais da região Centro foram pioneiros nos estudos para a automatização das operações executadas nas bibliotecas. Foram também dos primeiros profissionais portugueses da Administração Central e Local a receber formação em computação e programação. De algum modo, viram para além do seu tempo e do seu espaço, como teremos oportunidade de comprovar. Por essa razão, quisemos falar com os principais intervenientes neste processo, recolher o seu testemunho pessoal e, com ele, completar e enriquecer este estudo. Assim, durante a sua elaboração, mantiveram-se conversas informais com a Dr.^a Paula Fernandes Martins e a Dr.^a Maria do Rosário Pericão que permitiram a recolha de novos dados e de documentação pessoal. Foi-lhes ainda remetida uma breve entrevista que pretendeu, por um lado, esclarecer alguns aspectos relativos a questões mais controversas e, por outro lado, permitir reflectir, à distância de 20 anos, sobre um assunto em que foram participantes activas e comprometidas.

Este estudo é, essencialmente, um trabalho de recolha e de compilação. Pretende comprovar aquilo que presumíamos, mas que por decoro e discrição, não asseverávamos: a BGUC foi, em Portugal, pioneira nos estudos para a automatização das operações levadas a cabo pelas bibliotecas. Com ele pretendemos ainda contribuir para a história da automatização das bibliotecas em Portugal, que ainda se encontra por fazer. Acreditamos que ao explorar e publicar documentação que, até aqui, estava

7 *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, Revista da Biblioteca Nacional e Páginas a & b.*

8 *Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses e Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.*

9 É importante que, de uma vez por todas, as organizações foquem a sua atenção na questão da preservação da informação que produzem e comunicam em formato digital. Manter a informação arquivada num qualquer dispositivo de armazenamento ou num qualquer servidor de *e-mail* não é o mesmo que estar organizada, arquivada, preservada e, por isso, acessível. A necessidade de constituir e manter um arquivo digital é a mesma da era pré-informática, embora os meios sejam agora diferentes. Deste modo, torna-se urgente a definição e implementação de um Plano de Preservação Digital na Biblioteca Geral da UC que se deverá estender não apenas à documentação interna, mas a toda aquela informação em formato digital que se encontra depositada nesta biblioteca (ou por via da digitalização, ou por ser esse o seu formato de depósito).

confinada apenas ao arquivo interno da BGUC, contribuímos para enriquecer esta história. Por isso, convidamos as outras bibliotecas do país a fazê-lo também, só assim a história sobre a automatização das bibliotecas portuguesas pode ser o mais exacta e o menos lacunar possível.

Automatizar? Por quê? Para quê?

Antes da computarização, as tarefas das bibliotecas eram executadas manualmente e de forma independente umas das outras: os catalogadores catalogavam *manualmente* os livros, as fichas eram ordenadas *manualmente* em ficheiros, as requisições de livros eram feitas *manualmente*, tal como o controlo dos empréstimos ou das publicações periódicas. Apesar de muitas das operações das bibliotecas resultarem em tarefas repetitivas que implicavam um acrescido dispêndio de tempo, elas eram necessárias e imprescindíveis à gestão das suas colecções e dos seus utilizadores. A necessidade de tornar a execução de operações como a catalogação e a circulação mais eficiente foi-se agudizando com o aumento do volume documental com que as bibliotecas se depararam a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros projectos para a automatização das bibliotecas surgem nos Estados Unidos da América (EUA), logo no início dos anos 60 com o objectivo de dar resposta a uma série de necessidades impostas pelo novo contexto social, económico e tecnológico. Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados pelos avanços tecnológicos, pelo desenvolvimento económico, pela expansão do sistema educativo, pelo alargamento da investigação científica e consequente explosão documental. Estas inovações e progressos não puderam deixar de sentir-se no seio das bibliotecas e alteraram para sempre a forma como estas passaram a encarar a sua missão e a forma como passaram a executar as suas operações. Perante um volume informacional crescente e nunca antes gerido e perante utilizadores cada vez mais exigentes e ávidos de informação, as bibliotecas rapidamente procuraram tornar as suas operações internas mais eficientes, facilitando o acesso não apenas aos seus recursos, mas também aos recursos de outras bibliotecas.

Apesar de a primeira “mecanização” nas bibliotecas ter surgido nos anos 30¹⁰ do século passado, o interesse pela utilização do computador nas bibliotecas apenas se manifestou nas décadas de 50 e 60 (Rayward, 2002, p. 11). Nesta altura, os tradicionais sistemas manuais utilizados na execução das tarefas das bibliotecas não eram suficientes perante o fluxo documental e perante os novos formatos e suportes de informação com que as bibliotecas tiveram de passar a lidar. Só trazendo as inovações tecnológicas da época para a própria biblioteca ela poderia dar resposta à crise dos seus sistemas manuais. Assim, nesta primeira fase da automatização identificaram-se as operações a automatizar¹¹ — a catalogação e a circulação, foram, desde logo, tarefas prioritárias. Aos anos 60 corresponde, portanto, o período exploratório, em que informáticos e bibliotecários testavam em computadores remotos a automatização de módulos como a catalogação e a forma de criar e partilhar os registos bibliográficos. Não é de estranhar, pois isso, que tenha sido nesta década que tenha surgido o formato MARC que permitia a normalização e a partilha de registos entre bibliotecas. A primeira geração de sistemas caracteriza-se pela integração

10 Em 1936, a biblioteca da Universidade do Texas começou a usar cartões perfurados para gerir a circulação dos livros. No entanto, embora os cartões perfurados permitissem um melhor controlo dos empréstimos, os sistemas de gestão bibliográfica estavam longe de estar integrados e mais nenhuma tarefa foi afectada por esta inovação (Salmon, 1993).

11 As principais operações ou tarefas das bibliotecas eram a catalogação e alimentação de catálogos, a circulação/empréstimo, o controlo das publicações periódicas e a gestão das encomendas e aquisições. Mais tarde, e já com a automatização das primeiras operações, os Sistemas Integrados de Gestão de Bibliotecas passaram a integrar outras funções como o OPAC, o empréstimo interbibliotecário e incluíam funções como a geração de informação de gestão (essencialmente informação sobre as colecções e os utilizadores, relatórios, dados estatísticos,...) e de informação à comunidade.

muito limitada entre os módulos que se estavam a automatizar e pela utilização de *software* e sistemas operativos proprietários, que corriam em plataformas de hardware específicas.

A década de 70 trouxe consigo avanços consideráveis, motivados sobretudo pelo aparecimento dos primeiros manuais sobre a arquitectura e desenvolvimento de sistemas de informação e de directrizes que ajudavam as bibliotecas na selecção do sistema ideal. Foi também nos anos 70 que se começaram a utilizar os microcomputadores *in situ*, em alguns casos ligados entre si. Os sistemas concebidos nesta época continuavam a ser sistemas monofuncionais onde os módulos funcionavam isoladamente. No entanto, os sistemas já corriam em várias plataformas de hardware, permitindo uma maior portabilidade e interoperabilidade.

Com a década de 80 surge a difusão do uso do *personal computer* (PC) que se estendeu também às bibliotecas, permitindo a utilização generalizada do computador e potenciando a melhoria dos sistemas com a automatização de novas operações. Foi, de resto, nos anos 80 que surgiram os primeiros Sistemas Integrados de Gestão de Bibliotecas (SIGB), em que os principais módulos passaram a estar integrados, possibilitando a partilha de informação, eliminando, assim, redundâncias e duplicação de dados e de esforço.

Os anos 90 e o advento da Internet trouxeram a mais preciosa ferramenta de pesquisa: o *Online Public Access Catalog* (OPAC) e revolucionaram a forma de pesquisa nos vários catálogos existentes nas bibliotecas. A rede de comunicações mundial que se estabeleceu com a Internet potenciou a catalogação em linha, a partilha de dados (que resultou em muito da interoperabilidade entre os diferentes SIGB) e o aparecimento das primeiras bases de dados bibliográficos.

A automatização das operações das bibliotecas que, numa primeira fase, pretendeu responder à crise dos sistemas manuais utilizados para a execução dessas tarefas, acabaria por trazer consigo manifestos benefícios económicos para as bibliotecas, consubstanciando-se a máxima de que “tempo é dinheiro”¹². No entanto, talvez o contributo mais precioso da automatização tenha sido ter potenciado a cooperação entre as bibliotecas, com a partilha de dados e com a criação de redes bibliotecas. Esta cooperação foi possível graças a normalização internacional dos registos bibliográficos, à criação de formatos de catalogação legíveis por computador (formato MARC), à interoperabilidade entre os SIGBs e aos catálogos em linha.

Com a automatização das suas operações, as bibliotecas não só se aproximaram dos seus utilizadores, satisfazendo de forma mais eficaz e eficiente as suas necessidades informativas, como também se começaram a relacionar mais estreitamente entre si, através da partilha de registos bibliográficos, do empréstimo interbibliotecário e de bases de dados partilhadas. E, sobretudo, a automatização das bibliotecas aproximou-as de si próprias, potenciando o melhor cumprimento da sua missão e dos seus objectivos.

A automatização da(s) Biblioteca(s) da UC

Quando a 21 de Novembro de 1967 os técnicos da BGUC deram início aos trabalhos que conduziram ao Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra, depararam-se com uma grande diversidade de critérios relativamente à catalogação e até ao tamanho das fichas. A ausência de normalização e uniformização e a inexistência de critérios de actuação comuns tornaram árdua a tarefa de reunir num mesmo catálogo as fichas de uma meia centena de catálogos de bibliotecas dispersas por diferentes Faculdades e Departamentos da UC (Cruz, 1971). Numa altura em que as principais bibliotecas universitárias norte-americanas começavam a conceber os primeiros sistemas de gestão bibliográfica,

12 Operações como a catalogação, a indexação e a classificação de documentos são operações que consomem muitos recursos e tempo. A partilha de registos libertou os profissionais das bibliotecas para o desenvolvimento e execução de outras tarefas.

a BGUC encetava o amplo esforço de criar manualmente um Catálogo Colectivo. Ainda que não o possamos afirmar de forma peremptória, cremos que este desejo de cooperação manifestado em 1967 alimentava já a ambição de motivar as bibliotecas da UC para um projecto mais vasto e mais arrojado: a sua automatização. Tanto é que, quando o Catálogo Colectivo da UC é inaugurado, em 4 de Maio de 1971, os bibliotecários de Coimbra já estavam familiarizados com o termo “automatização”, tendo havido, inclusivamente, algumas acções de formação sobre o tema nos anos em que o Catálogo Colectivo estava a ser alimentado. Corresponde também a este ano a data em que a BGUC reclama pela primeira vez por um projecto nacional de automatização.

Tal como vinha a acontecer nas bibliotecas estrangeiras, a BGUC viu na automatização uma forma de agilizar os sistemas manuais que utilizava para levar a cabo as suas tarefas, mas sobretudo, viu nela um instrumento imprescindível para a cooperação não só entre as bibliotecas da UC, mas também entre as bibliotecas da Região Centro.

Anos 60: os primeiros contactos com a automatização de bibliotecas estrangeiras

A primeira notícia sobre o interesse na automatização das bibliotecas portuguesas de que temos conhecimento surge pela mão do Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário da BGUC e professor do Curso de Bibliotecário-Arquivista da FLUC, em 1965. Na secção “Bibliotecas, Arquivos & Documentação” da revista *Ocidente*¹³, escreveu o Dr. Jorge Peixoto sobre uma “Viagem pelos Estados Unidos da América do Norte”¹⁴ que havia feito de Agosto a Outubro de 1964, e que lhe deu a oportunidade de contactar com alguns aspectos da automatização das bibliotecas naquele país, pioneiro nesta matéria. Podemos concluir da leitura desta notícia que o interesse pela utilização do computador e pela aplicação das suas potencialidades à gestão das principais tarefas levadas a cabo pelas bibliotecas da Universidade de Coimbra (UC) remonta a 1964.

Neste texto, este bibliotecário e professor mostra-se deslumbrado pelas “coisas novas”, “coisas verdadeiramente extraordinárias”, que conheceu, como foi o caso da automatização aplicada à informação bibliográfica:

Como se sabe, esta repousa numa fase mais atrasada: a Mecanização. As operações fundamentais desta assentam predominantemente nos cartões perfurados. Mas é preciso mais. Então, surgem os computadores electrónicos que, tomando por base os dados recolhidos nesses cartões, os armazenam (storage). Os trazem para serem utilizados pelos consulentes (retrieval) e lhes dão uma série de combinações e arranjos, de forma a permitirem encarar o mesmo problema sob aspectos multiformes, aos quais a mente humana só chegaria após longas enfadonhas operações (...) (Peixoto, 1965, p. 207)

Esta viagem por doze cidades norte-americanas (que obrigou o bibliotecário português a percorrer 20.000km!) permitiu ver de perto alguns dos projectos de automatização das bibliotecas mais importantes do mundo, como o da *National Library of Medicine*, em Bethesda, Maryland, que teve início em 1960 ou o projecto da *Documentation Incorporated*, também em Bethesda, que trabalhava para a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) ou ainda a surpreendente *Library/USA*, em Nova Iorque. Este último projecto, que era um centro de informação dirigido pela *American Library Association* (ALA),

13 Vol. 68, (324), Abr., 1965, p. 207-212.

14 No dia 11 de Fevereiro de 1965, o Dr. Jorge Peixoto proferiu na Embaixada dos EUA, em Lisboa, uma palestra sobre a sua recente visita às bibliotecas daquele país (Cadernos BAD, vol. 2 (2), Abr. 1965, p. 133)

dispunha de um computador Univac 490 Real — Time System, onde era permitido armazenar informação à razão de 800 elementos por minuto (Peixoto, 1965, p. 210). Mas o mais surpreendente era o facto de esta central estar ligada pelo telefone e pelo tele-impressor a dois pontos: o Pentágono, em Washington, e a cidade de St. Louis, no centro dos EUA. O pedido de informação, a localização e a impressão dessa mesma informação e resposta levavam 4 e 20 segundos, respectivamente:

A presente tentativa procura demonstrar (...) que no futuro as grandes bibliotecas de informação científica ou centros de documentação, terão todas de dispor de sistemas deste género — sistema de storage e retrieval com os correspondentes sistemas de tele-comunicações — para satisfazerem as mais imediatas necessidades e as transmitirem quase instantaneamente aos locais que as solicitam (Peixoto, 1965, p. 212).

Ainda neste relato, o Dr. Jorge Peixoto dá conta das principais conclusões do relatório sobre a automatização da Biblioteca do Congresso, publicado em 1963, e das críticas de alguns investigadores relativamente a esta matéria. No entanto, e por que tinha uma visão de futuro, o Dr. Jorge Peixoto percebeu que a automatização, embora ainda numa fase experimental, estava já a abrir “novos e espectaculares caminhos à Informação Bibliográfica e às actividades de rotina das bibliotecas. Há, pois, que estar atento às suas conquistas definitivas e procurar aproveitar o muito útil que ela nos virá trazer” (Peixoto, 1965, p. 212).

Apesar desta viagem inovadora e apesar das novidades que dela advieram, a verdade é que não se pode afirmar que com ela se iniciaram os estudos para a automatização das bibliotecas da UC, pelo menos durante a década de 60. No entanto, através da secção de “Comentários e Notícias” dos Cadernos BAD¹⁵ publicados ao longo dos anos 60, foram sendo dados a conhecer alguns cursos que revelam que, no final desta década, os bibliotecários de Coimbra já recebiam (e davam!) formação em computadores e na sua aplicação às tarefas das bibliotecas:

Realizaram-se em Coimbra, na Faculdade de Ciências, cursos da IBM (Programação Fortran). Alguns dos nossos colegas assistiram a esses cursos. (Cadernos BAD, vol. 5 (3), Jul. 1968, p. 114).

Teve lugar de 11 a 30 de Novembro passado [1968], na Faculdade de Farmácia de Coimbra, o I Curso Livre de Farmácia Industrial para pós-graduados (...). Tendo sido solicitada a nossa colaboração para as lições de Documentação (...). Na 2ª lição, “Reprodução de documentos e armazenagem de informação” (...). Apresentámos (...) os diversos processos de armazenagem da informação em fichas perfuradas, fichas synoptic, fichas uniterm, peek-a-boo, cartões perfurados do tipo IBM e Bull e Filmorex. (Cadernos BAD, vol. 6 (1), Jan. 1969, p. 32).

Realizou-se em Coimbra, de 9 a 14 de Dezembro de 1968, um Curso de Actualização de Técnicas Bibliotecónicas e Documentais. Iniciativa da Faculdade de Letras. (Cadernos BAD, vol. 6 (1), Jan. 1969, p. 30-31). Um dos tópicos abordados na cadeira de Catalogação ministrada neste curso foi “Automatização da Catalogação”.

Parece-nos, pois, que no que concerne à automatização das bibliotecas portuguesas, os anos 60, mais concretamente, a segunda metade desta década, foram dedicados ao estudo de experiências estrangeiras, em particular aquelas implementadas nos EUA, e à leitura de informação que vinha sendo disponibilizada sobre esta matéria. É importante também notar que, numa altura em que os computadores começavam a ser utilizados ainda timidamente em Portugal, os bibliotecários de Coimbra já recebiam formação em computação e em programação.

¹⁵ Os *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* foram a primeira revista profissional em Portugal e surgiram em 1963, em Coimbra, impulsionados pelo Dr. Adelino de Almeida Calado e pelo Dr. Jorge Peixoto.

Anos 70: as primeiras experiências e a reclamação de um projecto nacional para a automatização das bibliotecas

Os anos 70 viriam a trazer algumas aplicações concretas dos computadores a algumas operações e tarefas relacionadas com a gestão documental, embora esta década seja marcada sobretudo pela formação de profissionais nestas matérias. Na secção “Comentários e Notícias” dos Cadernos BAD, de Abril de 1970, informava-se que tinha decorrido durante a 1ª semana de Maio na FLUC, “um curso sobre Tratamento da Informação não Numérica, por processos numéricos (...) cujos participantes foram na sua quase totalidade bibliotecários [e] teve a grande vantagem de (...) iniciar nas tarefas básicas de tratamento da informação não numérica de forma a poder-se utilizar o computador, com toda a sua gama de possibilidades, no funcionamento e difusão da informação” (Cadernos BAD, vol. 7 (2), Abr. 1970, p. 118). No início do ano de 1971, ainda nos Cadernos BAD, dava-se conta de no Estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, no primeiro período do ano lectivo de 1970-1971, se terem realizado uma série de cursos extraordinários orientados, entre outros, por dois bibliotecários da BGUC — Dr. Jorge Peixoto e Dr.ª Maria Teresa Pinto Mendes — e por uma professora da Universidade de São Carlos (S. Paulo, Brasil) — Doutora Miriam Zambelli. O tema abordado por esta última convidada foi a “automação da informação científica, com especial referência ao Brasil” (Cadernos BAD, vol. 8 (1), Jan. 1971, p. 23).

Pese embora estes cursos realizados pelos bibliotecários da UC durante o final dos anos 60 e início dos anos 70, não podemos afirmar, de forma peremptória, que o início das diligências para a informatização da BGUC tenha ocorrido antes de 1971. Só no final deste ano começam a ser feitos os primeiros contactos oficiais que visavam alertar para a necessidade de automatizar as bibliotecas portuguesas. Na edição de Outubro de 1971 dos Cadernos BAD, foi apresentado o documento enviado pela redacção dos Cadernos ao Senhor Ministro da Educação Nacional relativo aos textos programáticos do “Projecto do sistema escolar” e das “Linhas gerais de reforma do ensino superior” submetidos a discussão pública. Neste documento, não só se lamenta o facto de, nos dois textos programáticos, não se abordar “o papel a desempenhar pela biblioteca, pelo arquivo e pelo centro de documentação no contexto desses sistemas” (Cadernos BAD, vol. 8 (4), Out. 1971, p. 209), como também se enfatiza que a modernização destes serviços é incontornável e estará para breve:

Uma biblioteca, um arquivo, um centro de documentação têm hoje missões diferenciadas, embora partam de um tronco comum de processos técnicos que pouco a pouco se irão diferenciando conforme os objectivos a atingir. Esses processos técnicos constituem o escopo de ciências altamente evoluídas como a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação — as quais nos levarão, em futuro que não diremos remoto, à Ciência da Informação, à Informática, à Automação e a outros caminhos que paulatinamente iremos trilhando. (Cadernos BAD, vol. 8 (4), Out. 1971, p. 210)

O repto era, assim, lançado pela redacção dos Cadernos BAD e viria a assumir contornos oficiais ainda em Novembro deste ano, quando a BGUC, sob a direcção do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz (1971-1977), efectua diligências no sentido de dar início aos estudos que conduziram à automatização das bibliotecas da UC e reivindica a necessidade de um projecto nacional para o estudo da aplicação dos computadores nas bibliotecas nacionais. Comprovam-no o ofício¹⁶ de 10 de Novembro de 1971 que

¹⁶ No ofício nº 47/461 de 10 de Novembro de 1971 do Director da BGUC ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes mencionavam-se os projectos de realização da BGUC que incluíam o estudo dos aspectos novos que o computador poderia trazer a essa Biblioteca e evidenciava-se a necessidade de um projecto nacional para o estudo da aplicação da automatização aos serviços.

menciona a necessidade de automatização dos serviços e os ofícios¹⁷ que visam conseguir uma bolsa de estudo¹⁸ para que uma das suas bibliotecárias — a Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes¹⁹ — pudesse frequentar um estágio de dois meses no Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos na Universidade de São Paulo (Brasil) com o objectivo de fazer uma preparação e recolher elementos que permitissem o início do estudo da informatização da BGUC. A necessidade de automatização desta biblioteca foi debatida, pela primeira vez, em 1973, numa reunião de bibliotecários da BGUC que teve lugar nos dias 16 e 17 de Julho. Ainda neste ano²⁰ se iniciaram as sondagens para a localização de apoios e iniciativas para sensibilização dos bibliotecários (Mendes, 1984, p. 478).

Os encontros de profissionais que decorrem em 1973 davam conta de que o tema automatização das bibliotecas já não era estranho nem para os bibliotecários portugueses, nem para as entidades com responsabilidade política que aí estiveram representadas. Com efeito, em Lisboa, entre os dias 13 e 15 de Novembro, decorreram, na Fundação Calouste Gulbenkian, as *I Jornadas de Informação e Documentação para o Desenvolvimento*, promovidas pelo Grupo de Trabalho Permanente para a Documentação e Informação Económico-Social (GTPDIES) da Presidência do Conselho com o objectivo de sensibilizar o País para os problemas da informação científico-técnica (Peixoto, 1973, p. 32). Nestas jornadas, foram também apresentados temas, na sua maioria por oradores estrangeiros, que se centraram na discussão da utilização e vantagens do uso dos computadores nas bibliotecas. Das conclusões apresentadas neste encontro, destacamos a conclusão nº 8 “Aproveitamento imediato e progressivo das técnicas postas à disposição pela informática” (Cadernos BAD, vol. 11 (1-2), Jan.-Abr. 1974, p. 42).

No *IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses* que teve lugar, em Coimbra, entre os dias 4 e 7 de Dezembro de 1973, o tema *automatização* não foi abordado em nenhum dos painéis, nem sequer nas conclusões do encontro. No entanto, ele está presente no improvisado proferido pelo Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor José Veiga Simão, na sessão de encerramento do encontro:

Fala-se também que é necessário utilizar os meios modernos e em particular a informática. O Ministério da Educação Nacional tem uma Comissão Consultiva de informática e atendendo ao problema fundamental que a informação desempenha, decidi nomear para essa Comissão Consultiva um bibliotecário-arquivista como representante dessa mesma informação, a fim de que possamos ver as possibilidades imediatas de introduzir a informática os circuitos da Informação do Ministério. (Portugal. Ministro da Educação Nacional, 1974, p. 39)²¹

Ainda neste ano, há conhecimento do projecto (Luanda, Out.-Nov. 1973) de “Automatização dos Serviços do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA): descrição esquemática de um sistema integrado”, concebido pelo Dr. Adelino de Almeida

17 O ofício nº 47/465 de 10 de Novembro de 1971 do Director da BGUC ao Reitor da Universidade e o ofício nº 47/469 de 11 de Novembro de 1971 do Director da BGUC ao Dr. José Savério Lia do Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos na Universidade de São Paulo (Brasil).

18 A obtenção dessa bolsa haveria de ser conseguida, em 1973, através da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (ofícios nº 49/427 de 17 de Julho de 1973 e nº DV//1906/3(39) de 10 de Agosto de 1973).

19 Seria esta bibliotecária que, com a sua persistência, empenho e profissionalismo, haveria de levar a cabo a dinamização e a coordenação do primeiro projecto de informatização da BGUC, determinante para as bibliotecas da UC.

20 Sousa (*apud* Mendes, 1984, p. 478) mostrava-se optimista com a entrada em funcionamento de um computador nas instalações da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC e com a perspectiva da sua aplicação ao serviço de informação e gestão das bibliotecas integradas da UC.

21 Ainda que se trate da automatização dos circuitos da informação do Ministério da Educação e não das bibliotecas portuguesas propriamente ditas, salientamos o facto de, nesta afirmação, se ver reconhecida a importância que representava a integração na Comissão Consultiva de um bibliotecário-arquivista e o facto de os resultados obtidos através desta comissão poderem vir a ser úteis ao processo de automatização das bibliotecas portuguesas.

Calado, antigo bibliotecário da BGUC e, à época, responsável pelo centro de documentação do IICA, que foi apresentado e descrito esquematicamente nos Cadernos BAD, vol. 11 (1-2), Jan.-Abr. 1974, p. 4-20).

Entretanto, nos primeiros meses de 1974, a bibliotecária da BGUC, Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes, frequentou um estágio no Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (Brasil)²². Recém-chegada do Brasil, apresentou um relatório exaustivo desse estágio²³ e ainda o ante-projecto de um plano de trabalhos que conduziria à automatização das bibliotecas da Universidade de Coimbra. Este ante-projecto foi apresentado pela Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes, numa reunião de bibliotecários, por iniciativa da BGUC, que se desenrolou no Laboratório de Cálculo Automático²⁴ (LCA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC). Teve lugar no dia 24 de Abril de 1974, véspera da queda do regime, e desencadeou uma autêntica (e outra!) revolução, agora informática, nas bibliotecas da UC. O interesse que todos os participantes manifestaram e o seu total apoio ao projecto foram animadores. Ficou decidido, nesta reunião: (i) a auscultação da opinião dos directores das Faculdades relativamente a este projecto; (ii) o contacto com o LCA da UC para saber qual o tempo de utilização do computador previsto para os serviços bibliográficos da Universidade e para estudar as possibilidades de colaboração do seu pessoal e as questões relacionadas com o equipamento e utilização do Laboratório; (iii) a iniciação dos bibliotecários em informática aplicada às bibliotecas²⁵. Foi também sugerida a criação de grupos de trabalho para o estudo das diferentes tarefas e tipologia da documentação a tratar informaticamente.

Em Agosto de 1974, o Reitor da Universidade de Coimbra foi posto ao corrente das diligências feitas no sentido de a BGUC executar, a partir de Outubro, o projecto de automatização. No ofício enviado²⁶, solicitava-se que, sancionada a extensão do projecto de automatização a todos os serviços bibliográficos, biblioteconómicos, arquivísticos e documentais da UC, fosse conferido à BGUC o necessário reconhecimento como promotora e coordenadora do projecto.

Num outro ofício da mesma data²⁷, enviado agora ao Director-Geral dos Assuntos Culturais, explicou-se novamente o projecto de automatização e salientaram-se os encargos que a BGUC, por si só, não poderia suportar. Sugeriu-se ainda que a automatização das bibliotecas universitárias em Portugal fosse encarada em conjunto, a nível nacional²⁸, pelo que, no entender dos bibliotecários da BGUC, deveria depender do Ministério do Educação e da Cultura.

Apesar de pioneira, a BGUC nunca quis estar sozinha no processo de automatização das bibliotecas portuguesas. Nesse sentido se deve considerar, numa primeira fase, a abertura do seu projecto a todas as bibliotecas da UC e os contactos informais que manteve com os bibliotecários da Universi-

22 Lembramos que as primeiras visitas ao estrangeiro por parte da Biblioteca Nacional no sentido de contactar com os projectos de informatização de bibliotecas estrangeiras só tiveram início em 1985 (Porbase, 1987).

23 Os materiais relativos a este estágio foram disponibilizados no vol. 11 (3-4) de Jul.-Out. de 1974 dos Cadernos BAD sob o título "Introdução à computação electrónica". O material deste curso de iniciação à computação foi publicado com o objectivo de sensibilizar todos os bibliotecários, arquivistas e documentalistas para os problemas da automatização e para transmitir o mínimo de conhecimentos necessários para qualquer realização neste campo (p. 88-130).

24 Em 1985, foi substituído pelo Centro de Cálculo da Universidade de Coimbra, por Decreto Regulamentar nº 17/85 de 7 de Março. Este novo organismo foi posto ao serviço de todas as instituições dependentes da UC (Mendes, 1984, p. 485). Manteremos a designação Laboratório de Cálculo Automático enquanto descrevermos o período até 1985. A partir dessa data, utilizaremos a designação Centro de Cálculo da Universidade de Coimbra, por uma questão de uniformidade.

25 Em Julho de 1974, já cerca de 25 bibliotecários da UC tinham frequentado o curso de iniciação à informática em serviços bibliográficos e de informação orientado pela Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes. Aliás, por esta altura, bibliotecários de Lisboa e do Porto manifestaram também o desejo de frequentarem este mesmo curso.

26 Ofício nº 50/438 de 28 de Agosto de 1974.

27 Ofício nº 50/437 de 28 de Agosto de 1974.

28 Este desejo tinha já sido anteriormente expresso no ofício nº 47/461 de 10 de Novembro de 1971 do Director da BGUC ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

dade de Aveiro (UA)²⁹, desde 1973, com vista à automatização das operações das suas bibliotecas³⁰. Numa segunda fase, a necessidade de conferir a este projecto um alcance nacional manifestou-se nos contactos mantidos com a Direcção-Geral de Assuntos Culturais através do ofício já citado e através de uma entrevista pessoal, em Outubro de 1974 (Mendes, 1984, p. 480), onde foi apresentada a proposta “Automatização das bibliotecas e dos serviços ligados à informação científico-técnica em geral” (ver Anexo 1), no sentido de se desenvolver um sistema nacional de automatização das bibliotecas portuguesas. Neste documento (e tendo conhecimento de que a Universidade Nova de Lisboa e os Serviços de Catalogação da Biblioteca Nacional haviam anunciado o desejo de automatização dos seus sistemas bibliográficos), a BGUC voltou a insistir na necessidade de criação de um grupo de trabalho que estudasse e promovesse a realização de processos automáticos, de todos os serviços de modo a constituir-se um sistema nacional de tratamento e difusão da informação. Através de um contacto com o Director-Geral de Organização Administrativa, em Maio de 1975, por parte do bibliotecário-chefe da BGUC, Dr. César Pegado³¹, solicitava-se que aquele reconhecesse estar também dentro das atribuições daquela Direcção-Geral promover, de acordo com a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, o estudo da automatização dos serviços biblioteconómicos a nível nacional em que a BGUC estava disposta a colaborar.

Apesar da insistência da BGUC, as diligências desta biblioteca no sentido de se desenvolver um sistema nacional de informatização das bibliotecas portuguesas nesta época não surtiram efeito imediato. Comprovam-no as considerações de George M. Jenks sobre as bibliotecas portuguesas resultantes da sua estadia em Portugal entre Janeiro e Março de 1976³²:

É necessário que em Portugal exista um centro para a investigação biblioteconómica e com especial relevância para a automatização, para que esse inestimável instrumento — o computador — possa ser utilizado em benefício de todas as bibliotecas do país.

Há um interesse e uma preocupação generalizada pelas novas técnicas de automatização. Infelizmente os computadores são dispendiosos (...) por isso poucas bibliotecas têm acesso ao “hardware” necessário para desenvolver os sistemas de automatização. (Jenks, 1976, p. 164)

No entanto, em 1976, aquando do *V Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses* que se realizou em Braga, entre os dias 6 e 9 de Outubro, surgia uma nova esperança para um projecto nacional de automatização das bibliotecas portuguesas. O encontro incluiu uma mesa-redonda sobre “Apreciação e crítica do projecto do sistema de automatização de bibliotecas, arquivos e centros de documentação”, moderada pela Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes, que haveria de ser a primeira discussão nacional sobre a automatização das bibliotecas portuguesas. O debate, que “decorreu animadamente” (Cadernos BAD, vol. 12 (2-4), Abr.-Dez. 1976, p. 210), focou os seguintes tópicos:

29 Era convicção de Calado (1975) que os recém-criados Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (SDUA) não podiam nem deviam isolar-se. Um dos aspectos técnicos em que mais cedo se poderia verificar a cooperação era o estudo da automatização das operações documentais. A estrutura destes serviços foi apresentada em 1976 e a questão da automatização não foi, em momento algum, descurada. Aliás, ela é amplamente abordada, tendo o autor não só identificado as tarefas biblioteconómicas a que podia e devia ser aplicada, como também indicado de que modo a automatização podia também ser aplicada a cada núcleo ou órgão dos Serviços de Documentação da UA (Calado, 1976, p. 143-174).

30 Mais tarde, esta estrutura informal, designada por Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro), havia de ser reconhecida através de um protocolo de cooperação assinado em Janeiro de 1989 entre os reitores das duas Universidades.

31 Ofício nº 51/268 de 12 de Maio de 1975.

32 Este bibliotecário da *Bucknell University* (Pensilvânia, EUA), durante a sua estadia em Portugal, sob o patrocínio dos Serviços Culturais Luso-Americanos, deu formação em Lisboa e Coimbra, tendo conhecido as principais bibliotecas dessas cidades e visitado também as bibliotecas de Aveiro e Porto.

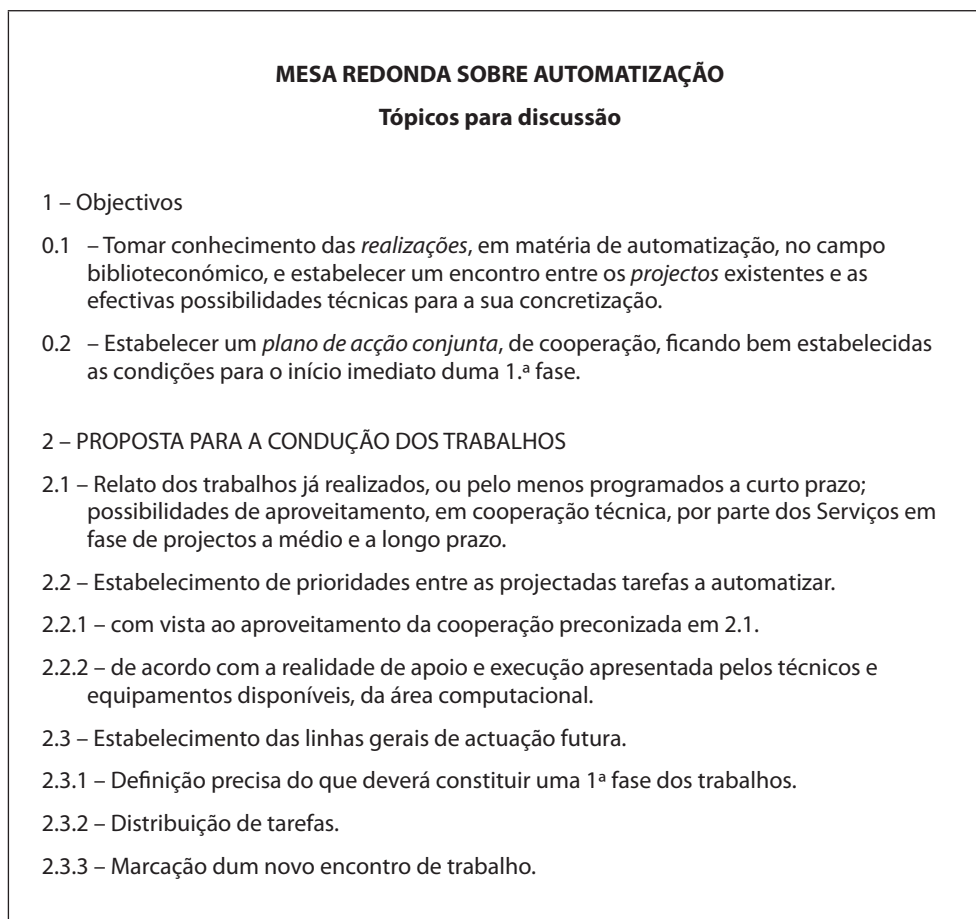


Figura 1 – **Mesa-redonda sobre automatização: tópicos para discussão.**
(adaptado de Encontro, 1976, p. 458)

Nesta mesa-redonda foram também dados a conhecer os resultados de um inquérito feito a estas instituições com o objectivo de saber se estas previam a sua automatização e quando, que tipo de apoio técnico teriam, qual o grau de preparação e sensibilização dos funcionários, que tipo de sistema previam usar (integrado ou não) e que tipo de tarefas pretendiam automatizar (Encontro, 1976, p. 455-456). Houve apenas 30 respostas ao inquérito, que davam conta da existência de 16 projectos de automatização, àquela data, 3 a curto prazo, 9 a médio prazo e 4 a longo prazo. O âmbito da automatização incidia sobretudo na Catalogação e na Gestão de Periódicos e constatava-se que não havia propriamente uma preparação dos técnicos na área da biblioteconomia nestas matérias, mas apenas uma sensibilização ou uma disposição para se deixar sensibilizar (Encontro, 1976, p. 457-458). Desta mesa-redonda saíram as seguintes conclusões:

1. "Necessidade de planear, a nível nacional, os sistemas de tratamento automático da informação.
2. Necessidade de cada instituição definir as actividades documentais que necessitam de ser automatizadas em função do seu domínio de actividade, volume de informação, número e frequência de utilizadores.
3. Necessidade de realização de estudos económicos prévios de organização e métodos sobre as vantagens da automatização.
4. Necessidade de se conhecerem as possibilidades abertas pela utilização de terminais do computador do LNEC³³ e de outros existentes no país, principalmente no âmbito da definição de uma política de apoio à Universidade e Indústria, no tocante à Investigação e Desenvolvimento.

³³ Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

5. Vantagem da integração dos sistemas a utilizar em redes internacionais já existentes, e ao abrigo de acordos bilaterais de cooperação.
6. Constituição de um grupo de informal constituído por:
 - Eng^a Ana Lucas do LNEC;
 - Dr.^a Maria da Graça Lopo, do Centro de Cálculo Científico da Fundação Calouste Gulbenkian;
 - Dr.^a Maria da Conceição Osório, da Biblioteca Nacional de Lisboa;
 - Dr. Adelino Calado, dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro.”
 (Encontro, 1976, p. 31)

Com a criação deste grupo de trabalho informal, seria de esperar que os estudos sobre a automação das bibliotecas nacionais avançassem, agora, de forma mais concertada e célere. No entanto, nos meses (e anos!) que se seguiram não houve notícias da efectivação das propostas para a condução dos trabalhos apresentadas nesta mesa-redonda³⁴.

Perante isto e perante a letargia das entidades responsáveis relativamente a este assunto, a BGUC foi-se conformando com um conjunto de pequenas realizações, como a formação dos seus bibliotecários através de acções de formação e de cursos de iniciação à informática^{35,36}, realizados desde 1974. Em 1976, a BGUC colaborou no processo de informatização da biblioteca do Laboratório de Cálculo Automático da UC, prestando assistência biblioteconómica. Em 1979, elaborou a *Lista de Publicações Periódicas recebidas nas bibliotecas da Universidade de Coimbra*³⁷, com ordenação alfabética e classificada, e passou a gerir por computador a impressão de rótulos para expedição das publicações. Por esta altura, foi também delineado um programa para a informatização do processo de compra de livros e assinaturas de publicações em série, para ser executado em cooperação por toda a Universidade. Em Fevereiro de 1979, o estudo foi terminado, mas faltaram ao Laboratório de Cálculo Automático da UC recursos humanos que acompanhassem a realização do projecto. (Mendes, 1984 ; Sousa, 1987). Estes projectos e experiências realizados pela BGUC foram sempre tornados públicos. Numa reunião de trabalho, organizada em colaboração com a direcção da BAD, a 23 de Junho de 1979, na qual participaram profissionais de várias regiões do país, os principais pontos da agenda foram:

-
- 34 Nas actas do *VI Encontro dos Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, que teve lugar em Aveiro, 1978, não se faz qualquer referência ao grupo de trabalho criado no encontro anterior (talvez porque o tema central deste encontro tivesse sido o NATIS — Sistema Nacional de Informação que se pretendia implementar em Portugal com o objectivo de planificar, coordenar e relacionar a rede nacional de informação com os correspondentes estrangeiros). Também nos números seguintes dos Cadernos BAD não são dadas notícias sobre os trabalhos deste grupo.
 - 35 *Curso de iniciação aos problemas de informatização das bibliotecas* (Julho de 1974), regido pela Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes; *Iniciação à utilização do computador* (Outubro de 1974); Seminário sobre *Bancos de dados*, orientado por J. Chaumier, E. Peters e N. Divory, organizado pela BAD; *Curso de Introdução à Informática* (Junho de 1979), orientado pelo Dr. Carlos Encarnação, analista de sistemas da FCTUC; cursos de programação em FORTRAN IV e COBOL (1975, 1988).
 - 36 Para ilustrar o alcance e abrangência desses cursos, indicamos, a título de exemplo, alguns dos pontos abordados no *Curso de Introdução à Informática* (1979), orientado pelo Dr. Carlos Encarnação: introdução geral à informática; os computadores e as bibliotecas; problemática da utilização dos sistemas de computadores nas bibliotecas; aplicação dos computadores aos vários sectores das bibliotecas (processamento de dados administrativos; sistema de aquisições; sistema de produção de catálogos e índices; sistema de publicações periódicas; sistema de controle de circulação; empréstimo entre bibliotecas; serviços de informação automatizados (Cadernos BAD, vol. 13 (2), Jul.-Dez. 1977, p. 223).
 - 37 Ainda neste ano, esta lista haveria de alimentar o Catálogo Colectivo das Publicações Periódicas editado pelo Centro de Documentação Científica e Técnica (CDCT) do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Publicado desde 1948, este catálogo era muito importante porque elencava as publicações periódicas existentes no país, tendo como objectivo facilitar o acesso a essas publicações e gerir as assinaturas de forma mais racional. Começou a ser elaborado por meios informáticos em 1977, o que facilitou, em muito, a publicação e actualização desse catálogo. A edição de 1979 contou com a colaboração das bibliotecas da UC que forneceram uma banda magnética com o respectivo catálogo colectivo (BAD, 1988, p. 30-32).

1. Autorização [sic] de bibliotecas
 - 0.1. Relato das experiências realizadas em Coimbra pelas bibliotecas universitárias em colaboração com o Laboratório de Cálculo Automático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
 - 0.2. O relatório apresentado por J. W. Jolliffe da sua missão em Portugal em Novembro de 1978. Perspectivas de trabalho futuro.

(Cadernos BAD, vol. 13 (2), Jul.-Dez. 1977, p. 230)

O relatório aí mencionado resulta da presença de J. W. Jolliffe, da *Bodleian Library of Oxford*, em Portugal, em 1978, como consultor da Unesco para o estudo da informatização da bibliografia nacional. Durante a sua estadia em Portugal, este especialista esteve na BGUC onde contactou com as diligências tomadas por esta instituição no sentido da informatização das suas operações. No relatório publicado, J. W. Jolliffe, apesar de aconselhar a BGUC a prosseguir com as experiências isoladas e limitadas, considerou ser cedo pensar num projecto nacional ou mesmo da Universidade.

Neste mesmo relatório, Jolliffe salienta a importância da BN, do LNEC e da UC no processo de informatização das bibliotecas portuguesas e recomenda a criação de um grupo de trabalho com elementos das três instituições para a informatização do *Boletim de Bibliografia Portuguesa*. A 24 de Maio de 1979, é criado, por despacho do Secretário de Estado da Cultura³⁸, um grupo de trabalho que tinha como objectivo a elaboração de um diploma que institucionalizasse a informatização dos serviços das bibliotecas e serviços afins que não sobreviveu mais do que o tempo de duas reuniões (Mendes, 1984, p. 482). Nestas reuniões, a posição da BGUC sempre foi clara relativamente à dimensão nacional que devia ser dada ao projecto, uma vez que nunca se esclareceu se a automatização seria utilizada unicamente na produção do *Boletim de Bibliografia Portuguesa*³⁹ ou se seria encarada a nível nacional⁴⁰.

A década de 70 haveria de ser encerrada com a realização do *VII Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, nos dias 14 a 17 de Novembro de 1979, em Lisboa. As actas desse encontro certificam que, em dez anos, pouco ou nada se avançou no desígnio de informatizar as bibliotecas portuguesas, encetado pela BGUC. A discussão iniciada no *VI Encontro, Aveiro — 1978*, em torno do NATIS — Sistema Nacional de Informação, que continuava por implementar, estendeu-se a este *VII Encontro*. De relevante para a história da informatização das bibliotecas portuguesas, apenas salientamos a realização, neste encontro, de “demonstrações de pesquisa bibliográfica “on-line” através de um terminal de computador, instalado pelo Centro de Documentação Científica e Técnica do Instituto Nacional de Investigação Científica”⁴¹ (Encontro, 1978, vol. 1, p. 8).

Podemos concluir que, desde o primeiro curso sobre o “Tratamento da Informação não Numérica, por processos numéricos”, realizado em Abril de 1970 na Faculdade de Letras da UC, até ao Curso de Iniciação à Informática, em Junho de 1979, e apesar de ter havido uma evolução nos conteúdos dos cursos — agora mais vocacionados para bibliotecas e bibliotecários —, não podemos afirmar que tenha existido, em Portugal, um estudo ou projecto nacional para a informatização das bibliotecas portuguesas. O que existiu, durante esta década, foi um conjunto de realizações e experiências isoladas e desligadas entre si, que, pelo menos por parte da BGUC, foram

38 Tentámos localizar este despacho, mas foi-nos impossível, apesar de este despacho vir citado em Mendes, 1984, p. 482.

39 Segundo Jolliffe (1978, p. 11), as discussões preliminares para a utilização do computador para a produção do *Boletim de Bibliografia Portuguesa* entre a BN e o LNEC tiveram lugar, pela primeira vez, neste ano.

40 Acta da reunião do dia 7 de Novembro de 1979 (documento interno) (UCBG, 1979).

41 “O acesso a serviços automatizados de pesquisa da informação iniciou-se, em Portugal, em 1977 no Centro de Documentação Científica e Técnica (CDCT) do Instituto Nacional de Investigação Científica (BAD, 1988, p. 38).

sendo dadas a conhecer. Para esta situação contribuiu a falta de apoio institucional e a ausência de um projecto nacional para a automatização das bibliotecas reclamado, desde 1971, pela BGUC:

A década de sessenta foi marcada pela revolução informática que cedo atingiu as bibliotecas dos países mais desenvolvidos. Em Portugal, atendendo ao significativo atraso tecnológico com que o país se tem confrontado, a necessidade do recurso a meios automáticos nas bibliotecas apenas se fez sentir na década de setenta, mais precisamente a partir dos anos de 1973 e 1974. Reconheçamos, hoje, que ainda muito a tempo, caso, a nível institucional, se tivesse tomado consciência das preocupações que os bibliotecários denunciaram e se tivessem assumido as responsabilidades inerentes. (...)

A este alheamento, somaram-se as contingências de mudança política que se operou no país. Por razões compreensíveis, estas questões não se enquadravam no elenco das prioridades e pela escassez dos meios materiais e apoios institucionais para projectos de maior fôlego, de âmbito nacional, regional ou simplesmente universitário, mais não pôde fazer-se do que continuar acantonado em experiências limitadas e isoladas. (Pericão, 1991a, p. 2-3)

Anos 80: SIIB/Centro e a Porbase

A década de 80 foi uma década marcante para a informatização das bibliotecas portuguesas, em geral, e para a informatização da BGUC, em particular. Neste período, primeiro, sob a direcção do Prof. Doutor Luís de Albuquerque (1978-1987) e, depois, do Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro (1988-2004), deram-se “grandes passos fundamentais para o futuro da biblioteca, sobretudo, no que toca à modernização dos seus recursos técnicos, à conversão dos seus métodos de trabalho e à definição da sua função, quer no contexto da Universidade como instituição de apoio à investigação e ao ensino, quer no plano da comunidade extra-universitária” (UCBG, 1986c). Foram, pois, anos de trabalho intenso desenvolvido no âmbito do projecto de informatização das bibliotecas da Universidade (projecto que, dentro das suas atribuições legais, a BGUC desencadeou e liderou, contando, para isso, com a decidida compreensão e colaboração das várias Faculdades e Serviços, tanto através dos seus órgãos directivos, como dos seus bibliotecários e técnicos) e do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro).

O início dos anos 80 é marcado pela execução de pequenas realizações como listagens com índices⁴² das teses francesas, produzidas informaticamente entre 1982 e 1985 com a colaboração do Laboratório de Cálculo Automático da UC. No entanto, e apesar de o LCA, na pessoa do Dr. Carlos Encarnação, se ter revelado um verdadeiro parceiro da BGUC na informatização de alguns dos seus processos, a colaboração com o LCA cessaria devido à falta de pessoal neste organismo.

A BGUC continuava, porém, apostada na modernização dos seus serviços. Para isso, desenvolveu esforços a vários níveis, estando, em 1984, um grupo de técnicos superiores a trabalhar activamente na planificação de um projecto com esse objectivo, novamente em estreita colaboração com o LCA. No relatório anual desse ano, a BGUC manifestava, mais uma vez, o desejo de se assumir como responsável pela informatização dos Serviços de Documentação da UC (UCBG, 1984), coordenando o seu plano de actividades.

42 Estas listagens serviam simultaneamente de livro de registo e de boletim de divulgação onde as teses apareciam descritas através do formato ISBD e organizadas por assunto, de acordo com a CDU. Os índices de autores e de Faculdades também funcionavam como importantes ferramentas de pesquisa.

As diligências da BGUC ao longo dos últimos quinze anos só haveriam de começar a produzir frutos a partir de 1985, com a formalização dos contactos estabelecidos anteriormente e com a assinatura de protocolos. Assim, em Maio deste ano, “a BGUC toma a iniciativa de contactar, oficialmente, todos os Presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades da Universidade de Coimbra para darem o seu aval a um projecto de cooperação e de permitirem a colaboração dos Bibliotecários nos estudos tendentes à criação de um único sistema informático que pudesse englobar todas as Bibliotecas das Universidades de Coimbra e de Aveiro” (Pericão, 1992, p. 164), que emitiram opiniões muito favoráveis e úteis.

Os encontros nacionais de bibliotecários que ocorreram durante este ano serviram para que a BGUC se inteirasse dos projectos de informatização em curso. No *I Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, realizado no Porto em 1985, onde a BN assinou um protocolo com o Ministério das Comunicações para promover a sua informatização, foi manifestado pelo Director da BN à Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes o interesse e necessidade de cooperação com a BGUC (Mendes, 1984, p. 487). Nas *III Jornadas das Bibliotecas Universitárias*, realizadas em Aveiro, a BGUC, por intermédio do Dr. Motta de Sousa, inteirou-se do projecto de automatização dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho e defendeu a necessidade de coordenação de esforços e de aproveitamento de experiências (UCBG, 1986c). Por esta altura, eram várias as questões que se colocavam aos representantes do Projecto de Informatização das Bibliotecas da Universidade de Coimbra: que *software* utilizar? aproveitar o apoio que a Unesco oferecia para a aplicação do seu sistema Mini-Micro CDS/ISIS? conceber um *software* próprio? aguardar pelo início dos trabalhos da BN?...

Em Novembro de 1985, “a Biblioteca Nacional comunicou, a representantes das bibliotecas beneficiárias do Depósito Legal, as linhas gerais do seu projecto de automatização do tratamento técnico da bibliografia portuguesa. Mais tarde e por esforços de convergência, este projecto haveria de suscitar parecer favorável, tornando-se extensivo à bibliografia estrangeira, de que as Bibliotecas Universitárias deste país são tradicionais depositárias. Para esse efeito, a BN assumiu a responsabilidade de promover estudos para a criação e desenvolvimento de uma Base Nacional de Dados Bibliográficos a que, posteriormente, deu o nome de PORBASE. Concluía-se, deste modo, que a cooperação com a BN encetada em 1967 pela BGUC, enquanto líder do Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra, no sentido de alimentar o Catálogo Colectivo Nacional, iria assumir uma nova forma, tornada possível pelos novos meios de tratamento informático e pelos novos suportes de informação” (Pericão, 1992, p. 164-165).

No início do ano de 1986, a BGUC apresenta o seu projecto “Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e da Região Centro”⁴³ ao Reitor desta Universidade (UCBG, 1986a), que desde logo, mostrou o seu interesse e apoio ao projecto. Surge também, nesta altura, a oportunidade da BGUC se candidatar ao apoio do FEDER com este projecto, cujo objectivo seria a informatização do Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra e a alimentação, sob esta nova forma, do Catálogo Colectivo Nacional em vias de ser concebido pela Porbase (UCBG, 1986b). Esperava-se, portanto, uma frutuosa relação de colaboração entre a BGUC e a Porbase que viria a ser formalizada com um protocolo assinado entre a BN e a UC, por intermédio da BGUC, a 28 de Abril de 1986, a fim de desenvolver coordenadamente esforços para proceder à instalação na Biblioteca Nacional e nas bibliotecas cooperantes do equipamento e programas necessários à constituição da Base Nacional de Dados Bibliográficos. Esses meios deveriam ser utilizados numa base cooperativa e de partilha dos recursos técnicos e humanos existentes. O objectivo final do protocolo era criar, manter e desenvol-

43 Segundo Pericão (1992, p. 165), “em Janeiro de 1986, os Bibliotecários das Universidades de Coimbra e de Aveiro e de outras Bibliotecas da Região Centro decidem criar, informalmente, uma estrutura que, do ponto de vista organizacional, pudesse acolher todas as bibliotecas da região interessadas numa cooperação interinstitucional, promovesse a formação técnica e informática e, obviamente, fomentasse os estudos técnicos e indispensáveis a um projecto desta natureza, beneficiando, por outro lado, dos apoios logísticos e de natureza material que só uma grande biblioteca como a BGUC podia disponibilizar. Dava-se, assim, corpo a uma estrutura mais tarde designada por Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro)”.

ver uma Base Nacional de Dados Bibliográficos a partir dos respectivos fundos documentais. Como cooperante da Porbase, a BGUC manteve-se sempre na primeira linha do esforço que o projecto de informatização generalizada das bibliotecas do país representou (UCBG, 2010).

Estavam, pois, lançados os alicerces para que a informatização das bibliotecas portuguesas, pudesse, finalmente, ser efectivada. Havia passado uma década e meia desde que a BGUC formalizara a intenção de automatizar as suas tarefas, mas só agora, com o acordo de cooperação com a BN, esse desígnio podia avançar com passos firmes, pois, até 1986, muito pela falta de um projecto nacional de colaboração, o estado da informatização das bibliotecas portuguesas era desalentador:

Todos sabemos que podemos contar pelos dedos as bibliotecas que possuem tarefas automatizadas, no nosso país. (Paiva, 1985, p. 305)

Embora algo se tenha feito em Portugal, os projectos ou medidas não resultaram de uma clara política de informação, mas da iniciativa de algumas entidades isoladas, o que, como é óbvio, ocasiona desaproveitamento de esforços. (Nunes, 1985, p. 131)

O *Ponto da Situação da Aplicação das Novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal*, efectuado pela Comissão das Comunidades Europeias (CCE) com base em dados de 1986, também conhecido por LIB2, haveria de corroborar estas afirmações. De facto, até esta data, apenas algumas bibliotecas especializadas utilizavam o computador, sendo que, esta ferramenta não era, até 1986, utilizada em nenhuma biblioteca pública. A situação nas bibliotecas universitárias era semelhante, havendo apenas alguns projectos, tendo este relatório destacado o projecto da BGUC. A BN ainda não tinha um catálogo automatizado, apesar de existir um projecto para a construção da base de dados nacional com a colaboração de outras bibliotecas. Relativamente à utilização de bases de dados em linha, o uso deste serviço de recuperação de informação era, até 1986, esporádico, resumindo-se a um total de 30 horas de conexão por mês e apenas estava disponível em 38 bibliotecas portuguesas (BAD, 1988, p. VI-VII e p. 11). As principais razões apontadas para esta situação prendiam-se com a falta de apoio financeiro e a falta de uma política nacional de cooperação.

LIB2: Ponto da Situação da Aplicação das Novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal

Vale a pena analisar mais detalhadamente o LIB2, sobretudo os pontos que se relacionam directamente com o tema em apreço. O relatório baseou-se em dados estatísticos, em material bibliográfico e em contactos institucionais. Analisaram-se 556 bibliotecas: 1 Biblioteca Nacional⁴⁴ (A); 167 bibliotecas universitárias (B); 103 bibliotecas públicas (C); 195 bibliotecas especializadas da Administração Central (D) e 90 bibliotecas especializadas privadas (E) e, relativamente à sua automatização, verificou-se que:

... as experiências de automatização de catálogos e de rotinas de gestão são mais frequentes no grupo das bibliotecas especializadas, sendo insignificantes no grupo das bibliotecas universitárias e nulas nas bibliotecas públicas. (BAD, 1988, p. 11)

44 "Sob a designação de Biblioteca Nacional, consideramos apenas a única instituição portuguesa que realmente desempenha as funções inerentes a esse tipo de biblioteca, embora a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Municipal do Porto tenham, em determinados períodos, desempenhado essas funções" (BAD, 1988, p. 7-8)

Tipo	Catálogos		Aquisições		Empréstimo		Outras		Acesso a BD		Totais	%
	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P		
A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100
B	4	4	0	3	0	3	0	1	3	0	18	9
C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D	17	2	0	3	3	3	6	2	14	0	50	25
E	10	0	3	1	3	2	7	0	21	0	47	52
Total	31	7	3	7	6	8	13	3	38	0	116	22

O — Operacional P — Em projecto

Figura 2 – **Aplicações informáticas existentes nas bibliotecas portuguesas em 1986**

(adaptado de BAD, 1988, p. 11)

Apesar de o número de aplicações informáticas nas bibliotecas não ser muito significativo nesta altura, o relatório destaca algumas experiências bem sucedidas e alguns projectos significativos: (i) a criação da Base de Dados dos Periódicos existentes nas bibliotecas portuguesas; (ii) a constituição de uma base de dados bibliográficos na Biblioteca Nacional, prevendo a colaboração de outras instituições, nomeadamente as bibliotecas universitárias; (iii) a criação de um sistema integrado de informação bibliográfica para apoio ao desenvolvimento regional da zona Centro, com base na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BAD, 1988, p. 12).

No que diz respeito às bibliotecas universitárias, o relatório é categórico: “possuem alguns dos fundos mais importantes do país (...) [e] em termos de pessoal qualificado, pode igualmente afirmar-se que é o sector mais bem apetrechado” (BAD, 1988, p. 25). No entanto, apenas existiam quatro bibliotecas com projectos de automatização de catálogos e duas com catálogos automatizados de pequena dimensão. Apenas três bibliotecas tinham acesso a bases de dados em linha.

Também aqui, a justificação para esta situação aparece associada aos escassos meios financeiros colocados à disposição destas bibliotecas e à inexistência de esquemas cooperativos, embora se volte a destacar o projecto do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica, coordenado pela BGUC (BAD, 1988, p. 25).

Só a criação de uma Base Nacional de Dados Bibliográficos, assente num projecto de cooperação entre a BN e as bibliotecas cooperantes, poderia modificar esta realidade sombria e o atraso que a informatização das bibliotecas portuguesas levava em relação às bibliotecas dos países desenvolvidos. De forma a minimizar este atraso, a “BN, para atingir os objectivos a que se propunha, empenha-se, ao longo dos anos de 1986, 1987 e 1988, na definição dos parâmetros orientadores da informatização das bibliotecas portuguesas, nomeadamente, (...) na escolha técnica do formato UNIMARC como formato privilegiado para a troca nacional e internacional de registos bibliográficos, perante a ausência e talvez o despropósito da criação de um formato nacional; na adopção do Programa da UNESCO Mini-micro CDS/ISIS, sobre o qual são elaboradas as necessárias parametrizações para o manuseamento daquele formato e para as operações de tratamento técnico e de pesquisa da informação, o que vem a traduzir-se em sucessivas versões PORBASE que, numa primeira fase, a BN distribui gratuitamente a um elevado número de bibliotecas portuguesas; na adopção da Norma ISO 2709; na fixação dos níveis de descrição bibliográfica para a bibliografia estrangeira e de outros princípios técnicos; e, finalmente, no estabelecimento de normas de cooperação com a futura Base Nacional de Dados Bibliográficos” (Pericão, 1992, p. 165-166).

A primeira fase da informatização das bibliotecas da UC e da região Centro viria a acontecer em 1987, com a distribuição do programa Mini-Micro CDS/ISIS (versão 1.0 da Porbase). A assinatura do

protocolo de cooperação entre a BN e a BGUC trouxe vantagens imediatas ao projecto SIIB/Centro, coordenado pela BGUC:

- a) ... *esteja-se ou não de acordo com as escolhas da BN naquele momento, é indiscutível concluir que estavam criadas as condições que, a curto prazo, haveriam de permitir que fosse dado o passo intermédio, mas decisivo e já irreversível, para a automatização de uma das funções mais importantes do circuito do documento — o tratamento técnico da catalogação, da indexação e da classificação — que, por sua vez, iria possibilitar aos utilizadores a pesquisa bibliográfica.*
- b) *Destes significativos benefícios, à escala nacional, de que têm vindo a usufruir utilizadores e profissionais das bibliotecas, é justo atribuir os méritos e reconhecer à BN, e aos seus técnicos mais destacados, os enormes esforços e a grande influência nesta nova etapa da vida das bibliotecas portuguesas, pesem embora as dificuldades iniciais e os acertos constantes, os sinuosos caminhos da cooperação e o excessivo protagonismo técnico e normativo em decisões que deveriam ter sido mais partilhadas e mais ajustadas à realidade portuguesa ou, no mínimo, à realidade universitária.*
- c) *A adopção do mesmo programa, do mesmo sistema operativo, e do mesmo formato constituiu uma oportunidade quase única de sensibilização, de formação, de normalização e de compatibilidade. Condições que foram determinantes para o arranque informático, tanto mais que se traduziram numa solução económica e de alguma facilidade para a memorização de registos e pesquisa bibliográfica, o que é necessário reconhecer e realçar e que só o Projecto PORBASE pôde viabilizar e acelerar.* (Pericão, 1992, p. 167)

Durante a 1ª fase da informatização das bibliotecas da UC e da região Centro, os bibliotecários da BGUC coordenaram e impulsionaram uma série de formações⁴⁵ intensivas de bibliotecários e técnicos profissionais das bibliotecas de Coimbra, da zona Centro e, até, do Norte do país, com a colaboração de docentes do Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), sediado na Faculdade de Letras da UC e, posteriormente, de membros da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Por esta altura, a BGUC apoiou várias bibliotecas da UC com recursos humanos, materiais e equipamento informático, que só foi possível através do aumento das verbas do PIDDAC⁴⁶, nos anos de 1987, 1988 e 1989, solicitadas expressamente para o projecto de informatização⁴⁷ (UCBG, 2010).

Em 1988, deu a BGUC início à catalogação automatizada, em estreita colaboração com a PORBASE, através das versões Porbase do programa Mini-Micro CDS/ISIS. No entanto, e apesar de nas conclusões do 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em Coimbra (1987, p.

45 Em formato UNIMARC, no sistema operativo MS-DOS e no programa Mini-Micro CDS/ISIS, versão Porbase 2.1., “num total de cerca de 680 horas, distribuídas por 30 cursos de formação (...) que atingiram um total de cerca de 170 Técnicos das Bibliotecas da Região Centro, na proporção de 50 Técnicos Superiores para 120 Técnicos Auxiliares” (Pericão, 1992, p. 166).

46 Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

47 Devemos salientar que o papel da BGUC foi determinante no que diz respeito aos aspectos logísticos do SIIB/Centro. É preciso lembrar, desde logo, que o seu edifício funcionou como sede: era lá que todos os processos burocráticos eram tratados, os equipamentos e manuais eram adquiridos com recurso ao parco orçamento desta instituição, a formação era ministrada maioritariamente pelos bibliotecários desta casa, cumprindo, assim, o papel de escola, que sempre lhe coube. Apesar de as verbas concedidas pelo FEDER e pelo PIDDAC, a BGUC sempre lidou com orçamentos muito restritos e limitados tendo em conta a dimensão, responsabilidade e ambição do projecto em curso. O Director Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, alertava para a possibilidade de as poucas verbas até então atribuídas virem a ser diminuídas: “Foi a BGUC a primeira entidade que pugnou pela informatização das bibliotecas, assumindo responsabilidades muito pesadas nesse campo, num sentido de cooperação e com a concepção de um sistema que viria a concretizar-se no SIIB/Centro, isto é, dentro e fora da Biblioteca. Figura, perante o PIDDAC, como responsável pelas importantes verbas já concedidas, criou expectativas. Pena seria que não lhe fossem dados, agora, meios, para levar a bom termo os projectos que elaborou e lançou para a criação de infraestruturas imprescindíveis à modernização da investigação e do ensino” (UCBG, 1989).

21), se ter confirmado que o SIIB/Centro fora concebido numa perspectiva de integração e de cooperação com a Porbase, as dificuldades de compatibilização entre os seus objectivos e os do SIIB/Centro começam a ser evidentes por esta altura⁴⁸. O descrédito dado aos estudos realizados pelos grupos de trabalho especializados⁴⁹ do SIIB/Centro levou este organismo a questionar-se sobre o sentido de cooperação e sobre o âmbito do acordo estabelecido com a Porbase (SIIB/Centro, 1988d). Numa reunião do SIIB/Centro, em Maio, foi manifestada a intenção de marcar uma reunião com o órgão coordenador da Porbase de forma a: (i) rever os termos do acordo estabelecido com a BGUC; (ii) tratar do acordo a estabelecer com a UA; (iii) esclarecer o que a Porbase entende por cooperação e propor que se inicie a elaboração participada dos estatutos da Porbase. Esta reunião com a Porbase teve lugar em Novembro desse ano, sendo esta representada pelo Director da Biblioteca Nacional. O diálogo entre os dois organismos manteve-se activo, sendo que a Porbase acusava o SIIB/Centro de não ter realidade material o que foi refutado com a apresentação de dados estatísticos relativos à composição dos grupos de trabalho SIIB/Centro. Por seu lado, o SIIB/Centro salientava a “centralidade” da BN, alegando que a cooperação (e não mera subordinação) tinha de ser considerada uma via de dois sentidos que implicava diálogo, referindo casos de evidente falta de cooperação (SIIB/Centro, 1988b).

Talvez tenha sido a necessidade do reconhecimento formal da estrutura do SIIB/Centro a levar as reitorias das duas Universidades a assinar um protocolo de cooperação entre a UC e a UA, a 5 de Janeiro de 1989⁵⁰. Oficializava-se assim uma estrutura que vinha a colaborar informalmente desde 1973, envolvendo a sua participação, através da assinatura de um acordo. Posteriormente, seria publicado o regulamento do SIIB/Centro⁵¹. Nesta “materialização”, o SIIB/Centro não tinha como objectivo entrar em ruptura com a Porbase. Muito pelo contrário, o SIIB/Centro sempre a reconheceu como projecto de alcance nacional. Tal é evidente nos objectivos definidos neste projecto de estruturação, onde para além dos objectivos de constituir, no âmbito geográfico do centro do país, uma entidade significativa vocacionada para o tratamento e difusão da informação bibliográfica (Catálogo Colectivo Regional) e promover a informatização das bibliotecas participantes, era objectivo também do SIIB/Centro contribuir para a valorização intrínseca da Porbase e para a sua utilização plena em todas as áreas do conhecimento.

No entanto, a Porbase pretendia ser sobretudo uma base de dados bibliográficos nacionais⁵² e tal objectivo constituía uma limitação aos princípios subjacentes ao SIIB/Centro: reunir numa única base de dados a informação bibliográfica (nacional ou estrangeira) existente nas bibliotecas que nela participavam de forma a facilitar a pesquisa e satisfazer as necessidades específicas dos utilizadores,

48 No ponto 2ª fase do projecto SIIB/Centro do capítulo Anos 90 deste trabalho encontra-se uma análise mais detalhada sobre este assunto.

49 Em Outubro de 1987, numa reunião do SIIB/Centro foram constituídos sete Grupos de Trabalho Especializados: GT de Catalogação, GT de Indexação, GT de Formação, GT de Apoio Informático, GT de Processamento de Analíticos, GT de Conversão Retrospectiva e GT de Difusão Regional da Informação. Dos 25 bibliotecários que integravam estes GTs, 17 pertenciam à UC, sendo 7 quadros da BGUC (SIIB/Centro, 1987). Em Janeiro de 1988, as conclusões das reuniões e dos estudos efectuados por estes GTs foram enviadas à BN para apreciação (e contemplação das conclusões nos programas e normalização que lhe cabem), num manifesto espírito de colaboração técnica por parte do SIIB/Centro. (SIIB/Centro, 1988d)

50 Este protocolo foi antecedido pelo Projecto de Estruturação do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro, 1988b), em Outubro de 1988, motivado pela realidade da época: a informatização das bibliotecas abrangidas pelo projecto estava em curso, embora num processo conduzido pela BN. Reclamava-se neste projecto de estruturação “a necessidade de reconverter em realidade institucional o sistema que se mantém no estado de projecto, criando-o formalmente, definindo os princípios que o enquadrem e os objectivos que o motivam, dotando-o de uma estrutura que o sustente e o faça funcionar”, sendo que esse sistema “deve ser uma entidade dotada de força interior e de dimensão significativa para dialogar com outros sistemas e com a Biblioteca Nacional em termos de cooperação e não de mera subordinação”. (SIIB/Centro, 1988b).

51 No ponto 2.2.2. deste regulamento, destaca-se o papel da BGUC na coordenação e apoio dos trabalhos próprios da Comissão Permanente do SIIB/Centro.

52 “Os objectivos da Porbase são a constituição de uma base de dados, antes de tudo nacionais em que os dados de publicações estrangeiras, por muito importantes que sejam para certos utilizadores locais, são acessórios relativamente aos nacionais e como tal deverão ser objecto de uma forma mais breve pois podem ser sempre pesquisados ou obtidos em bases de dados estrangeiras.” (Porbase, 1987)

nomeadamente dos universitários. Considerava-se, portanto, que a Porbase não considerava os interesses das Universidades, ao querer construir uma base de dados bibliográficos nacionais e não uma base nacional de dados bibliográficos (SIIB/Centro, 1989a b).

Anos 90: os programas DOBIS/LIBIS e Libertas

Os primeiros anos da década de 90 foram anos de balanço e de avaliação dos projectos de informatização das bibliotecas portuguesas em curso. Logo em 1990, a actualização do projecto LIB2 da Comissão das Comunidades Europeias obrigou a uma nova recolha e tratamento de dados sobre a aplicação das novas tecnologias da informação às bibliotecas portuguesas, resultando no relatório final publicado em 1992 pela BAD. Em 1991, na celebração dos cinco anos da Porbase, foi também tempo de avaliar o processo de modernização das bibliotecas portuguesas (Cabral, 1992). O ano de 1990 seria também um ano de viragem para as bibliotecas de Coimbra e da Região Centro, com a apresentação da 2ª fase do Projecto SIIB/Centro (Pericão, 1990a b). Começamos, em primeiro lugar, por relatar as principais conclusões do relatório actualizado do projecto LIB 2 para, depois, apresentarmos a 2ª fase do projecto SIIB/Centro.

LIB 2 Ponto da Situação da Aplicação das Novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal: actualização

Nos 4 anos que medeiam entre a recolha de dados para os dois relatórios LIB2 preparados pela BAD (1986 e 1990), verificou-se um aumento considerável de recursos bibliográficos automatizados. Isso deveu-se, em muito, (i) ao início do projecto Porbase, em 1987, que contribuiu para o crescimento de catálogos informatizados por via da distribuição generalizada do programa Mini-Micro CDS/ISIS; (ii) à ténue vontade política em modernizar alguns sectores da informação da Administração Pública e (iii) à planificação de investimentos nesta área, sobretudo através dos PIDDACs dos últimos anos da década de 80 (BAD, 1992, p. 35-36).

A recolha de dados que permitiu fazer a actualização do *Ponto da Situação da Aplicação das Novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal*, à semelhança do relatório preparado anteriormente, baseou-se na análise da literatura disponível, em entrevistas e na realização de um inquérito, enviado a 544 instituições. Menos de metade das bibliotecas (apenas 238) responderam ao inquérito. Ainda assim, o grupo de trabalho responsável pelo relatório considerou esse número “suficientemente significativo, tanto em função do número de bibliotecas portuguesas (cerca de 600, excluindo as bibliotecas escolares), como (...) igualmente representativo dos grupos de bibliotecas considerados” (BAD, 1992, p. 30-31). Esses grupos de bibliotecas mantêm a mesma tipologia do relatório anterior, sendo que neste houve necessidade de dividir as bibliotecas do ensino superior em dois grupos: as bibliotecas universitárias e as bibliotecas dos Institutos Politécnicos. Assim, responderam a este último inquérito 1 Biblioteca Nacional (A), 37 bibliotecas dos Institutos Politécnicos (BPoli), 53 bibliotecas universitárias (BUni) — menos 77 bibliotecas do ensino anterior relativamente ao inquérito de 1986 —, 62 bibliotecas públicas (C) — menos 41 bibliotecas públicas do que em 1986 —, 69 bibliotecas especializadas da Administração Central (D) — menos 126 bibliotecas em relação ao primeiro inquérito — e 16 bibliotecas especializadas privadas (E) — menos 74 bibliotecas do que em 1986:

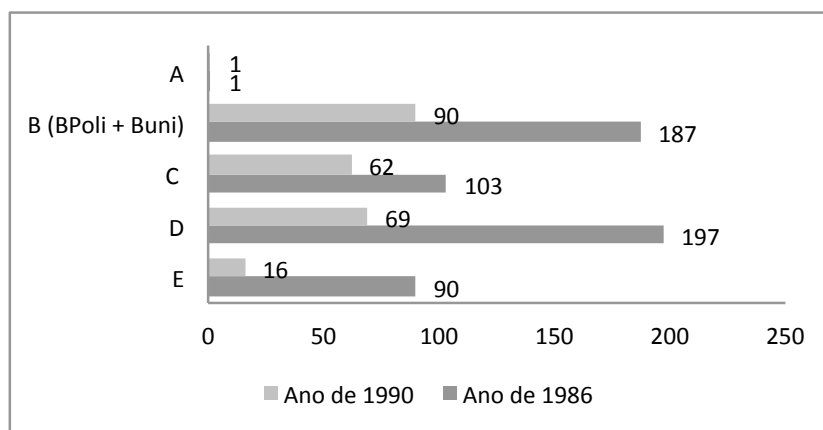


Figura 3 – **Bibliotecas analisadas – dados comparativos entre 1986 e 1990**
(adaptado de BAD, 1992, p. 30)

Ainda que o número de respostas obtidas corresponda apenas a 43,75% dos questionários enviados, o inquérito de 1990 permitiu verificar que “de 1986 a esta parte o panorama das bibliotecas portuguesas modificou-se sensivelmente, não tanto no que respeita ao ritmo de crescimento dos recursos bibliográficos em si, mas sobretudo em termos de: (i) recursos em informação bibliográfica automatizada; (ii) vulgarização de novas tecnologias no acesso à informação; (iii) valorização dos recursos humanos nestas áreas” (BAD, 1992, p. 35).

Não nos interessa, neste trabalho, analisar em pormenor questões relacionadas com as colecções, os recursos humanos e as dotações orçamentais das bibliotecas no início da década de 90, mas apenas os aspectos que possam estar relacionados com a informatização das bibliotecas portuguesas. Assim, salientamos, deste relatório, o facto de a existência de material não-livro ser, nesta época, manifestamente reduzida nas bibliotecas portuguesas, de as maiores colecções inventariadas se situarem, naturalmente, na Biblioteca Nacional e em bibliotecas universitárias e públicas, constatando-se que não existia, no início da década de 90, uma relação directa entre o volume das colecções e a dimensão das bases de dados dessas bibliotecas, quando existentes (BAD, 1992, p. 41-43):

Tipo de Biblioteca	Volume da colecção	Percentagem informatizada
C	1 054 000	0.09%
A	1 000 000	28%
B. Uni.	900 000	1.2%
C	442 000	Não tem BD
C	417 000	Não tem BD
B. Uni.	181 000	8,2%
C	142 000	Não tem BD
E	106 000	80%
B. Uni.	92 000	65%
B. Uni.	88 000	0,2%
B. Uni.	86 000	1,2%
B. Uni.	80 000	12%
B. Uni.	65 000	7,5%
B. Uni.	62 000	25,8%
C	60 000	Não tem BD
C	54 000	5,9%

Figura 4 – **Maiores colecções e correspondentes bases de dados**
(adaptado de BAD, 1992, p. 43)

Relativamente aos recursos humanos, constatava-se a existência de pequenos quadros de pessoal. As bibliotecas melhor apetrechadas eram, “por ordem decrescente, a Biblioteca Nacional, as bibliotecas universitárias e as especializadas da Administração Central”, estando os recursos humanos com formação especializada em BAD igualmente distribuídos dessa forma (BAD, 1992, p. 45-46).

Quanto aos recursos orçamentais para aquisição e manutenção de equipamento informático, a análise dos dados inventariados evidenciava a falta de capacidade financeira para a aquisição de equipamento informático (57,5% não dispunha de orçamento para este fim) e sobretudo para a manutenção de equipamento informático existente (67,6%). No entanto, a maioria das bibliotecas possuía microcomputadores e apenas utilizavam aplicações para a catalogação automatizada, sendo que a maioria utilizava para esse fim a parametrização Porbase do Mini-Micro CDS/ISIS (BAD, 1992, p. 46-48).

Consequentemente, o relatório actualizado para o projecto LIB2 identificou 98 catálogos automatizados:

Tipo de Biblioteca	Nº de bibliotecas	Sim		Não		Não respondeu	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
A	1	1	100	0	0	0	0
B. Poli.	37	22	59,4	14	37,8	1	2,7
B. Uni.	53	29	54,7	16	30,1	9	16,9
C	62	7	11,2	55	88,7	0	0
D	69	31	44,9	30	43,4	8	11,5
E	16	8	50	7	43,7	1	6,25
Total	238	98	41,1	122	51,2	19	7,9

Figura 5 – **Bases de dados – total existente**
(adaptado de BAD, 1992, p. 51)

Quando comparados com os dados de 1986, verificou-se que a percentagem de catálogos automatizados existentes em Portugal subiu de 5,57% para 41%. A maior percentagem de bases de dados (excluindo a BN por ser única do seu tipo) situava-se ao nível das bibliotecas dos Institutos Politécnicos (59,4%), seguida das universitárias (54,7%), das especializadas do sector privado (50%), das especializadas da Administração Central (44,9%) e das públicas, em último lugar (11,2%) (BAD, 1992, p. 51). Verificou, pois, relativamente a 1986, que as bibliotecas especializadas (privadas e da Administração Pública), pioneiras na criação de bases de dados, passaram a ser aquelas que menor percentagem tinham em 1990, sendo ultrapassadas pelas bibliotecas universitárias e públicas. No entanto, é de registar que continuavam a deter as bases de dados com maior dimensão, sobretudo no sector privado:

Tipo de Bibl.	Nº de BDs	Até 1000	1001 a 2500	2501 a 5000	5001 a 10 000	10 001 a 20 000	20 001 a 100 000	> 100 000	Não resp.
A	1	0	0	0	0	0	0	1	0
B. Poli.	22	5	4	6	3	1	0	0	3
B. Uni.	29	3	7	5	6	4	1	0	3
C	7	2	1	1	0	0	0	0	3
D	31	8	5	7	2	2	3	0	4
E	8	0	0	1	2	1	3	0	1
Total	98	18	17	20	13	8	7	1	14

Figura 6 – **Bases de dados – dimensão (número de registos)**
(adaptado de BAD, 1992, p. 53)

É também interessante notar que 79,1% das bases de dados inventariadas surgiu a partir de 1988, sendo que o crescimento das bases de dados, era, em geral, baixo (BAD, 1992, p. 52-54). No entanto, embora o número de catálogos automatizados tenha aumentado significativamente, é importante notar que o acesso em rede a esses catálogos era raro: em 98 catálogos automatizados, apenas 7 estavam acessíveis em rede (na sua quase totalidade catálogos de bibliotecas especializadas: 5 delas da Administração Central e 1 privada e o catálogo da BN), uma percentagem muito irrisória, portanto:

Tipo de Bibl.	Nº de BDs	TELEPAC		
		Sim	Não	Não resp.
A	1	1	0	0
B. Poli.	22	0	20	2
B. Uni.	29	0	26	3
C	7	0	6	1
D	31	5	25	1
E	8	1	6	1
Total	98	18	83	8

Figura 7 – **Bases de dados – acesso em rede**
(adaptado de BAD, 1992, p. 67)

A utilização de sistemas integrados era, nesta altura, diminuta: exceptuando a BN, apenas 9 bibliotecas possuíam um sistema integrado: 1 biblioteca universitária e 8 bibliotecas especializadas (3 da Administração Central e 5 privadas) (BAD, 1992, p. 69).

No que diz respeito às funções automatizadas, consideradas independentemente de serem ou não parte de sistemas integrados, as operações mais automatizadas eram o OPAC (23,9%), o Empréstimo (13%), as Aquisições (8,8%), o Controlo de Publicações Periódicas (7,5%) e o Controlo Orçamental de Aquisições (5,4%). Relativamente ao inquérito de 1986, era notória a tendência para a automatização de outras funções que não apenas a da Catalogação (BAD, 1992, p. 70).

À época do inquérito, a cedência de registos já era uma prática comum entre as bibliotecas portuguesas, com especial relevância no caso das que utilizavam a parametrização Porbase do programa Mini-Micro CDS/ISIS, em UNIMARC. A partilha de registos era feita gratuitamente, com recurso à disquete e com o principal objectivo de carregar os registos aí armazenados, em diferido, na Porbase (BAD, 1992, p. 56):

Tipo de Bibl.	Nº de BDs	Cedência de registos		
		Sim	Não	Não resp.
A	1	1	0	0
B. Poli.	22	12	8	2
B. Uni.	29	16	10	3
C	7	2	2	3
D	31	11	19	1
E	8	2	4	2
Total	98	44	43	11

Figura 8 – **Bases de dados – cedência de registos**
(adaptado de BAD, 1992, p. 57)

A Base Nacional de Dados Bibliográficos — Porbase — foi lançada em Julho de 1987, após a assinatura do contrato entre a Biblioteca Nacional e o GEAC. Este sistema, inaugurado em Maio de 1988, estava concebido como um sistema integrado que, na altura do inquérito, apenas tinha instalado os módulos de Catalogação em Linha e o OPAC. Previa-se, em breve a instalação do módulo de Aquisições e o do Controlo e Gestão de Publicações Periódicas e, posteriormente, a instalação dos módulos de Empréstimo e Circulação (BAD, 1992, p. 58-59). Esta base de dados, que vinha sendo alimentada por 52 bibliotecas cooperantes⁵³, contava, naquela data, com cerca de 350.000 registos. Destas bibliotecas, apenas a biblioteca da Faculdade de Letras do Porto tinha o seu catálogo em linha, sendo que, naquela altura, existiam várias instituições a solicitar ligação permanente para iniciarem a catalogação em linha. Quando assim não era, os dados eram enviados para a Porbase em diferido, através de disquetes, por bibliotecas que utilizavam o Mini-Micro CDS/ISIS (BAD, 1992, p. 60-61). Até 1990, a BN já tinha distribuído cerca de 440 cópias do programa Mini-Micro CDS/ISIS, parametrizado pela BN, permitindo a utilização do formato UNIMARC, aplicando, assim, a norma ISO 2709. Esta versão era compatível com a versão UNIMARC/GEAC, garantindo o carregamento em diferido (BAD, 1992, p. 61-62). Para além da distribuição gratuita do programa, a BN assegurou ainda a formação profissional dos técnicos e publicou manuais técnicos de carácter normativo.

Para além da Porbase, continuava operacional, em 1990, o CATBIB, uma outra base de dados cooperativa, mantida pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, através do seu Centro de Documentação Científica e Técnica (CDCT) e que visava proporcionar a localização rápida e fácil dos periódicos existentes no país, facultando, na época, o acesso em linha ao Catálogo Colectivo de Publicações Periódicas, até então disponibilizado apenas como produto impresso (BAD, 1992, p. 57). Na época, cobria as existências de mais de 400 bibliotecas portuguesas e continha cerca de 20.000 registos (BAD, 1992, p. 58) de várias áreas do saber.

Para além destes dois serviços cooperativos operacionais — Porbase e CATBIB — este relatório refere o projecto SIIB/Centro ainda como projecto. E, de facto, ele ainda o era... Tinha-se clara percepção de que se estava na primeira fase do projecto, com a adopção do programa Mini-Micro CDS/ISIS. Previa-se a entrada numa segunda fase, descrita no ponto seguinte deste trabalho, com a adopção de um novo programa, o DOBIS/LIBIS .

Existem outros dados apresentados neste relatório que merecem, no nosso entender, destaque. Nomeadamente, o facto de, em Portugal, não existirem empresas que comercializavam registos bibliográficos em suporte legível por computador (tal como não havia bibliotecas portuguesas a adquiri-los a estrangeiros) e de o número de fornecedores de sistemas integrados ser muito reduzido (BAD, 1992, p. 66 e 71)

Outro dado que deve ser salientado neste relatório é o facto de, no início dos anos 90, em Portugal, estar disponível a rede pública de transmissão de dados TELEPAC, que muito contribui para a vulgarização do acesso a bases de dados externas e para a utilização em linha de algumas bases de dados portuguesas que já lhe estavam conectadas (BAD, 1992, p. 37)

Tendo em conta o panorama nacional, as conclusões deste relatório era animadoras quando comparadas com as do inquérito de 1976 (Encontro, 1976) ou as do relatório de 1986:

53 “O carregamento obedece a um esquema cooperativo: à Biblioteca Nacional cabe sobretudo a responsabilidade da bibliografia portuguesa, enquanto que as outras bibliotecas se devem antes preocupar com a bibliografia estrangeira.” (BAD, 1992, p. 60) No caso da BGUC, como biblioteca depositária do DL, deveriam igualmente enviar-se a bibliografia portuguesa anterior a 1931.

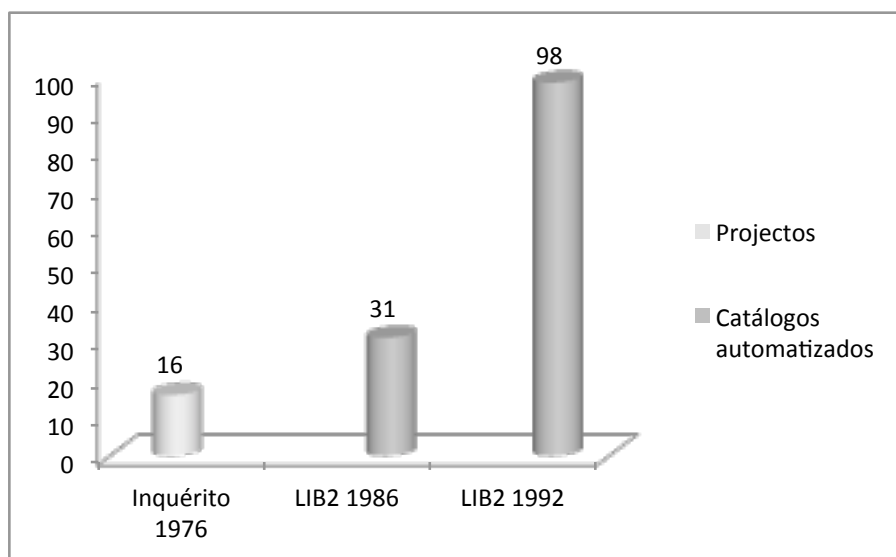


Figura 9 – **Projectos de automatização e catálogos automatizados em Portugal**

Em 1990, os recursos em informação bibliográfica automatizada eram substancialmente maiores, pese embora o facto de aquela estar longe de corresponder aos recursos bibliográficos disponíveis nas bibliotecas portuguesas (BAD, 1992, p. 77). No entanto, se considerarmos apenas a realidade coimbrã, verificamos que nos anos que medeiam os dois relatórios, o projecto SIIB/Centro pouco avançou, tendo em conta que este projecto foi pioneiro nos estudos para a automatização das operações das bibliotecas em Portugal. Na BGUC, apenas a catalogação estava automatizada e era feita com a solução fornecida pela Porbase, o programa Mini-Micro CDS/ISIS, mantendo as rotinas manuais na generalidade das outras funções. Para que o projecto SIIB/Centro deixasse de o ser era necessário entrar rapidamente numa 2ª fase, com a aquisição de um programa informático que respondesse às necessidades e exigências de todas as bibliotecas que integravam o projecto SIIB/Centro.

2ª fase do projecto SIIB/Centro

Nos últimos anos da década de 80, tornou-se bastante evidente que o programa Mini-Micro CDS/ISIS não satisfazia, de todo, as necessidades das bibliotecas que integravam o projecto SIIB/Centro⁵⁴. Para ultrapassar as limitações tecnológicas desta solução foi decidido, em reunião do Conselho das Bibliotecas Participantes no SIIB/Centro, a 31 de Outubro de 1989, que se avançasse para a 2ª fase do projecto SIIB/Centro⁵⁵, a qual passava, naturalmente, pela aquisição de um programa de gestão integrada que

54 No virar da década, a catalogação informatizada dos documentos que davam entrada na BGUC constituía já uma prática generalizada e a decorrer a bom ritmo. No entanto, o tratamento do Depósito Legal (DL) representava, nesta altura, uma séria preocupação para a BGUC, pois a BN, alegando motivos de modo algum convincentes ou dificuldades facilmente superáveis, não permitia a introdução em linha de cotas e de números de registo e negava a impossibilidade de importação de registos (UCBG, 1990). Só em 1991, se iniciava a introdução sistemática em linha, na Porbase, de cotas e dos números de registo da bibliografia portuguesa incorporada no DL, persistindo, no entanto, o problema da importação de registos (resolvido apenas em 1992). Além disso, o programa da Unesco revelava-se insuficiente na satisfação das necessidades do projecto SIIB/Centro, muito porque não permitia a informatização de outras funções das bibliotecas como a gestão de empréstimos e aquisições, a pesquisa em linha, etc.,...

55 "(...) importava, agora, recuperar o atraso no processo de automatização global, consagrando soluções que, sem minimizar as exigências de ordem biblioteconómica e as exigências técnicas de funcionamento, permitissem: ultrapassar as deficiências do passado, evitar a implantação de soluções provisórias, incompletas, desajustadas ou obsoletas." (Pericão, 1991a, p. 6)

fosse ao encontro das necessidades e expectativas das bibliotecas que faziam parte do projecto SIIB/Centro. Com este novo programa, ambicionava-se, nesta 2ª fase: (i) a informatização integrada de todas as tarefas das bibliotecas (catalogação, gestão de publicações periódicas, aquisições, permutas, empréstimos, etc...); (ii) a criação de uma Base de Dados Bibliográficos da Região Centro sem prejuízo do carregamento regular da Base Nacional (Porbase); (iii) a criação de uma Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro, com acesso à rede nacional e à rede internacional (UCBG, 1990).

Em Junho e Outubro de 1990, a Coordenadora Geral da 2ª fase do projecto do SIIB/Centro, Drª. Maria do Rosário Pericão, dá a conhecer, através de dois textos essenciais para a compreensão desta 2ª fase do projecto⁵⁶, os motivos que levaram à aquisição de um novo programa de gestão integrada e os requisitos essenciais que esse mesmo programa devia satisfazer. Sistematizaremos, agora, as razões que estão por detrás da necessidade de adquirir uma solução informática apresentadas pela Coordenadora Geral:

- (i) “as opções e normas técnicas decididas pela PORBASE/BN nem sempre vieram a revelar-se as mais adequadas às necessidades sentidas pelos profissionais ou às exigências explicitadas pelos utilizadores das Bibliotecas Universitárias” (Pericão, 1992, p. 167);
- (ii) “A Biblioteca Nacional (...) não atingiu até hoje, plenamente, os objectivos que se propunha: a catalogação em linha e a automatização de outras funções, indispensáveis a uma boa gestão da informação e dos serviços das bibliotecas.” (Pericão, 1991a, p. 5)
- (iii) “as limitações inerentes ao próprio programa, que não permite a ligação do equipamento em rede, o trabalho em multiposto ou a gestão de grandes massas de informação, têm levado as bibliotecas a um somatório de bases de dados parcelares, dispersas por microcomputadores isolados, situação que, em termos de informação, de operacionalidade e de gestão informática, estava próxima do ponto de ruptura e se mostrava anti-económica pelo desaproveitamento do espaço de memória do já significativo número de microcomputadores espalhados pelas Bibliotecas do SIIB/Centro” (Pericão, 1992, p. 170).
- (iv) “a Porbase não é uma solução cooperativa. Mercê do facto de o seu Órgão Coordenador se centralizar em Lisboa, sem qualquer representatividade regional ou local, confundido com a direcção da BN, indiferente desde a primeira hora a uma regulamentação estatutária que consigne os deveres e os direitos das bibliotecas cooperantes, constituído exclusivamente por técnicos da BN, completamente divorciados ou desconhecedores [sic] das realidades e necessidades específicas das bibliotecas universitárias ou de outras especializadas e das bibliotecas de leitura pública com objectivos e uma tipologia de utilizadores muito diferente de uma biblioteca nacional, a PORBASE não consegue dar resposta às exigências das bibliotecas participantes no SIIB/Centro.” (Pericão, 1990a, p. 9)

Não obstante o reconhecimento da importância que o projecto Porbase teve para o arranque da informatização das bibliotecas portuguesas no final da década de 80 (patente no relatório LIB2: actualização), acreditavam os responsáveis pelo projecto SIIB/Centro que “(...) a Porbase veio a revelar-se falível em questões essenciais e incapaz de dar corpo às promessas da primeira hora que satisfariam as naturais expectativas e exigências das bibliotecas do SIIB/Centro e que determinaram a sua signi-

56 PERICÃO, Maria do Rosário (1990a) — *Conferência Europeia para a Automatização e Redes de Bibliotecas, I, Bruxelas, 9 a 11 de Maio de 1990: relatório*. [documento interno]

PERICÃO, Maria do Rosário (1990b) — *Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro: projecto da 2ª fase: comunicação apresentada em Reunião Geral de Bibliotecários da Região Centro em 19 de Outubro de 1990*. [documento interno]

ficativa mobilização. A Porbase deixa, então, de representar uma alternativa credível para a resolução dos problemas daquelas (Pericão, 1990a, p. 7)”

Para ultrapassar as limitações de natureza técnica reveladas pelo programa Mini-Micro CDS/ISIS, recomendava-se a adopção, por parte do SIIB/Centro, de um outro programa⁵⁷ capaz de suprir essas limitações e compatível com o programa disponibilizado pela Porbase de forma a não comprometer o projecto nacional. Era ainda essencial que a escolha recaísse num sistema integrado que permitisse a automatização e “gestão de todas as tarefas de forma equilibrada, isto é, não privilegiando nem subalternizando qualquer uma” (Pericão, 1990a, p. 12).

As limitações de natureza biblioteconómica reflectiam-se, sobretudo, nas normas e princípios definidos pela Porbase unilateralmente impostos às bibliotecas cooperantes que primavam pela(s):

- (i) “insuficiência dos níveis de descrição bibliográfica (...) para a bibliografia estrangeira, o que se traduz numa resposta inadequada às necessidades específicas dos utilizadores mais exigentes, particularmente dos universitários”;
- (ii) “deficiências de qualidade, homogeneidade e coerência interna, motivadas pela importação indiscriminada dos registos a partir do Programa Min-micro CDS/ISIS, pelos critérios adoptados na conversão retrospectiva, pela ausência de controlo de autoridades de autor e de assuntos, pelos diferentes níveis de descrição, pela duplicação de registos (...)”;
- (iii) incapacidade de diálogo ou indiferença institucional às exigências técnicas das bibliotecas do SIIB/Centro com a imposição de soluções desajustadas sem dar crédito aos legítimos interesses e aspirações dos profissionais envolvidos ou desrespeito pelas promessas da primeira hora e inexistência de contrapartidas e de benefícios de qualquer natureza para as bibliotecas que alimentam a base com os seus registos, transformando aquelas em meros contribuintes e não em verdadeiros cooperantes.” (Pericão, 1990b, p. 4-5)

Deste modo, e “feito o balanço da situação que caracterizou a 1ª fase com as vantagens e inconvenientes inerentes a qualquer processo desta natureza e constatado o significativo atraso com que se parte para um projecto de automatização global das Bibliotecas do SIIB/Centro, importa[va] consagrar a adopção de soluções que respeitem[assem] as exigências de ordem biblioteconómica e as exigências técnicas de funcionamento” (Pericão, 1990b, p. 5).

Para cumprimento destas últimas, iniciaram-se os estudos que haveriam de conduzir à aquisição de um novo programa a ser utilizado pelas bibliotecas do SIIB/Centro. Verificou-se, numa primeira fase, que em Portugal nenhuma das soluções disponíveis obedecia aos requisitos definidos e seriam sempre soluções intermédias (Pericão, 1990b, p. 6). Entretanto, a participação da Coordenadora Geral do SIIB/

57 Não pretendemos, aqui, mencionar exaustivamente os requisitos a que devia obedecer o novo programa informático já que eles são sobejamente apresentados em Pericão 1990a (p. 11-15), 1990b (p. 7-14) e 1991a (p. 6-7). No entanto, referimos que, segundo a Coordenadora Geral, a nova solução deveria consagrar três princípios básicos: (i) “a adopção do formato UNIMARC”, (ii) “o aproveitamento e conseqüente transferência dos milhares de registos memorizados nas várias bases dispersas pelas diferentes bibliotecas participantes no SIIB/Centro (...)”; (iii) “um formato de saída (...) [que] permita a alimentação da PORBASE nas suas funções de Catálogo Colectivo.” (Pericão, 1990a, p. 12). Além disso, devia obedecer às seguintes características: (i) “consagrar a gestão integrada com a multiplicidade de funções de tratamento técnico e de gestão da informação inerente a qualquer biblioteca (...)”; (ii) “funcionar em rede, em linha e em tempo real”; (iii) “proporcionar a gestão equilibrada do sistema e dos seus vários subsistemas, isto é, sem privilegiar ou subalternizar qualquer função”; (iv) “ser tecnologicamente evoluído e com condições de funcionamento de alto nível de operacionalidade e de *performance*”; (v) “dar garantidas provas de funcionamento em instituições de reconhecida credibilidade de países mais avançados tecnologicamente”; (vi) “ter significativa implantação mundial e, muito especialmente, europeia (...)”; (vii) “dispor de ficheiros especiais que facilitem a importação de registos bibliográficos, a partir de fontes exteriores, para a conversão retrospectiva dos catálogos convencionais (...)” (Pericão, 1991a, p. 6-7)

Centro na I Conferência Europeia para a Automatização e Redes de Bibliotecas⁵⁸, em Bruxelas, em Maio de 1990, permitiu-lhe observar alguns sistemas e programas objecto de demonstração, o que, por sua vez, lhe permitiu “confirmar e completar algumas das intuições ou das conclusões a que, por estudo ou por reflexão, havia chegado ao longo do tempo em que [lhe] foi atribuída a responsabilidade de estudar e propor, em colaboração com o Técnico do CIUC, Eng.º Mário Bernardes, uma solução informática à medida das necessidades do SIIB/Centro” (Pericão, 1990a, p. 6). A preferência recaía no Programa DOBIS/LIBIS, pois obedecia integralmente a todos os parâmetros previamente definidos (ver Pericão, 1990b, p. 16-17). No entanto, e segundo Pericão (1990b, p. 17), “a nossa preferência pelo DOBIS/LIBIS teria apenas um valor indicativo que, por certo, poderia influenciar em muito uma decisão num futuro concurso público internacional para a escolha de *software* com base num caderno de encargos previamente elaborado.”

É importante referir todo o processo que levou à adopção do programa DOBIS/LIBIS já que este foi um processo *sui generis*, bafejado por “um vento de sorte” e marcado por felizes coincidências. Eis, então, o relato da Dr.ª Maria do Rosário Pericão, apresentado em reunião geral de bibliotecários, que decorreu a 19 de Outubro de 1990, aquando da apresentação da 2ª fase do projecto SIIB/Centro:

(...) em meados de Julho fui contactada por um Professor da minha Faculdade para prestar informações sobre o Projecto de Automatização das Bibliotecas da Universidade e do SIIB/Centro. (...) A questão era, pura e simplesmente, esta: Havia uma empresa altamente colocada na produção de hardware que há cerca de dois anos tinha em mira apoiar e patrocinar um projecto de automatização de bibliotecas no âmbito das universidades (...). Na sua perspectiva e calendarização era a ocasião para concretizar esse projecto com a Universidade de Coimbra e, muito particularmente, com a Biblioteca Geral da Universidade. (...) Essa empresa é a Companhia IBM Portuguesa, que, alguns dias depois, me convidava para uma conversa exploratória. (...) Foi longa a primeira conversa exploratória, foram várias as sessões de trabalho nos finais de Julho, na 1ª quinzena de Agosto, em Setembro ou já em Outubro, foram acesas as discussões e implacáveis as exigências. Foram duras as provas por que mutuamente se teve de passar. E tudo isto sem compromissos, sem hipotecas, apenas com a seriedade e as exigências que um “estudo de viabilidade” e “uma investigação dos requisitos” obriga previamente a uma eventual negociação formal para um eventual apoio mecenático.

Não posso deixar de considerar que houve um vento de sorte ou uma feliz coincidência a propósito do contacto do Professor da minha Faculdade. Por um lado, pelo momento temporal em que ele se me dirigiu, por outro, pelo facto de me ter escolhido como interlocutora e eu ser a Responsável pelos estudos da 2ª fase do SIIB/Centro e por outro lado ainda pelo facto de ser justamente a IBM a empresa que é responsável pelo software DOBIS-LIBIS, após a fase da sua criação e desenvolvimento pelas Universidades de Dortmund e Lovaina. (Pericão, 1990b, p. 17-18)

Até à assinatura do Acordo de Estudo Conjunto entre a Companhia IBM Portuguesa e a Universidade de Coimbra⁵⁹ (por acordo de ambas as partes, tornou-se possível a integração de outras bibliotecas

58 Esta Conferência sob o tema-chave *Novos instrumentos para uma nova identidade* foi organizada por iniciativa da *European Foundation for Library Cooperation (EFLC)/Groupe de Lausanne* com o contributo da *Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche (LIBER)*, do *European Library Automation Group (ELAG)* e da *European Association for Health Information and Libraries (EAHL)* e contou, nomeadamente, com o apoio da UNESCO, da *Fondation Européenne de la Culture*, do Conselho da Europa e da Comissão das Comunidades Europeias. (Pericão, 1990a).

59 Dos objectivos deste Acordo, faziam parte, entre outros, a utilização do sistema integrado de gestão de bibliotecas DOBIS/LIBIS, a sua adaptação à realidade das bibliotecas portuguesas e, particularmente, às necessidades existentes, a obtenção de documentação de suporte ao utilizador e de uma versão desse sistema com uma interface em língua portuguesa, a criação de um centro de competências em DOBIS/LIBIS, a cooperação em demonstrações e acções de formação, ... Para o efeito, a IBM disponibilizou o equipamento e os suportes lógicos necessários, assegurou a instalação, manutenção e apoio técnico indispensáveis à prossecução dos objectivos (Pericão, 1992).

exteriores à UC), a 31 de Dezembro de 1990, dedicaram-se os representantes das duas instituições à negociação das contrapartidas ditadas a cada uma das partes, sendo que; importava ao Projecto SIIB/Centro que estivessem garantidas “as questões do aproveitamento e da transferência dos cerca de 72.000 registos (...) memorizados através do Programa Mini-micro CDS/ISIS pelas Bibliotecas participantes no SIIB/Centro para o DOBIS/LIBIS, através de um programa de conversão”, “a transferência, a partir da Base Regional de Dados Bibliográficos, dos registos aí memorizados para a PORBASE, em formato UNIMARC⁶⁰ e compatível com a Norma ISO 2709, de forma a ser garantida, plenamente, a participação do SIIB/Centro na alimentação da PORBASE” (Pericão, 1990b, p. 19)

Nesta altura, o acordo foi considerado bastante oportuno e a proposta apresentada pela IBM irrecusável. No entanto, e apesar de todo o apoio que a IBM se propunha prestar, era necessário reforçar em pessoal o projecto SIIB/Centro, mais propriamente a BGUC e o CIUC que iriam servir de quartel-general, recebendo e alojando o equipamento e coordenando a sua parametrização e implementação do novo sistema a partir daí. Para este fim, preparou a BGUC uma candidatura conjunta ao *Programa Ciência*, assumida pela UC, UA e Universidade da Beira Interior (UBI), sob liderança da primeira, e ao Programa PRODEP com vista à obtenção de fundos europeus, disponibilizados pela CEE para as bibliotecas, no final da década de 80⁶¹.

Firmado o Acordo de Estudo Conjunto, durante os primeiros anos da década de 90, testou-se, na BGUC⁶², o programa DOBIS/LIBIS, particularmente as funções de catalogação (realizou-se, em 1991, um curso intensivo sobre os módulos do DOBIS/LIBIS e, em 1992, um curso intensivo do módulo de catalogação em DOBIS/LIBIS para a equipa de monitores), adaptou-se e traduziu-se o programa e o seu manual para português, uma vez que era a primeira vez que seria utilizado em Portugal, e desenvolveram-se *interfaces* para a importação dos registos memorizados no Mini-Micro CDS/ISIS para o DOBIS/LIBIS e vice-versa. No entanto, as dificuldades financeiras, a falta de pessoal especializado em informática⁶³ e a complexidade do próprio programa, entre outras razões, impediram o projecto de avançar como previsto, levando mesmo a que a Coordenadora Geral do SIIB/Centro, Dr.^a Maria do Rosário Pericão, pedisse a demissão das suas funções, em 30 de Setembro de 1993⁶⁴.

60 O DOBIS/LIBIS não utilizava o formato UNIMARC, mas sim um formato MARC. No entanto, a responsável pelos estudos para a aquisição de um programa de gestão bibliográfica do SIIB/Centro, Dr.^a Maria do Rosário Pericão, entendia que este facto não podia “representar um obstáculo ou uma incoerência relativamente ao que atrás [ver Pericão, 1990b, p. 8] se afirmou em defesa do formato UNIMARC [porque] (...) o formato MARC usado pelo DOBIS/LIBIS não exige formação específica no formato, não se torna necessário conhecer por dentro o formato, suas etiquetas ou indicadores, (...). É necessário, isso sim, saber catalogar!...” (Pericão, 1990b, p. 19)

61 A nível europeu, reconhecia-se o papel das bibliotecas como infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento científico e económico que se incentivava com apoios como o Plano para Bibliotecas (decisão do Conselho de Ministros das Comunidades Europeias 88/524/CEE de 26.06.88) que pretendia trazer as novas tecnologias para as bibliotecas. O mesmo Conselho, em Recomendação R(89) II, de 19 de Setembro de 1989, apelou para a necessidade de conversão rápida dos catálogos das bibliotecas europeias para que possam acompanhar os esforços tecnológicos em curso. (UCBG, 1990)

62 Decidiu-se instalar na BGUC o equipamento central, tendo sido necessário estabelecer de forma eficaz as ligações entre a BGUC e as restantes bibliotecas que integravam o projecto. Em 1995, o fornecimento e a instalação da rede informática interna já estava adjudicado.

63 De facto, os apoios previstos para a execução do projecto e que não eram da responsabilidade da IBM, como aqueles assumidos pela Reitoria da Universidade de Coimbra aquando do Acordo de Estudo Conjunto em que se comprometeu, por exemplo, “com a contratação de pessoal informático a afectar ao projecto” (Pericão, 1990b, p. 22), nunca chegaram. Por isso, não soam estranhas as palavras do Director da BGUC à época, Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro: “Não pode a Universidade pretender a informatização da sua rede de bibliotecas sem nisso investir algum esforço financeiro e sem acelerar o recrutamento de pessoal, evitando que, por exemplo, a nomeação de um técnico superior de informática se arraste por mais de dois anos.” (UCBG, 1994)

64 Na carta de demissão apresentada ao Director da BGUC, Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, a Dr.^a Maria do Rosário Pericão pedia a demissão das funções de “Coordenadora Geral do Projecto de criação e desenvolvimento da Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro e de Coordenadora do Projecto de gestão informática das bibliotecas da Universidade de Coimbra” (Pericão, 1993b, p. 1) para as quais tinha sido, oficialmente, nomeada por despacho reitoral de 21 de Junho de 1991, mas que assumia, de facto, desde Novembro de 1989, logo após a decisão de se passar a uma 2ª fase do projecto. Os motivos apresentados eram claros: o “projecto (...) carece de vontade política, de recursos, de empenhamento e de medidas decisivas que ponham, definitivamente, termo à situação de impasse e de arrastamento em que se encontra” (Pericão, 1993b, p. 2). Parece existir ainda um outro motivo, entre outros, que transparece da carta

A par disso, o fim do prazo do acordo estabelecido com a IBM iria revelar-se num grande contra-tempo para o projecto SIIB/Centro. No final de 1993, a nova Coordenadora Geral do SIIB/Centro, Dr.^a Lúcia Veloso, bibliotecária da BGUC, chegava à conclusão de que o investimento feito no estudo e adaptação do Programa DOBIS/LIBIS tinha sido bastante elevado em relação à obtenção do produto pretendido. Para isso contribuiu, segundo a nova responsável, “a) a falta de preparação e formação adequada por parte dos técnicos envolvidos no projecto e desmotivação face às dificuldades que o trabalho apresentava e para as quais não havia interlocutor; b) a falta de envolvimento dos órgãos directivos das Faculdades com o objectivo de conseguir os meios técnicos necessários para viabilizar o Projecto-Piloto; c) o atraso na contratação de um gestor de sistema que desse apoio em exclusividade ao projecto; d) a desadequação do programa DOBIS/LIBIS em relação ao ambiente informático da UC (...) e às exigências biblioteconómicas resultantes da utilização das normas de descrição bibliográfica e do formato UNIMARC” (Veloso, 1994b, p. 9)⁶⁵.

Findo o prazo do acordo, no final de 1993 e início de 1994, o SIIB/Centro encetaria novas negociações com a IBM “com vista à resolução dos problemas relacionados, por um lado, com a aquisição do equipamento necessário à continuação do trabalho iniciado (o computador cedido pela IBM não contemplava mais as exigências da nova versão do DOBIS/LIBIS e era já findo o prazo da cedência gratuita ao abrigo do acordo), por outro lado, com a conclusão de forma satisfatória dos programas de conversão e sua cedência por parte da IBM” (Veloso, 1994b, p. 11). Da reunião tida com os responsáveis pela IBM, em Outubro de 1993, resultaria uma contraproposta da IBM, com exigências que passavam, por exemplo, pela aquisição, por parte da UC, de um novo computador e respectivo *software*, no valor de 45.900 contos, e por uma nova calendarização que obrigava ao início do projecto-piloto até Março de 1994 e da catalogação em DOBIS até ao final desse ano (SIIB/Centro, 1994). A estas exigências responderam os técnicos do SIIB/Centro com argumentos de peso: a UC não poderia adquirir equipamento informático de um valor tão elevado sem recurso a um concurso público e, além disso, não seria possível iniciar a catalogação em DOBIS/LIBIS, sem que a conversão de DOBIS/LIBIS para UNIMARC, da responsabilidade da IBM, estivesse implementada, pois a troca de registos com a Porbase dependeria de uma conversão devidamente implementada e testada.

Ainda assim, e tendo em conta o investimento de tempo e recursos que a BGUC já havia feito, foi solicitada assessoria jurídica e técnica à UC de forma a que a situação existente fosse desbloqueada. Apesar de ter sido solicitada a isenção de concurso público (mas apenas se o valor da proposta apresentada viesse a ser reduzido), as conclusões dos técnicos do Centro de Informática da UC (CIUC) relativamente à proposta apresentada pela IBM resultaram num parecer negativo⁶⁶. Paralelamente, averiguava-se que, no final de 1993, de todas as bibliotecas envolvidas no projecto-piloto⁶⁷, apenas a BGUC estava em condições de se ligar em linha e de iniciar o trabalho de catalogação no programa

apresentada — a contestação à escolha do DOBIS/LIBIS que alguns dos seus colegas do SIIB/Centro tinham vindo a fazer — e que não deixa de ser refutado pela ainda Coordenadora do projecto: “Assiste-me também a certeza de que a solução informática escolhida para a resolução dos problemas das Bibliotecas da Região Centro foi correcta e nessa certeza sou acompanhada pelo vultoso número de prestigiadas instituições em todo o mundo (...)” (Pericão, 1993b, p. 2)

65 Esta incompatibilidade do DOBIS/LIBIS iria conduzir a um isolamento relativamente às outras bibliotecas portuguesas e à BN, o que era inaceitável no contexto nacional da época, em que se procurava constituir uma base nacional de dados bibliográficos.

66 Segundo estes técnicos, o computador que a IBM pretendia vender pertencia a um modelo antiquado e não estava na linha de evolução do equipamento, mesmo da própria IBM, o seu sistema operativo era pouco aberto e demasiado complexo, desconhecido da maioria dos técnicos da UC e o seu custo era demasiado elevado. Além disso, o programa DOBIS/LIBIS, sendo um sistema proprietário da IBM, não corria noutras máquinas, limitando extraordinariamente as opções de equipamento (SIIB/Centro, 1994).

67 Em Julho de 1990, foi distribuído um inquérito às bibliotecas do SIIB/Centro com o objectivo de avaliar a situação existente no que dizia respeito ao volume de dados, ao equipamento disponível, à dimensão das bases de dados e à estimativa da configuração de serviços futuros. Foi com base neste inquérito que se tornou visível a dimensão do projecto e se definiu o número de participantes no projecto piloto.

DOBIS/LIBIS, sendo que as restantes não estavam em condições de o fazer dentro do prazo avançado pela IBM. Perante a alteração verificada no desenvolvimento das negociações com a IBM e perante o impasse face à ausência de soluções alternativas, em 1994, os responsáveis pelo SIIB/Centro viram-se obrigados a abandonar todos os compromissos assumidos anteriormente com aquela empresa.

Iniciavam-se, assim, novas diligências no sentido de lançar um concurso público internacional com vista a aquisição de um novo sistema⁶⁸. Os contactos foram estabelecidos apenas com algumas bibliotecas e não houve qualquer negociação no sentido de incentivar a participação de novas bibliotecas⁶⁹. Tal justificava-se com a necessidade de não protelar mais o processo com negociações, por vezes, nada fáceis de conduzir e, sobretudo, pela falta de crédito que o atraso do projecto tinha originado.

Reiniciado o processo de selecção de um novo sistema, foi elaborado um caderno de encargos, onde foram definidas as funções e exigências pedidas a um sistema de gestão integrada para as bibliotecas do SIIB/Centro, entendendo-se por SIIB/Centro o projecto que visava criar uma base de dados que viesse a integrar as bibliotecas da região centro, permitindo a utilização da mesma infraestrutura informática para efectuar a gestão bibliográfica dos seus fundos, através da utilização dos diversos módulos disponíveis. Esta nova redefinição e reajustamento do Projecto SIIB/Centro às condições existentes naquela altura permitiria dar continuidade à ideia inicial do Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra e Região Centro, independentemente das soluções informáticas, centralizadas ou autónomas, que viessem a ser adoptadas pelas diversas bibliotecas (SIIB/Centro, 1994).

O ano de 1995 viria, pois, a ser marcado pelo reinício do processo de selecção de um novo sistema, pela redefinição de princípios, da metodologia de participação e de órgãos de gestão do SIIB/Centro. O concurso público internacional para a aquisição de um novo sistema foi aberto e publicitado no *Diário de República* III Série, no dia 22 de Março de 1995 e no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* no dia 21 de Março desse mesmo ano. Concorreram sete empresas: cinco com propostas conjuntas de *hardware* e *software*; uma com proposta apenas para *software* aplicativo e outra com proposta de *hardware*, englobando três opções. Uma Comissão Técnica⁷⁰ ficou responsável pela selecção do sistema, num processo que decorreu até fins de Julho. Esse processo de selecção passou por várias fases, tendo por base a análise das propostas e as demonstrações dos produtos, tendo sido previamente definida a metodologia de análise e pontuação dos diversos itens. A escolha haveria de recair sobre a empresa *SLS Information Systems*, cujo programa, o *Libertas*⁷¹, apresentava as melhores soluções técnicas e a melhor relação custo-benefício. Todos os encargos com a aquisição e instalação do sistema foram suportados pela BGUC que contou com o generoso apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian (o preço global foi de cerca de 30.000 contos).

A instalação do equipamento e a configuração do sistema *Libertas* ocorreu logo no início de 1996⁷², altura em que decorreram também várias acções de parametrização e de formação destinadas à equipa de Coordenação Técnica. A formação no módulo de catalogação para as diversas bibliotecas

68 Entretanto, a Universidade de Aveiro decidia adquirir um sistema próprio. Em Janeiro de 1995, foi adquirido um sistema integrado de gestão de bibliotecas — o *Aleph* — que permitiu aos SDUA gerir os procedimentos da cadeia documental de forma integrada, assegurando uma melhor gestão das aquisições e do tratamento bibliográfico das publicações (UA-SBIDM, 2012).

69 Incluíram-se as bibliotecas das Faculdades de Ciências e Tecnologia, de Psicologia e Ciências da Educação, de Letras, de Direito e de Economia da UC e dos Serviços de Documentação da UBI.

70 Constituída pelo Director da BGUC, Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, pelo Presidente da Comissão Técnica para as Bibliotecas da FCTUC, Prof. Doutor António Dias de Figueiredo, pelo Assessor de Informática do CIUC, Eng.º Mário Bernardes, pela Directora de Serviços da Porbase, Dr.ª Inês Lopes, pela Coordenadora do Projecto e também Assessora de BD da BGUC, Dr.ª Lúcia Veloso, por uma Assessora de BD da BGUC, Dr.ª Paula Fernandes Martins e outra da FLUC, Dr.ª Maria José Pimentel e pela Engenheira Informática da BGUC, Eng.ª Ana Luísa da Silva.

71 Como este sistema utilizava o UKMARC e não o UNIMARC, foi exigência do SIIB/Centro, no Caderno de Encargos, que no momento de instalação do sistema, os problemas de conversão estivessem devidamente resolvidos.

72 O contrato de compra foi assinado em 12 de Dezembro de 1995 e a instalação do sistema teve início em 12 de Fevereiro de 1996.

do SIIB/Centro, que teve lugar no último trimestre de 1996, ficou a cargo da BGUC, sendo que o grupo de formadores que daí saiu recebeu formação durante o mês de Maio. Os testes ao carregamento de registos informatizados foram efectuados com sucesso. As bibliotecas cuja documentação não estava catalogada informaticamente, tiveram a possibilidade, ainda durante o ano de 1996, de converter alguns desses registos, através da sua importação da base SLS (base de dados constituída por registos de bibliotecas que utilizavam o sistema Libertas), facilitada pelo módulo INTERLIBERTAS, cuja utilização foi gratuita durante 6 meses. A conversão retrospectiva dos catálogos convencionais⁷³ (que tivera início de forma incipiente em 1991) viria a tomar um novo fôlego, não só pela possibilidade de importar os registos da base SLS, mas também pela contratação de pessoal extraordinário que passou a dedicar-se, exclusivamente, a essa tarefa⁷⁴.

Estas actividades foram coordenadas pelas bibliotecárias da BGUC Lúcia Veloso e Paula Fernandes Martins e pela Eng^a Informática Ana Luísa Silva, também da BGUC. O trabalho de testes necessários à migração de dados UNIMARC-ISIS/Libertas foi efectuado (em ligação como bibliotecário inglês da SLS) pelos bibliotecários Paula Fernandes Martins e Rui Pires que fizeram, posteriormente, a formação nos módulos de Pesquisa e Catalogação. Foi elaborado pela bibliotecária Paula Fernandes Martins um manual de operações *Catalogar no Sistema Libertas: instruções básicas* que incluía noções de pesquisa e normas para a elaboração de remissivas.

Apesar dos contratemplos surgidos na primeira metade da década de 90, o SIIB/Centro e a BGUC destacaram-se em alguns outros projectos como: (i) a participação do SIIB/Centro, com o estatuto de membro fundador, no projecto de candidatura a apresentar à Comissão das Comunidades Europeias/DG XIII B, no âmbito do Plano de Acção para as Bibliotecas da Comunidade Europeia; (ii) a adesão da UC ao Grupo de Utilizadores do DOBIS/LIBIS⁷⁵; (iii) o convite da *University of London* para uma candidatura da BGUC ao Programa TEMPUS, no âmbito da cooperação interbibliotecas; (iv) a candidatura da BGUC ao Projecto AIDA, que pretendia o estabelecimento de uma rede de empréstimo internacional, tornando o acesso à informação mais fácil e rápido; (v) a integração do SIIB/Centro no Grupo de Trabalho para a Informatização das Bibliotecas (GTIB), criado no âmbito da Fundação para o Desenvolvimento dos Meios de Cálculo Científico Nacional (FCCN), tendo o Director da BGUC sido nomeado pelo Reitor como delegado da UC e que, por sua vez, delegou na Dr.^a Maria do Rosário Pericão a participação regular nas respectivas reuniões de trabalho, que tinham por objectivo a informatização e compatibilização de todos os sistemas de informação das bibliotecas portuguesas e cuja 1^a fase culminou, em Junho de 1992, na apresentação do Relatório final do Estudo prévio sobre Informatização de Bibliotecas.

Além disso, a cooperação constante com a Porbase continuou a ser feita através de uma participação activa por parte da BGUC no Catálogo Colectivo de Bibliotecas Portuguesas, com recurso ao programa Mini-Micro CDS/ISIS, contribuindo, nesta altura, com cerca de 50.000 registos de documentos pertencentes à BGUC. Esta colaboração reflectiu-se também na participação de bibliotecários da BGUC nas 5^{as} Jornadas Porbase (em Lisboa, 1992) e nas I e II Assembleias de Cooperantes da Porbase, respectivamente, para discussão e aprovação do projecto de regulamento de cooperantes da Porbase e modelo de Protocolo de adesão à Porbase e eleição da comunidade de cooperantes no Conselho Técnico, tendo sido eleita uma das bibliotecárias da BGUC (UCBG, 1994).

73 Sobre estes assunto, ver Machado (1997)

74 A conversão do catálogo dactilografado de autores/títulos, viria a ser concluída em Março de 2012, sendo que continuam por converter, na sua quase totalidade, o catálogo manuscrito (até 1957) e grande parte dos registos das publicações periódicas.

75 A XII Reunião Anual do Grupo de Utilizadores DOBIS/LIBIS teve lugar na Universidade de Coimbra, de 14 a 17 de Setembro de 1993, com a participação de cerca de 160 técnicos especializados, representando 59 instituições pertencentes a vários países.

O final da década de 90 seria marcado pela inauguração do primeiro catálogo colectivo informatizado da UC, a 25 de Junho 1997, integrando a BGUC e as bases de dados da UC das Faculdades de Letras, de Ciências e Tecnologias (Arquitectura, Matemática, Pólo II), de Economia, de Psicologia, de Ciências do Desporto e dos Hospitais da UC. Com a aquisição e implementação do sistema integrado Libertas, foram dezenas as bibliotecas da UC que passaram a dispor de um catálogo público em linha (OPAC) comum e de sistemas partilhados de catalogação e de gestão de empréstimo (UCBG, 2010). A base de dados bibliográficos contava, por esta altura, com cerca de 300.000 registos, de 82 bibliotecas da UC.

Remonta também a este período a execução e implementação de um programa de gestão da sala de leitura. Este foi o primeiro (e único) programa informático desenvolvido por informáticos da BGUC, estando, neste momento, a precisar de ser substituído.

O resto do ano de 1997 e o ano de 1998 foram dedicados à resolução de problemas ainda pendentes da implementação do Libertas, tais como a formação na utilização do módulo de empréstimo, a resolução de problemas ainda remanescentes da conversão de dados a partir do programa Mini-Micro CDS/ISIS e a formação na introdução de dados directamente no sistema Libertas, uma vez que a formação dada pela SLS foi considerada insuficiente. Em Julho de 1998, realizou-se uma reunião de todos os bibliotecários das bibliotecas da UC, promovida pela coordenadora do SIIB/UC, que tinha como objectivo lançar a discussão pública acerca da política de informação da UC, através da realização de umas *Jornadas das Bibliotecas da Universidade de Coimbra* (SIIB/UC, 1999). Com o ano de 1999, iniciava-se a catalogação integrada em linha, sendo que os dados eram introduzidos directamente na base de dados e não em diferido, como acontecia até aqui.

Constituiu-se, pois, a partir da segunda metade da década de 90, uma base de dados bibliográfica própria na UC: o *Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra* (SIIB/UC). O projecto SIIB/Centro, que pretendia alargar-se a toda a região centro, por motivos de vária ordem⁷⁶, viria a restringir-se apenas à UC.

No entanto, o novo milénio iria abrir com um novo desafio para a BGUC. A empresa SLS, responsável pelo programa Libertas, viria a ser absorvida por uma outra empresa, a *Innovative Interfaces*, que veio a descontinuar o programa Libertas. A BGUC ficava, assim, com três anos para encontrar uma solução. Um novo sistema informático tinha de ser adquirido para o SIIB/UC. Assim, em 1998, iniciaram-se as diligências no sentido de encontrar financiamento para a aquisição de um novo sistema, o que viria a concretizar-se na aprovação do Projecto de Informatização das Bibliotecas da UC, apresentado pela BGUC no âmbito dos contratos-programa (Veloso, 2003). No Verão desse ano, encetaram-se contactos com as bibliotecas integradas no SIIB/UC com o objectivo de mobilizar bibliotecários e Presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades a participarem activamente neste processo. Decidiu-se avançar para um concurso público internacional que proporcionasse um leque de opções alargado. A selecção do novo sistema viria a assentar nos resultados do Questionário dos Requisitos Técnicos para a Aquisição de um Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas⁷⁷. As respostas ao questionário evidenciaram um grande número de empresas do sector interessadas no concurso. Por isso, foi desenvolvido um trabalho de pré-selecção de forma a simplificar o concurso antes da sua abertura oficial.

76 A existência do SIIB/Centro foi-se esvanecendo. Quando a Coordenadora Geral do projecto, Dr.ª Maria do Rosário Pericão, se demite, em 30 de Setembro de 1993, e a nova Coordenadora-Geral, Dr.ª Lúcia Veloso, assume funções, o projecto acaba por ficar adstrito à BGUC. A maior parte dos trabalhos continuava a decorrer ao encargo dos bibliotecários dos seus quadros. Pode afirmar-se que não se tratou de uma ruptura, mas sim de uma extinção natural que resultaria do desgaste do próprio projecto: as vicissitudes em torno do programa DOBIS/LIBIS contribuíram, entre outros motivos, para que as bibliotecas que participavam no projecto optassem por encontrar soluções próprias. Quando, em 1995, se adquire o Libertas, o caderno de encargos, apesar de ser subscrito pelo SIIB/Centro, representa um trabalho exclusivo dos técnicos da BGUC. Em 1997, quando se inaugura o OPAC, o conjunto de bibliotecas que o alimentam recebe a designação de SIIB/UC, extinguindo-se, assim, o SIIB/Centro.

77 Este inquérito havia sido utilizado para a aquisição de um sistema pelo consórcio das bibliotecas das Universidades de Madrid e foi cedido à BGUC pela biblioteca da Universidade Complutense de Madrid (1999).

2000: o novo Millennium

O início do novo milénio, que corresponde à 3ª fase da informatização das bibliotecas da UC, abre com a participação na elaboração do caderno de encargos, análise das propostas e integração do júri de avaliação no processo de aquisição de um novo sistema informático que envolveu e empenhou, directamente e pela primeira vez, a Reitoria da UC (UCBG, 2010).

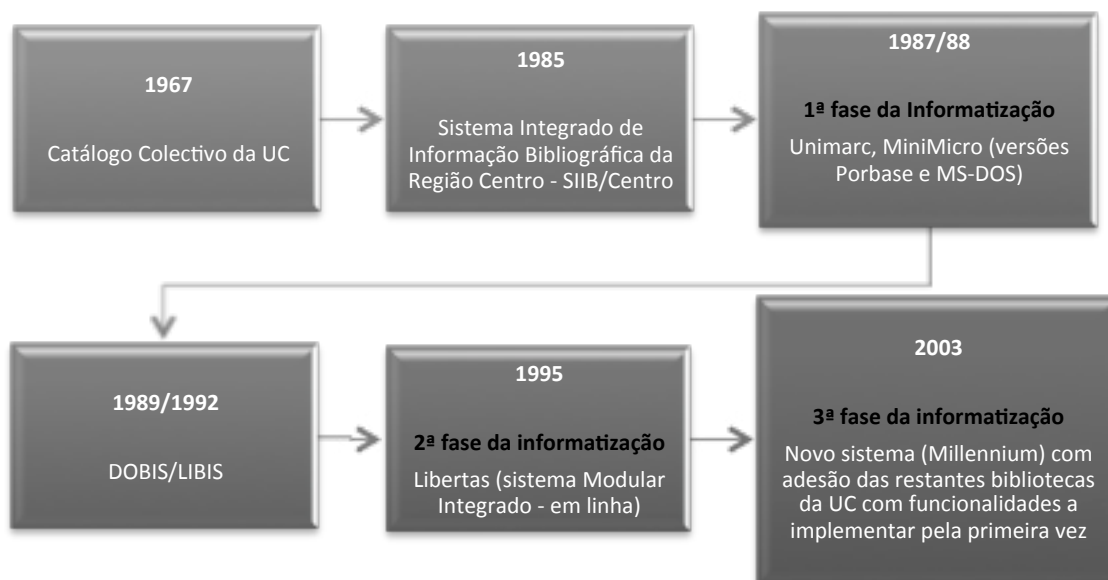


Figura 10 – Fases do processo de automatização das bibliotecas da UC
(adaptado de França [et al.], 2003, p. 146)⁷⁸

Em Dezembro de 2001, viria a abrir o concurso público⁷⁹ para a aquisição de um novo sistema de gestão bibliográfica, tendo sido o acto público de abertura de propostas em Abril e Maio de 2002. Em Julho desse ano, foi entregue o relatório técnico de avaliação e a proposta de adjudicação para análise jurídica que foi dada a conhecer aos concorrentes em Julho de 2003 (Veloso, 2003). De entre as sete empresas seleccionadas para avaliação, haveria de ser escolhida a empresa *Innovative Interfaces*, com o programa Millennium.

A aquisição do Millennium viria a contribuir para a tão desejada base de dados unificada⁸⁰ das bibliotecas e dos serviços de documentação da UC. Trata-se de um sistema integrado e em linha, utilizado por inúmeras bibliotecas universitárias portuguesas e estrangeiras. O seu WebOpac oferece

78 O esquema original (França [et al.], 2003, p. 146) a partir do qual foi adaptada o esquema aqui apresentado não contempla uma fase atribuída ao DOBIS/LIBIS. Consideramos, no entanto, que o tempo (1989-1992) e esforço dedicados ao estudo e tentativa de implementação desse programa, bem como o *know how* que desse estudo emergiu deviam ser contemplados e, por essa razão, foi incluída uma fase dedicada ao DOBIS/LIBIS no esquema que aqui apresentamos.

79 Anúncio publicado no Suplemento do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº S250, de 29/12 de 2001 e no Diário da República, III Série, nº 7, de 9 de Janeiro de 2002. Foi posteriormente rectificado em Aviso publicado no Suplemento do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº S26, de 06/02 de 2002 e no Diário da República, III Série, nº 42, de 19 de Fevereiro de 2002.

80 Lembramos que, nesta altura, e dadas todas as vicissitudes já mencionadas, entre outras, que envolveram as primeiras fases de informatização, nem todas as bibliotecas da UC usavam o mesmo sistema informático. Assim, enquanto algumas utilizavam o mesmo sistema que a BGUC, o Libertas, disponibilizando os seus registos no sistema informático central, outras utilizavam soluções próprias adquiridas a diversos fornecedores (Bibliosoft, Porbase,...).

um *interface* único de pesquisa em todas as bibliotecas da UC, podendo as pesquisas serem feitas de forma autónoma por tipo de documentos e podendo estas também serem feitas na base comum ou na base própria de cada biblioteca. Através de um único registo, o utilizador pode definir e consultar o seu perfil de investigação, obter informações sobre a disponibilidade de títulos, reservá-los e renovar as requisições *online*. Este sistema permite também a uniformização de procedimentos das várias bibliotecas do SIIB/UC: regras de empréstimo, empréstimo interbibliotecas, aquisições. Porque se trata de um sistema integrado, permite ainda racionalizar o tratamento catalográfico, controlar as aquisições, evitando duplicados, gerir as existências das publicações periódicas e controlar assinaturas, fazer correcções e alterações em bloco e garantir o controlo de autoridades. Isto, naturalmente, contribui para a racionalização das tarefas, a diminuição de custos, o aumento da consistência e uniformidade da base de dados (UCBG, 2005). O sistema Millennium veio, pois, responder às necessidades de gestão bibliográfica sentidas e manifestadas pelas bibliotecas da UC, melhorando assim o seu atendimento ao público, satisfazendo cada vez mais e melhor as suas necessidades de informação.

Em Dezembro de 2003, decorreu a primeira reunião de implementação do sistema Millennium, cabendo à Dr.^a Lúcia Veloso⁸¹ a coordenação e implementação do sistema Millennium, na qualidade de coordenadora do projecto SIIB/UC. Formaram com ela equipa a Dr.^a Paula Fernandes Martins⁸², orientando o trabalho das equipas, e responsável pela implementação do módulo de catalogação e controlo de autoridades (tarefas que já desempenhava durante o uso do Libertas), e a Eng.^a Informática Ana Luísa Silva. Após a aposentação da Coordenadora Dr. Lúcia Veloso, a função de coordenação e implementação final do projecto haveria de ser assegurada por estas duas técnicas da BGUC.

Os anos de 2004 e 2005, já sob a direcção do Prof. Doutor Carlos Fiolhais (2004-2011), foram dedicados à parametrização do sistema Millennium, à elaboração de listas de equivalências entre formatos⁸³, à preparação de vários manuais de operações⁸⁴ e à tradução e adaptação do manual sobre o novo formato bibliográfico. Neste processo participaram vários grupos de trabalho constituídos por bibliotecários da UC, o que permitiu que todos os módulos fossem tratados em simultâneo, à excepção do módulo de aquisições⁸⁵ que nunca foi verdadeiramente implementado. Preparados os materiais de suporte, deu-se início, nos primeiros meses de 2006, à formação de bibliotecários e técnicos das bibliotecas da UC nos módulos de catalogação, de registo de publicações periódicas e de empréstimo. A utilização efectiva do novo sistema de gestão bibliográfica aconteceu em Março de 2006, tendo o módulo de catalogação começado a ser utilizado em Fevereiro desse ano. Foi criado um portal de apoio às bibliotecas onde foram

81 Bibliotecária responsável pela coordenação de serviços comuns a todas as bibliotecas da Universidade, nomeadamente o Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra, função que havia sido atribuída à BGUC através do Regulamento de 1997 (artº 2, 2).

82 Enquanto bibliotecária coordenadora do Grupo de Trabalho de Formação, foi encarregada de estudar o formato Marc 21 e ficou responsável por desenvolver as acções de formação para os bibliotecários da UC e coordenar a formação dos técnicos profissionais, em colaboração com a Dr.^a Anabela Lapa, docente no Curso de Especialização em Ciências Documentais da FLUC. Era também esta bibliotecária quem coordenava a conversão e quem servia de interlocutor junto da PORBASE.

83 O formato MARC utilizado pelo Millennium é o MARC 21, pelo que tiveram de ser elaboradas tabelas de equivalência entre o formato UNIMARC (utilizado pelo CDS/ISIS, versão Porbase e Horizon) e o formato UKMARC (utilizado pelo Libertas) para o formato MARC 21. Este trabalho foi realizado pela Dr.^a Paula Fernandes Martins e pelo Dr. Rui Pires.

84 *Módulo de Catalogação Millennium: Registos bibliográficos e de exemplar*, Paula Fernandes Martins (BGUC); *Módulo de Catalogação Millennium: Pesquisa*, Paula Fernandes Martins (BGUC); *Publicações periódicas: Guia de utilização (Versão 1.)*, Iuliana Gonçalves (BGUC), Maria do Carmo Dias (FLUC) Maria Teodósio Jacinto (BGUC); *Publicações periódicas: Exemplos práticos*, Iuliana Gonçalves (BGUC), Maria do Carmo Dias (FLUC) Maria Teodósio Jacinto (BGUC); *Empréstimo: Guia de utilização (Versão 1.)*, Isabel França (FCTUC), Graça Simões (FCTUC), Margarida Umbelino (FPCEUP), José Mateus (BGUC); *Manual do utilizador: Módulo Empréstimo Offline*, não assinado; *Listas de atraso do Empréstimo*, não assinado; *Elaborar listas no sistema Millennium: Manual de operações*, Paula Fernandes Martins (BGUC); *Relatórios estatísticos através da Web: Guia de utilização (Versão 1.)*, Isabel França (FCTUC), Graça Simões (FCTUC), Margarida Umbelino (FPCEUP), José Mateus (BGUC).

85 O Millennium prevê que as aquisições sejam feitas de forma centralizada, no entanto, as aquisições nas bibliotecas da UC são feitas de forma descentralizada. À época, não existia, entre as bibliotecas da UC, uma uniformidade de procedimentos relativamente às aquisições. Assim, ajustar um modelo de aquisições (quase inexistente) das bibliotecas da UC ao modelo de aquisições do Millennium ou vice-versa foi um revés que nunca foi resolvido.

disponibilizados anúncios de novidades e normas, manuais e directrizes para a utilização do sistema Millennium e onde se podia proceder à recolha de informações *online* (informação de parametrização, recolha de estatísticas, preenchimento de questionários, inscrições em acções de formação,...). Neste período, foi a bibliotecária da BGUC, Dr.^a Paula Fernandes Martins, quem continuou (e continua) a proceder à gestão biblioteconómica, à uniformização e controlo de autoridades da base SIIB/UC.

Durante os primeiros anos do século XXI, a BGUC continuou a assumir um papel de enorme importância na coordenação técnica e executiva da rede de informação da UC⁸⁶. Em 2003, num documento intitulado *Linhas gerais para uma política de informação na Universidade de Coimbra*, defenderam as autoras⁸⁷ que a Biblioteca Geral, a par do seu papel de biblioteca pública e universitária, deveria desempenhar a função de agência local de coordenação⁸⁸ que, historicamente, lhe vinha sendo cometida. Para a manutenção do sistema Millennium e dos equipamentos informáticos reclamava-se a criação de um gabinete de informática na BGUC com um técnico superior desta carreira ou o estabelecimento de um protocolo com o CIUC que se encarregaria deste tipo de serviços (França [*et al.*], 2003).

No entanto, os membros do Grupo do Trabalho para a Reorganização e Reestruturação das Bibliotecas da Universidade de Coimbra entenderam que esse papel de coordenação não havia de caber mais à BGUC e o relatório deste GT, aprovado pelo Senado em 2007, conduziu à criação de um novo serviço coordenador das bibliotecas da UC, o Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC)⁸⁹. Este serviço haveria de ser criado em 2007 pelo Senado da UC, sob proposta do Reitor, com o objectivo de criar sinergias com outros serviços da UC, nomeadamente com a BGUC e as várias bibliotecas universitárias. A função de biblioteca central⁹⁰ da UC que a BGUC havia desempenhado ao longo de todo o século XX, passava agora a ser desempenhada por uma nova estrutura que, por reconhecer a importância que a BGUC havia tido na coordenação das bibliotecas da UC em todas as áreas e no seu processo de informatização, fez da BGUC e dos seus técnicos⁹¹ parceiros imprescindíveis.

86 Segundo o Regulamento da BGUC de 1997, competia à BGUC «a coordenação de serviços comuns a todas as bibliotecas da Universidade, nomeadamente o Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra, disponibilizando assim os seus fundos, numa única base, a toda a comunidade nacional e permitindo, ainda, uma gestão racional dos recursos bibliográficos universitários.» (artigo 2º, 2).

87 Bibliotecárias da Universidade de Coimbra: Dr.^a Isabel França do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC, Dr.^a Leonor Marinho Dias da Faculdade de Economia, Dr.^a Lúcia Veloso da BGUC, Dr.^a Maria do Rosário Pericão da Faculdade de Economia, Dr.^a Noémia Canas da Faculdade de Farmácia e Dr.^a Paula Fernandes Martins da BGUC.

88 Neste documento, reclamavam-se para a BGUC as seguintes funções: (i) a consolidação e expansão da sua vocação de biblioteca de referência em todos os domínios; (ii) a gestão das aquisições de bases de dados comuns e das assinaturas de publicações periódicas estrangeiras, conseqüente gestão dos recursos financeiros e contactos com fornecedores; (iii) a produção de recursos electrónicos na área da biblioteconomia, ciência da informação e referência; (iv) a coordenação do controlo de autoridades; (v) a coordenação técnica, no que respeita ao tratamento de recursos bibliográficos ou outros, das bibliotecas cooperantes, as quais, por sua vez, deverão centralizar o tratamento técnico dos seus fundos, por áreas temáticas; (vi) a coordenação da formação técnica; (vii) a coordenação do processo de digitalização de documentos; (viii) a coordenação do processo de conservação e restauro.

89 Segundo o Regulamento de 2009, são funções do SIBUC: 1 — Coordenar o Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da UC (SIIB/UC), com a colaboração da BGUC; 2 — Apoiar a Biblioteca do Conhecimento On-line b-on; 3 — coordenar a gestão e disponibilização das bases de dados comuns da UC, assim como as assinaturas das publicações periódicas (em papel ou electrónicas), com base nas existências da biblioteca b-on; 4 — Gerir o repositório digital Estudo Geral; 5 — Gerir a Biblioteca Digital da UC...

90 O carácter de biblioteca central, no sentido de coordenadora e difusora de recursos próprios e das outras bibliotecas universitárias, que foi conferido à BGUC por Decreto de 1901 e que protagonizou, manteve-se e acentuou-se ao longo do século 20, ficando consagrado em lei, através do Regulamento de 1997, com a atribuição de coordenar os serviços comuns a todas as bibliotecas da Universidade, funções que a BGUC desempenhou até 2007.

91 A bibliotecária Dr.^a Paula Fernandes Martins está encarregue do módulo de catalogação e da gestão de autoridades da base de dados do SIBUC e continua a apoiar as bibliotecas cooperantes em matérias de catalogação, uniformização de pontos de acesso, criação de *templates* específicos e a executar trabalho relativo a autoridades e a ocupar-se da limpeza da base. As bibliotecárias Dr.^a Fátima Carvalho e Dr.^a Iuliana Gonçalves são responsáveis pela formação nos módulos de Catalogação de Monografias e Gestão de Publicações Periódicas do Millennium, respectivamente.

Conclusão

Quando nos propusemos fazer a história da automatização da(s) Biblioteca(s) da Universidade de Coimbra, foi nosso propósito publicar um estudo objectivo e tão completo quanto possível sobre o assunto; quisemos também que todas as afirmações aqui feitas pudessem ser sustentadas por documentação ou por testemunho. Isto porque, aquando da revisão da bibliografia a que nos obrigámos, nos deparámos com afirmações que acreditamos carecerem de fundamentação ou justificação. Não pretendemos, volvidos mais de vinte anos, alimentar uma querela de protagonismos ou reacender polémicas há muito silenciadas. Mas também não podemos deixar de rebater e esclarecer algumas afirmações que lemos e que consideramos excessivas e infundadas. Nomeadamente quando, em 1987, a coordenadora da Informatização da Biblioteca Nacional, Dr.^a Maria Luísa Cabral, afirmou:

Por mais de uma vez se falou neste país na criação de um sistema nacional de informação. Chegaram mesmo a redigir-se projectos e propostas de lei. Resultaram sempre em processos abortados. Falta saber porquê; talvez não esteja longe da verdade ao afirmar que a razão terá residido numa incorrecta atribuição do centro: o que se definia como centro não era, afinal, o verdadeiro centro. Por razões pouco esclarecidas, tudo se passava à margem da BN. No entanto, reconhecida que foi a esta instituição o papel de agência bibliográfica nacional, estão criadas as condições para que ela o desempenhe. No fundo, trata-se apenas de uma exigência que décadas de profissionais não se cansaram de reclamar (Cabral, 1987a, p.31).

Acreditamos que existe um duplo sentido na palavra **centro** utilizada de forma reiterada pela autora destas palavras e que com ela se esteja a referir ao SIIB/Centro. Salientamos que a BGUC vinha a reclamar um projecto nacional de informatização desde 1971 e, em 1978, no *VI Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, dois bibliotecários da BGUC (Sousa & Veloso, 1978, p. 233) defenderam que caberia à BN desempenhar funções coordenadoras no âmbito do *Sistema Nacional de Informação (NATIS)*, reconhecendo, assim, o seu papel de coordenadora em detrimento de outros três organismos. Apesar de estar no “centro” (e é inegável o papel que a BGUC teve no âmbito da automatização das bibliotecas em Portugal), a BGUC nunca quis ser o *centro*. O que aconteceu foi que, perante o ritmo paralisante que o “projecto” nacional levava, a BGUC foi agindo, tornando sempre públicas as suas iniciativas de automatização. Também não é verdade que tudo se passava à margem da BN. A BGUC foi sempre dando notícia dos seus projectos e experiências, quer através dos Cadernos BAD, quer nos encontros de profissionais da área que se vinham realizando, em Portugal, desde 1965.

Mais tarde, em 1991, e já com o projecto Porbase em curso, a mesma bibliotecária de Lisboa haveria de ser ainda mais implacável no uso das palavras:

Desde sempre se desenhou, de forma muito clara, a percepção de que a informatização se faria com técnicos da Biblioteca Nacional, ou pura e simplesmente não se faria (...). Quem no país dispunha de maior prática biblioteconómica senão os técnicos da Biblioteca Nacional? Quem, afinal, mais do que os técnicos da Biblioteca Nacional sentiam [sic] a urgência de uma mudança? (Cabral, 1991, p. 54).

Trata-se, de facto, de afirmações menos exactas. Lembramos que essa “urgência de mudança” foi sentida primeiramente pelos bibliotecários da BGUC que, já em 1964, se haviam deslocado a bibliotecas estrangeiras para se inteirarem dos projectos em curso (Peixoto, 1965), que, em 1973, já recebiam formação em bibliotecas estrangeiras (Mendes, 1974), que, em 1974, foram quem primeiro reclamou por um projecto de automatização das bibliotecas com uma dimensão nacional (quando essa devia ser uma responsabilidade da BN), quando já tinham delineado um ante-projecto de um plano de trabalhos para a automatização das suas bibliotecas (Mendes, 1974). Além disso, antes de a

BN avançar, em 1985, com o projecto Porbase, já os bibliotecários de Coimbra e de outras bibliotecas especializadas de Portugal tinham os seus próprios projectos de automatização em curso (BAD, 1988). Depois vem a questão da “prática biblioteconómica”... Será necessário lembrar designadamente que, desde 1935, com a instalação em Coimbra do único Curso de Bibliotecário-Arquivista de nível superior, a escola moderna de biblioteconomia em Portugal residia nesta cidade:

É nesta Coimbra onde se encontrava a maior concentração de bibliotecários-arquivistas por quilómetro quadrado, em torno da universidade e do curso da FLUC, que irá nascer, em julho de 1963, a primeira revista profissional, os Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. E é aqui também que se começa a organizar a associação profissional, a BAD, com a elaboração do primeiro *Anteprojecto de Estatutos (1964), muitos anos antes de ser possível concretizá-la, em Lisboa. O grande impulsor destas atividades profissionais, das primeiras reuniões e encontros e da publicação dos “Cadernos”, foi um notável “primeiro-bibliotecário” da Biblioteca Geral.* (Amaral, 2013 [no prelo])

Portanto, quando a bibliotecária da BN perguntava “Quem no país dispunha de maior prática biblioteconómica senão os técnicos da Biblioteca Nacional?”, ousamos responder aquilo que já poderia ter sido respondido naquela época: os técnicos de Coimbra e todos os que ali receberam formação, ou seja, a grande maioria dos bibliotecários do país. Alguns deles com experiência na elaboração de projectos de automatização (Calado, 1975 e 1976; UCBG, 1986d; SIIB/Centro, 1988d), experiência e saber esses que foram desvalorizados, aparentemente, pelos técnicos da BN que se lançaram num projecto nacional, subvalorizando o trabalho que já vinha sendo feito noutras bibliotecas e desconsiderando a experiência adquirida por outros bibliotecários do país. Só isso justifica a afirmação “Desde sempre se desenhou, de forma muito clara, a percepção de que a informatização se faria com técnicos da Biblioteca Nacional, ou pura e simplesmente não se faria”. Lembramos apenas que, em 1986, a BN teve um orçamento de 250.000\$00 e o projecto Porbase envolvia um financiamento de 160.000\$00 (BAD, 1988, p. 21). Este apoio financeiro prestado à BN pelo Estado, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Luso-Americana (BAD, 1988, p. 30) e que lhe permitiu avançar de forma célere com o projecto Porbase, faltou, por exemplo, ao projecto SIIB/Centro que foi sobrevivendo do parco orçamento atribuído à BGUC, de algumas atribuições do PIDDAC e de poucos mais apoios. E esta foi, talvez, a razão principal pela qual o projecto de automatização do SIIB/Centro não se concretizou no prazo previsto e, por isso, foi definhando, acabando por se restringir a algumas bibliotecas da UC...

No entanto, o trabalho que foi feito ao longo de 30 anos (1965-1995) pelos bibliotecários da BGUC não pode (nem deve) ser desconsiderado, tão pouco é justo que os créditos da automatização das bibliotecas em Portugal recaiam apenas na BN, fazendo-nos crer que a “tentação totalitária”⁹² por parte da BN temida pela Dr.^a Maria do Rosário Pericão, em 1990, fosse, nos anos que se seguiram, uma realidade, quando a Biblioteca Nacional evocava para si merecimentos que cabiam também a outras instituições.

A BGUC assumiu um papel de suma importância na automatização das bibliotecas portuguesas. Primeiro, porque parece ter sido pioneira nos estudos para a automatização das operações das bibliotecas. Depois, porque assumiu o papel de coordenadora na automatização das bibliotecas da UC⁹³

92 Pericão, 1990b, p. 10.

93 Responsabilidade atestada pelo Regulamento da BGUC de 2009, “No âmbito da sua actividade como biblioteca central da Universidade, foi responsável pela criação e coordenação do catálogo colectivo da Universidade de Coimbra e, desde a década de 80, ao impulsionar o processo de informatização das bibliotecas universitárias de Coimbra, contribuiu decisivamente para a integração de todas essas bibliotecas no Sistema Integrado de Informação Bibliográfica (SIIB -UC) ” (2009, p. 49900)

e da Região Centro. E, por último, porque sempre manifestou o interesse e a necessidade de estar presente nas tomadas de decisão da Porbase, representando sempre os interesses das bibliotecas universitárias.

Cumprido o desígnio da informatização, a BGUC deve continuar a assumir a sua influência não apenas entre as bibliotecas da UC, mas também entre as bibliotecas nacionais. Durante décadas, a BGUC tem vindo a ser apontada como uma referência no que concerne à catalogação, indexação e classificação pelo rigor e qualidade dos seus registos bibliográficos. Esta função de “escola” que desde sempre exerceu — lembramos que os primeiros bibliotecários do país foram formados em Coimbra e muitos deles estagiaram na BGUC — deve permanecer e ser ampliada. Agora que o Catálogo Colectivo das Bibliotecas da UC funciona em pleno e agora que todas as bibliotecas da UC alimentam a mesma base de dados, urge normalizar práticas e procedimentos. É nossa convicção que a BGUC, em colaboração com o SIBUC, tem um papel relevante a desempenhar neste campo. Aliás, essa é uma das atribuições que lhe é cometida pelo Regulamento de 2009:

*Compete à BGUC **colaborar** com o Serviço Integrado de Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC) na **normalização e na coordenação técnica** do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica (SIIB/UC), contribuindo para o aumento da sua qualidade e consistência, assim como, ainda em colaboração com o SIBUC, realizar projectos e tarefas comuns e que requeiram as competências e a experiência dos serviços da BGUC. (p. 49900)*

A criação do SIBUC não veio, portanto, retirar à BGUC a responsabilidade de coordenação técnica das bibliotecas da UC que sempre lhe foi confiada. Aliás, o Regulamento do SIBUC de 2009 ressalva bem essa importância da BGUC: enquanto coordenador do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da UC (SIIB/UC), compete ao SIBUC, em colaboração com a BGUC:

- a) Assegurar a parametrização do sistema.*
- b) Gerir, em colaboração e coordenação com os serviços de natureza central da Universidade no domínio das tecnologias da informação e comunicação e **com a BGUC**, o sistema informático onde está instalado o SIIB/UC e apoiar a implementação das novas versões e funcionalidades.*
- c) Gerir, **em colaboração com a BGUC**, a base de dados bibliográfica.*
- d) Promover, **em colaboração com a BGUC**, a coordenação e normalização de todos os procedimentos técnicos.*
- e) Promover, **em colaboração com a BGUC**, a coordenação do controlo de autoridades.*
- f) Assegurar, **em colaboração com a BGUC** e com os elementos dos Grupos de Trabalho constituídos por bibliotecários das restantes bibliotecas participantes, a formação técnica dos profissionais de bibliotecas necessária ao bom funcionamento do sistema.*

...

BGUC e SIBUC são estruturas que se devem apoiar e valorizar mutuamente e devem ser parceiros na resposta às necessidades decorrentes da gestão conjunta do sistema integrado que serve as bibliotecas da UC. Essa colaboração tem existido e, malgrado as outras atribuições que são cometidas a ambas as entidades e apesar de um cada vez mais reduzido número de funcionários nos seus quadros, é tempo de estabelecê-la e alargá-la às outras bibliotecas da UC, com a criação de Grupos de Trabalho constituídos por bibliotecários das restantes bibliotecas da UC. Apenas uma sinergia com este alcance conferirá a desejada e necessária normalização dos procedimentos técnicos, conferindo qualidade, uniformidade e funcionalidade ao Catálogo Colectivo das Bibliotecas da UC.

Agradecimentos

À Dr.^a Paula Fernandes Martins, a primeira pessoa a quem me dirigi e que sempre respondeu aos meus pedidos de ajuda, fornecendo-me todas as informações que lhe solicitei, armazenadas nos seus múltiplos *dossiers* ou na sua memória invejável. Agradeço também ter-se mostrado disponível para responder às questões que lhe coloquei e, assim, contribuir para que este trabalho seja menos incompleto.

À Dr.^a Maria do Rosário Pericão que, apesar de se ter afastado do centro destes assuntos há 20 anos, acedeu prontamente a “desencaixotar” memórias e documentação pessoal que muito vieram ajudar o desenvolvimento deste trabalho. Não poderei deixar de referir o facto de ter sido ela, bafejada por mais “um vento de sorte”, a encontrar um artigo assinado pelo Dr. Jorge Peixoto que reporta a 1964 o interesse deste Técnico Superior da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) na automatização das suas operações. A “descoberta” deste documento foi crucial para este trabalho, pois veio sustentar e comprovar a tese a partir da qual partimos para este estudo: a BGUC foi, em Portugal, pioneira nos estudos para a automatização das operações das bibliotecas.

A cooperação destas duas bibliotecárias da UC revelou-se preciosa. Sem ela esta pesquisa estaria não teria sido possível. Agradeço também os seus testemunhos pessoais, que fazem delas verdadeiras co-autoras deste estudo. Pelo afecto e confiança com que me acolheram, manifesto aqui o meu penhorado agradecimento.

Falta-nos, no entanto, o testemunho da principal mentora e dinamizadora do processo de automatização da BGUC, a Dr.^a Maria Teresa Pinto Mendes. Não foi por esquecimento que não o incluímos neste trabalho. Foi em consideração pela sua serena idade, e não a conhecendo pessoalmente, que nos permitimos não solicitar a esta bibliotecária decana da BGUC o enorme esforço de relembrar e relatar a história de que foi protagonista, pelo menos durante os anos 70 e 80. Cremos que as marcas de profissionalismo empenhado e sempre orientado para o futuro que deixou na BGUC ao longo das décadas que a serviu constituem, elas próprias, testemunho sólido e suficiente.

Siglas e Acrónimos

BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

BGUC — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Cadernos BAD — Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação

CBA — Curso de Bibliotecário-Arquivista

CCUC — Centro de Cálculo da Universidade de Coimbra

CDCT — Centro de Documentação Científica e Técnica

CECD — Curso de Especialização em Ciências Documentais

CIUC — Centro de Informática da Universidade de Coimbra

DL — Depósito Legal

FCTUC — Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

ICA — Instituto de Investigação Científica de Angola

INIC — Instituto Nacional de Investigação Científica

IST — Instituto Superior Técnico

LCA — Laboratório de Cálculo Automático (UC)

LNEC — Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MARC — Machine Readable Cataloguing

OCLC — Online Computer Library Center

OPAC — Online Public Access Catalogue

PC — Personal Computer (Computador Pessoal)

PIDDAC — Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

SDUA — Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro

SIBUC — Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra

SIGB — Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas

SIIB/Centro — Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro

SIIB/UC — Sistema Integrado de Informação das Bibliotecas da Universidade de Coimbra

UA — Universidade de Aveiro

UBI — Universidade da Beira Interior

UC — Universidade de Coimbra

UNIMARC — Universal Machine Readable Cataloging

Tábua cronológica

1964	Visita de Jorge Peixoto aos EUA para se inteirar dos processos de automatização das bibliotecas em curso
1971	Início dos estudos para a automatização das bibliotecas da UC
1974	Apresentação do ante-projecto para a automatização das bibliotecas da UC
1979	<i>Lista de Publicações Periódicas recebidas nas Bibliotecas da Universidade de Coimbra</i> , elaborada por computador
1985	Sistema Integrado da Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e da Região Centro
1986	Acordo de Cooperação entre a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
1987	Lançamento da Porbase — Base Nacional de Dados Bibliográficos
1987/1988	1ª fase da informatização (Unimarc, MiniMicro — versões Porbase e MS-DOS)
1988	<i>Ponto da situação da aplicação das novas tecnologias da informação às bibliotecas e seu impacto na actividade das bibliotecas em Portugal</i>
1989	Protocolo entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, que formaliza a cooperação para a automatização que existia entre estas duas universidades desde 1973
1990	Acordo de estudo conjunto entre a Companhia IBM e a Universidade de Coimbra
1992	<i>Ponto da situação da aplicação das novas tecnologias da informação às bibliotecas e seu impacto na actividade das bibliotecas em Portugal: actualização</i>
1990/1993	Parametrização do DOBIS/LIBIS
1995	2ª fase da informatização (Libertas)
1997	Inauguração do OPAC das bibliotecas da Universidade de Coimbra
2003	3ª fase da informatização (Millennium)

Índice de Figuras

Figura 1 – Mesa-redonda sobre automatização: tópicos para discussão. (adaptado de Encontro, 1976, p. 458).....	23
Figura 2 – Aplicações informáticas existentes nas bibliotecas portuguesas em 1986 (adaptado de BAD, 1988, p. 11).....	29
Figura 3 – Bibliotecas analisadas – dados comparativos entre 1986 e 1990 (adaptado de BAD, 1992, p. 30)	33
Figura 4 – Maiores colecções e correspondentes bases de dados (adaptado de BAD, 1992, p. 43).....	33
Figura 5 – Bases de dados – total existente (adaptado de BAD, 1992, p. 51)	34
Figura 6 – Bases de dados – dimensão (número de registos) (adaptado de BAD, 1992, p. 53).....	34
Figura 7 – Bases de dados – acesso em rede (adaptado de BAD, 1992, p. 67).....	34
Figura 8 – Bases de dados – cedência de registos (adaptado de BAD, 1992, p. 57).....	34
Figura 9 – Projectos de automatização e catálogos automatizados em Portugal	37
Figura 10 – Fases do processo de automatização das bibliotecas da UC. (adaptado de França [et al.], 2003, p. 146)	46

(Página deixada propositadamente em branco)

Referências bibliográficas

- ACORDO de Cooperação entre a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 28 de Abril de 1986. 3 p. [documento interno]
- ACORDO de Estudo Conjunto entre a Companhia IBM Portuguesa e a Universidade de Coimbra, 31 de Dezembro de 1990. 11 p. [documento interno]
- AMARAL, A.E. Maia do (coord.) (2013) — *Aberta e patente a todos: 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra (1513-2013)*. [no prelo]
- BAD: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (1988) - *Ponto da Situação da aplicação das novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal*. Lisboa: BAD.
- BAD: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (1992) — *Ponto da Situação da Aplicação das Novas Tecnologias de Informação às Bibliotecas e o seu Impacto na Actividade das Bibliotecas em Portugal: actualização*. Lisboa: BAD.
- BORGMAN, Christine L. (1997) — "From acting locally to thinking globally: a brief history of library automation". *The Library Quarterly*. Chicago: The University of Chicago Press. Vol. 67, nº 3 (1997), p. 212-249.
- CABRAL, Maria Luísa ; ANTÓNIO, Rafael ; SERRA, Filomena (1985) - *Informatização da Biblioteca Nacional: estudo preliminar* [texto mimeografado]. Lisboa : Biblioteca Nacional. 33 p.
- CABRAL, Maria Luísa ; ANTÓNIO, Rafael (1986) - *Relatório da visita de estudo a França e Grã-Bretanha* [texto mimeografado]. Lisboa : Biblioteca Nacional. 54 p.
- CABRAL, Maria Luísa (1987a) — "A informatização da Biblioteca Nacional: gerir o presente, planear o futuro". *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN. Vol. 2, nº 1 (1987), série 2, p. 161-167.
- CABRAL, Maria Luísa (1987b) — "Papel da agência bibliográfica nacional". In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 — *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva. p. 29-33.
- CABRAL, Maria Luísa (1991) — "Informatizar para otimizar recursos bibliográficos". *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa: A.P.B.A.D. Vol. 1, (1991), p. 51-58.
- CABRAL, Maria Luísa ; LOPES, Maria Inês (1992) — "A modernização das bibliotecas portuguesas: cinco anos decisivos". *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa: A.P.B.A.D. Vol. 1, (1992), p. 17-33.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 2, nº 2, Abril de 1965.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 5, nº 3, Julho de 1968.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 6, nº 1, Janeiro de 1969.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 6, nº 2, Abril de 1969.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 7, nº 2, Abril de 1970.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 8, nº 1, Janeiro de 1971.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 8, nº 4, Outubro de 1971.

- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 11, nº 1 e 2, Janeiro a Abril de 1974.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 11, nº 3 e 4, Julho a Outubro de 1974.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 12, nº 2 e 4, Abril a Dezembro de 1976.
- CADERNOS de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Vol. 13, nº 2, Julho a Dezembro de 1977.
- CALADO, Adelino de Almeida (1975) — *Os Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro: princípios de organização e perspectivas de desenvolvimento*. Aveiro, [s.n.]
- CALADO, Adelino de Almeida (1976) — “Estrutura dos Serviços de Documentação”. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 5, Braga, 1976 — *Actas*. Braga: [s.n.]. p. 143-174.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1988) — Tópicos sobre o Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro, destinados à elaboração do discurso do Senhor Reitor, na assinatura do protocolo de cooperação... [documento interno]
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2004) — “O senhor dos livros: entrevista a Aníbal Pinto de Castro”. *Rua Larga*. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra. Nº 6 (2004), p. 47-50.
- COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (1988) — Decisão do Conselho de 26 de Julho de 1988 relativa à execução de um plano de acção para a criação de um mercado de serviços de informação (88/524/88). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Luxemburgo: CEE. Nº L 288 (21 de Outubro de 1988), p. 39-43.
- COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (1995) — Equipamento de telecomunicações: concurso público (95/C 69/06). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Luxemburgo: CEE. Nº C 69/6 (21 de Março de 1995), p. 6-7.
- CONCURSO público internacional no âmbito da Comunidade Europeia - BGUC/2/95 - Fornecimento e instalação de um sistema de gestão integrada de bibliotecas para o SIIB/Centro - Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro. *Diário da República*, 3ª série — Nº 69 — de 22 de Março de 1995, p. 4785-4786.
- CONCURSO público internacional para fornecimento e instalação de um sistema de gestão integrada para o SIIB/UC - Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra. *Diário da República*, 3ª série — Nº 7 — de 9 de Janeiro de 2002, p. 400-401.
- CONCURSO público internacional para fornecimento e instalação de um sistema de gestão integrada para o SIIB/UC - Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra [rectificação]. *Diário da República*, 3ª série — Nº 42 — de 19 de Fevereiro de 2002, p. 3476.
- CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto 1985 — *A informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD.
- CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 — *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva.
- CRUZ, Guilherme Braga da (1971) — Palavras proferidas pelo Director da Biblioteca Geral da Universidade Doutor Guilherme Braga da Cruz na abertura ao público do Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra. [documento interno]
- DECRETO Regulamentar nº 17/85. *Diário da República*, 1ª série — Nº 55 — de 7 de Março de 1985, p. 563-568.
- DELIBERAÇÃO nº 314/97. *Diário da República*, 2ª série — Nº 237 — 13 de Dezembro de 1997, p. 12.545-12547 [Regulamento da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra]
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 4, Coimbra, 1973 — *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 5, Braga, 1976 — *Actas*. Braga: [s.n.].
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 6, Aveiro, 1978 — *Actas*. Aveiro: [s.n.].
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 7, Lisboa, 1979 — *Actas*. Lisboa: [s.n.]. 2 vols.
- FIOLHAIS, Carlos (2008) — “A Biblioteca Geral da UC”. *Rua Larga*. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra. Nº 19 (2008), p.18-20.
- FRANÇA, Isabel [et. al.] (2003) — *Linhas gerais para uma política de informação na Universidade de Coimbra*. Coimbra : BGUC. p. 281-294.

- GONÇALVES, Iuliana (2003) — “Biblioteca Geral: versão electrónica dos Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas”. *Rua Larga*. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra. Nº 2 (2003), p. 18-19.
- JENKS, George M. (1976) — “Algumas considerações sobre as bibliotecas portuguesas”. *Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação*. Lisboa: A.P.B.A.D. Vol. 12, nº 2-4 (1976), p. 162-166.
- JOLLIFFE, J.W. (1978) — *Report to Unesco on a consultant mission to Portugal (participation programme 1977/1978) to study the automation of bibliographic activities*. Oxford: [s.n.]
- MACHADO, Ana Mafalda de Sousa (1997) — “A conversão retrospectiva na BGUC: breves considerações”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: BGUC. Vol. 43, p. 273-280.
- MARIANO, Emília Henriques Gouveia da Silva (1987) — “Automatização da catalogação nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e Região Centro: um projecto em curso”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 — *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva. p. 71-77
- MARQUES, João Carlos (coord.) (2006) — *Reorganização e reestruturação das bibliotecas da Universidade de Coimbra: relatório* [online]. Coimbra: [s.n.]. [Consul. 26 de Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.uc.pt/sibuc/Pdfs/relatorio>>
- MENDES, Maria Teresa Pinto (1974) — *Estágio no Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (Brasil): relatório*. Coimbra: BGUC [documento interno]
- MENDES, Maria Teresa Pinto (1984) — “A Biblioteca Geral e os Serviços de Documentação da Universidade de Coimbra”. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra: BGUC. Vol. 31 (1984), p. 467-487.
- MENDES, Maria Teresa Pinto (1986) — “Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e da Região Centro: notícia de um projecto”. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Vol. 2 (1986), p. 57-62.
- NUNES, Luís Filipe de Abreu — “Novas tecnologias de informação: perspectivas em Portugal”. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 — *A informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD. p. 127-136.
- OFÍCIO nº 47/461 de 10 de Novembro de 1971 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. [documento interno]
- OFÍCIO nº 47/465 de 10 de Novembro de 1971 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Reitor da Universidade de Coimbra. [documento interno]
- OFÍCIO nº 47/469 de 11 de Novembro de 1971 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Dr. Jose Savério Lia do Centro de Processamento de Dados da Escola de Engenharia de São Carlos na Universidade de São Paulo (Brasil). [documento interno]
- OFÍCIO nº 49/427 de 17 de Julho de 1973 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Director-Geral dos Assuntos Culturais. [documento interno]
- OFÍCIO nº 50/328 de 7 de Junho de 1974 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Director-Geral dos Assuntos Culturais. [documento interno]
- OFÍCIO 50/437 de 28 de Agosto de 1974 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Director-Geral dos Assuntos Culturais. [documento interno]
- OFÍCIO 50/438 de 28 de Agosto de 1974 do Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz, ao Reitor da Universidade de Coimbra. [documento interno]
- OFÍCIO 51/268 de 12 de Maio de 1975 do Bibliotecário-Chefe César Pegado ao Director-Geral de Organização Administrativa. [documento interno]
- OFÍCIO nº DV//1906/3(39) de 10 de Agosto de 1973 do Director-Geral dos Assuntos Culturais ao Director da BGUC, Guilherme Braga da Cruz. [documento interno]
- PAIVA, Lucília (1985) — “A automatização da informação e a realidade portuguesa”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 — *A informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD. p. 303-313.

- PEIXOTO, Jorge (1965) — “Viagem pelos Estados Unidos da América do Norte: aspectos da automatização”. *Ocidente: Revista Portuguesa*. Lisboa: A. Pinto. Vol. 68, nº 324 (Abril, 1965), p. 207-212.
- PEIXOTO, Jorge (1971) — “Prefácio da edição portuguesa”. In ASHWORTH, Wilfred (1981) — *Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª ed. p. VI-XXXII.
- PEIXOTO, Jorge (1973) — “Sessão de abertura: discurso”. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 4, Coimbra, 1973 — *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 27-34.
- PERICÃO, Maria do Rosário (1990a) — *Conferência Europeia para a Automatização e Redes de Bibliotecas, I, Bruxelas, 9 a 11 de Maio de 1990: relatório*. [documento interno]
- PERICÃO, Maria do Rosário (1990b) — *Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro: projecto da 2ª fase: comunicação apresentada em Reunião Geral de Bibliotecários da Região Centro em 19 de Outubro de 1990*. [documento interno]
- PERICÃO, Maria do Rosário (1991a) — “A informatização das fontes documentais: projecto da Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro”. Sep. das Actas do Colóquio da História Militar em Portugal, 2, Lisboa, 1991.
- PERICÃO, Maria do Rosário (1991b) — “Gestão da Biblioteca da Universidade de Coimbra”. *IBM Hoje*. Lisboa: IBM. Nº 12 (Fevereiro 1991). p. 24-26.
- PERICÃO, Maria do Rosário (1992) — “Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro: um projecto de gestão integrada”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4, Braga, 1992 — *Informação, Ciência, Cultura: Bibliotecas e Arquivos para o ano 2000: actas*. Braga: BAD. Vol. 2, p. 161-186.
- PERICÃO, Maria do Rosário (1993a) — “12º Encontro de Utilizadores DOBIS/LIBIS”. *IBM Hoje*. Lisboa: IBM. Nº 27 (Dezembro 1993). p. 52-53.
- PERICÃO, Maria do Rosário (1993b) — [Carta de demissão das funções de Coordenadora Geral do Projecto de criação e desenvolvimento da Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro e de Coordenadora do Projecto de gestão informática das bibliotecas da Universidade de Coimbra, apresentada ao Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra a 30 de Setembro de 1993] [documento interno]
- PORBASE. Lisboa: Biblioteca Nacional. Nº 1, Maio (1987).
- PORTUGAL. BIBLIOTECA NACIONAL (1985) - *Missão de estudo à Library of Congress, Washington, D. C.: 12 - 16 de Agosto de 1985*. Lisboa: BN. 49 f.
- PORTUGAL. COMISSÃO MINISTERIAL PARA O ESTUDO DA SITUAÇÃO ACTUAL E EVOLUÇÃO FUTURA DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (1971) — *Relatório da Comissão Ministerial para o Estudo da Situação Actual e Evolução Futura das Bibliotecas Universitárias: Julho de 1971*. [Lisboa: s.n.]
- PORTUGAL. MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1970-1974) — “Improviso proferido pelo sr. Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor José Veiga Simão (...)”. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 4, Coimbra, 1973 — *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 37-41
- PROJECTO de Informatização das Bibliotecas da Universidade de Coimbra. [S.l.: s.n., 1985?] [documento interno]
- PROTOCOLO entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, 5 de Janeiro de 1989. [documento interno]
- RAYWARD, W. Boyd (2002) — “A history of computer applications in libraries: prolegomena”. *IEE Annales of History of Computing*. [S.l.] : IEE. Vol. 24, nº 2 (2002), p. 4-15.
- Regulamento n.º 487/2009, Diário da República, 2.ª série — N.º 238 — 10 de Dezembro de 2009, p. 49899-49902 [Regulamento da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra]
- Regulamento n.º 488/2009, Diário da República, 2.ª série — N.º 238 — 10 de Dezembro de 2009, p. 49902-49903 [Regulamento Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra]
- SALMON, Stephen R. (1993) — “LITA's first twenty-five years: a brief history”. *Information technology and libraries*. Chicago: Library Information and Technology Association. Vol. 12, nº 1, p. 15- 35.
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1987) — *Acta da reunião que teve lugar no dia 7 de Outubro de 1987, em Coimbra* [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1988a) — *Acta da reunião que teve lugar no dia 31 de Maio de 1988, em Coimbra*. [documento interno]

- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1988b) — *Carta à Subdirectora da Biblioteca Nacional de Lisboa de 21 de Janeiro de 1988*. Coimbra. [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1988c) — *Informação 88/9 (29 de Novembro de 1988)* [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1988d) — *Projecto de estruturação do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro* [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1989a) — *Acta da reunião permanente 89.09.26*. [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1989b) — *Documento de trabalho apresentado ao Conselho das Bibliotecas Participantes*. [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1993) — *Relatório do Projecto do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro) apresentado à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica*. [documento interno]
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA REGIÃO CENTRO (1994) — *Informação 3/94: 94-10-18 : Plano de informatização das Bibliotecas da Universidade de Coimbra*. [documento interno]
- SOUSA, José Manuel Motta de ; Veloso, Lúcia Maria da Silva Mariano (1978) — “Algumas considerações sobre as infraestruturas do Sistema Nacional de Informação (NATIS) em Portugal”. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 6, Aveiro, 1978 — *Actas*. Aveiro: Universidade. p. 227-253.
- SOUSA, José Manuel Motta de (1987) — “A implementação regional do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e Região Centro”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 — *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva. p. 59-70.
- TAYLOR, Arlene G. (2004) — *The organization of information*. London: Libraries Unlimited.
- UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID. BIBLIOTECA (1999) — *Guía de evaluación para la selección de un sistema de gestión bibliotecario*. Madrid: Universidad Complutense. (Documentos de trabajo; 99/3)
- UNIVERSIDADE DE AVEIRO. SERVIÇO DE BIBLIOTECA, INFORMAÇÃO DOCUMENTAL E MUSEOLOGIA (2012) — *Apresentação: história* [website]. Aveiro: Universidade.
- [Consult. 23 Jun. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PagelImage.aspx?id=2934>
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2002) — *Concurso Público Internacional para Fornecimento e Instalação de um Sistema de Gestão Integrada para o SIIB/UC — Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra: relatório de avaliação*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1996) — *Prospecto da Universidade de Coimbra: 1996/1997*. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2003) — *Prospecto da Universidade de Coimbra: 2003/2004*. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1979) — *Acta da reunião do dia 7 de Novembro de 1979*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1984) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1986a) — *Projecto de automatização das bibliotecas da Universidade de Coimbra*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1986b) — *Relato de diligências feitas pela BGUC, de 7 de Janeiro a 18 de Março de 1986*.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1986c) — *Relatório de Actividades da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1985/1986* [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1986d) — *Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e Região Centro: projecto*. Coimbra: [s.n.]

- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1988) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1989) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1990) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1992) — *Relatório de Actividades apresentado pelo Director: ano Lectivo de 1990-1991*. Coimbra: BGUC.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1993) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da UC*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (1994) — *Vida da biblioteca*. Coimbra: BGUC.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL. SECÇÃO DE LEITURA (1999) — *Relatório de actividades da Secção de Leitura da Biblioteca Geral da UC: 1998/1999*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (2004) — *Relatório de encerramento do Projecto Débora (LB5608A) e resumo financeiro*. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (2005) — *Bibliotecas da Universidade de Coimbra: 20.Julho.2005* [reunião com o Vice-Reitor João Carlos Marques]. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (2005) — *Reunião com Bibliotecas da Universidade de Coimbra: 20.07.2005: adenda e anexo à ordem de trabalhos* [reunião com o Vice-Reitor João Carlos Marques]. [documento interno]
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (2009) — *Relatório de actividades da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativo ao ano lectivo de 2008-2009* [online]. Coimbra: BGUC. [Consult. 23 de Jun. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.uc.pt/bguc/PDFS/RelatorioActividades200809>>
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. BIBLIOTECA GERAL (2010) — *Serviço Público da Biblioteca da Universidade de Coimbra* [online]. Coimbra: BGUC. [Consul. 23 Jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.uc.pt/bguc/Documentos2010/CausaPublica>>
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA (1999) — *Relatório do Projecto SIIB/UC: 1997/99*. Coimbra: [s.n.]
- VELOSO, Lúcia (1994a) — “O Projecto AIDA no contexto de um serviço nacional de empréstimo interbibliotecas”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: BGUC. Vol. 42 (1994), p. 307-318.
- VELOSO, Lúcia (1994b) — *Relatório do Projecto SIIB/Centro: Dezembro de 1994*. [documento interno]
- VELOSO, Lúcia (2003) — “Biblioteca Geral: aquisição do sistema informático para base de dados”. *Rua Larga*. Coimbra: Reitoria da UC. Nº 2 (2003), p. 31.

ANEXOS

Anexo 1

“Automatização das bibliotecas e dos serviços ligados à informação científico-técnica em geral”

1 - A BGUC, juntamente com as restantes bibliotecas universitárias, iniciou os estudos para a informatização dos seus serviços.

A realização dos processos automáticos ser-lhe-á, em princípio, assegurada pelo Laboratório de Cálculo Automático da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. No presente ponto destes estudos, e como já o fez sentir ao Ministério da Educação e Cultura por Intermédio da Direcção-Geral dos Assuntos culturais (of. 50/437, de 28/8/74), a BGUC necessita de meios para poder contratar pessoa ou empresa a quem entregue a análise computacional do seu sistema.

2 – Teve recentemente a BGUC conhecimento dos seguintes factos:

- 2.1. – A Universidade Nova de Lisboa começou a análise com vista à informatização do seu sistema bibliográfico e informativo, tendo para tal contratado dois técnicos;
- 2.2. – Junto da Biblioteca Nacional de Lisboa outro técnico estuda presentemente problemas equivalentes, concretamente os da catalogação.

3 – Assim:

- 3.1. – Perante a dispersão de verbas do mesmo Ministério para o estudo de problemas comuns;
- 3.2. – Perante o investimento complementar necessário no futuro para compatibilizar os sistemas resultantes, uma vez que já ninguém hoje duvida da necessidade de um sistema único, nacional, de tratamento e difusão da informação bibliográfica e científico-técnica,
- 3.3. – Perante o espírito de colaboração e entendimento existentes entre os componentes das classes bibliotecária e afins, o qual, facilitando, desde já, os estudos em comum, proporcionará, no futuro, a aceitação de um sistema comum.

Propomos:

- A- A criação de um grupo de trabalho que, a tempo inteiro e com prazos bem definidos, estude e promova a realização por processos automáticos de todos os serviços, de modo a constituir-se um sistema nacional de tratamento e difusão da informação;
- B- Que desse grupo façam parte ou sejam regularmente ouvidos todos quantos, embora isoladamente, já tenham iniciado estes estudos.

(Mendes, 1984, p. 480)

(Página deixada propositadamente em branco)

Anexo 2

Projecto SIIB/Centro: sinopse

A cooperação entre os bibliotecários da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro existia desde o início da criação e entrada em funcionamento dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (SDUA). Segundo Pericão (1992), estes profissionais, “desencadearam, a partir de 1973 e 1974, uma série de acções, ao seu alcance, para a utilização dos meios informáticos nas bibliotecas da Região. É a fase, ignorada ou talvez já esquecida, da sensibilização de profissionais, da auscultação das autoridades universitárias e da apresentação, a nível superior, dos primeiros projectos de trabalho; da tímida cedência dos poucos equipamentos informáticos existentes, nessa época, na Universidade de Coimbra; das múltiplas iniciativas, em todo este processo, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na qualidade de organismo coordenador do Catálogo Colectivo da Universidade⁹⁴. É também a fase do alheamento das entidades estatais e até dos responsáveis universitários, que as contingências da mudança política, que então se vivia na sociedade portuguesa, em certa medida, puderam justificar ou, no mínimo, desculpabilizar (1992, p. 163).

Em Janeiro de 1986, “os Bibliotecários das Universidade de Coimbra e de Aveiro e de outras Bibliotecas da Região Centro decidem criar, informalmente, uma estrutura que, do ponto de vista organizacional, pudesse acolher todas as bibliotecas da região interessadas na cooperação interinstitucional, promovesse a formação técnica e informática e, obviamente, fomentasse os estudos técnicos indispensáveis a um projecto desta natureza, beneficiando, por outro lado, dos apoios logísticos e de natureza material que só uma grande biblioteca como a BGUC poderia disponibilizar. Dava-se, assim, corpo a uma estrutura mais tarde designada por Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro) que, após definição do seu âmbito, objectivos e princípios e depois de largamente testado o seu modo de funcionamento, se viu oficialmente reconhecida por protocolo de cooperação assinado pelos Reitores da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro, em Janeiro de 1989” (Pericão, 1992, p. 165). Na altura, foi nomeada para coordenadora do projecto a Dr.^a Maria do Rosário Pericão (a função foi-lhe oficialmente delegada em 1991), da Faculdade de Economia da UC. Até à data de assinatura do protocolo, participavam no projecto dezoito bibliotecas universitárias e onze de outras instituições, foram ministrados cursos de preparação específica a cerca de 40 bibliotecários e 120 técnicos auxiliares, criaram-se sete grupos de trabalho em actividade permanente e algumas das bibliotecas já tinham iniciado o carregamento de dados na Porbase (BGUC, 1988a). A coordenação do projecto era feita a partir de Coimbra, concretamente, a partir da BGUC, por razões geográficas, pelo facto de esta biblioteca possuir uma ampla experiência adquirida pela organização e manutenção do Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra (que alimentava o Catálogo Colectivo Nacional) e pela forte concentração de recursos bibliográficos disponíveis a nível regional (Sousa, 1987, p. 65).

O projecto haveria de perder fôlego logo no início dos anos 90, com a demissão, em 30 de Setembro de 1993, da coordenadora técnica, a bibliotecária Dr.^a Maria do Rosário Pericão, que haveria de ser substituída por uma bibliotecária da BGUC, a Dr.^a Lúcia Veloso. As vicissitudes advindas do acordo com a IBM e a impossibilidade de aplicar o projecto a todas as bibliotecas participantes, viriam a resumir-lo a apenas um conjunto de bibliotecas-piloto da UC, pelo que, quando se inaugura o OPAC na BGUC, em 1997, o projecto SIIB/Centro passa a designar-se SIIB/UC.

94 Segundo Mendes (1984, p. 473), “Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra vai alargando o seu âmbito e transforma-se lentamente em Catálogo Colectivo Regional; já conta com a contribuição dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro e da biblioteca do Instituto Superior de Tecnologia de Coimbra”.

(Página deixada propositadamente em branco)

Anexo 3

Entrevista à Dr.^a Maria do Rosário Pericão

Exm.^a Dr.^a Maria do Rosário Pericão

Em 2012, no âmbito das Comemorações dos 500 de Existência da Biblioteca da Universidade de Coimbra, foi-me solicitado que escrevesse um capítulo sobre a história da informatização da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra que deverá integrar uma obra sobre a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Aceitei o desafio prontamente, mas cedo verifiquei que tinha matéria para mais do que um capítulo. O resultado final desse trabalho de investigação originou nas páginas que lhe envio e que teria muito gosto que lesse.

A Dr.^a Rosário Pericão, apesar de nunca ter sido bibliotecária na BGUC, ao coordenar o projecto SIIB/Centro, testemunhou de perto a história da informatização da BGUC. Julgo que a história desta fase da BGUC ficará muito mais completa e resultará mais esclarecedora com o seu testemunho pessoal.

Em anexo, seguem algumas questões a que gostaria que respondesse. Solicito ainda autorização para publicar essas respostas juntamente com o trabalho que envio.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e seu contributo para este meu trabalho.

Muito grata,

Coimbra, 22 de Março de 2013

(Página deixada propositadamente em branco)

1. Foi Coordenadora do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro) até 1993 e, apesar de nunca ter sido bibliotecária na BGUC, acompanhou de perto as mais importantes iniciativas desta biblioteca para a informatização das bibliotecas da UC durante os anos 80 e 90 do século XX. Como define o papel e a importância da BGUC na informatização das bibliotecas da UC e da região Centro?

É verdade que nunca fui bibliotecária na BGUC, mas enquanto concluí o 2º ano do Curso de Bibliotecário-Arquivista, mais concretamente de Março de 1973 a Novembro de 1974, passei a exercer funções naquela Biblioteca como Catalogadora de 1ª classe. Por outro lado, em Maio de 1975 assumi as funções de Bibliotecária da recém criada Faculdade de Economia da UC e, por todas essas razões, tive, assim, a oportunidade e o privilégio de participar, não apenas nas iniciativas da BGUC para a informatização das bibliotecas da UC durante os anos 80 e 90, mas ainda nas dos anos 70, incluindo todas as reuniões e cursos de formação a que alude no seu texto, excepção feita ao período entre Novembro de 1974 e Maio de 1975 e ao ano lectivo de 1979/1980 em que estive em França a frequentar um curso de pós-graduação.

Ao longo da minha formação profissional e durante a minha permanência na BGUC fui despertada pelo Dr. Jorge Peixoto para a grande revolução que se anunciava e passei a ter consciência de que caberia à minha geração esse desafiante encargo, desbravados que estavam, pela anterior, os princípios e normas técnicas da nossa profissão.

O papel e a importância da BGUC na informatização das bibliotecas foi não apenas determinante para as Bibliotecas da UC e da Região Centro, como também extremamente relevante, pelo pioneirismo que aquelas suas iniciativas representaram e que provocaram um significativo impacto de âmbito nacional.

2. Numa altura em que a Biblioteca Nacional também avançava com um projecto nacional de informatização das bibliotecas portuguesas, o SIIB/Centro, que foi acusado pela BN de não ter realidade material, constatou que os seus relatórios e estudos não eram bem recebidos pela BN. Por que razão considera que isso tenha acontecido? Como define as relações entre a BN e o SIIB/Centro no final dos anos 80?

Na realidade, a BN, que na minha modesta opinião despertou demasiado tarde, não avançou propriamente com um projecto nacional de informatização das bibliotecas portuguesas porque se o pretendesse fazer não poderia ter deixado de ter em conta as Bibliotecas Universitárias (BUs), pela importância e pela riqueza dos seus fundos documentais, no contexto nacional, e pelas necessidades tão específicas dos seus diversos tipos de utilizadores, características e recomendações que os Bibliotecários de Coimbra pretendiam salvaguardar e que nunca foram atendidas ou sequer compreendidas pela BN e daí os sucessivos desencontros que o SIIB/Centro e a BN tiveram naqueles primeiros e já longínquos tempos.

De facto, a BN o que pretendia com a PORBASE, de forma expressa ou não, era a criação de uma Base de Dados Bibliográficos Nacionais — ambição, de resto, legítima na sua função de agência bibliográfica nacional — mas não, especificamente, a criação de uma Base Nacional de Dados Bibliográficos. Esta viria apenas por acréscimo, na medida em que disponibilizando um instrumento simples e inicialmente gratuito — o Programa da UNESCO Mini-micro CDS/ISIS e as suas diversas versões Porbase — poderia “arrastar” todas as outras bibliotecas para serem suas cooperantes, através do envio dos seus próprios registos de bibliografia estrangeira e, assim, atingir rapidamente um volume de dados muito significativo do ponto de vista quantitativo, mas cujas duplicações de registos, níveis

de descrição bibliográfica e ausência de princípios de autoridade deixava bastante a desejar do ponto de vista da consistência e da qualidade da base, o que era profundamente insatisfatório para as BUs. Ainda hoje essas imprudências são bem visíveis, nomeadamente quanto à rubrica uniforme de autor, o que me parece trágico numa base de dados da responsabilidade de uma Biblioteca Nacional que deveria ser normativa e, portanto, irrepreensível quanto a princípios de autoridade.

Foram as exigências expressas nesses relatórios e estudos da BGUC e do SIIB/Centro, a não satisfação das nossas recomendações, a imposição de soluções desadequadas e insuficientes para as BUs e a escassez de diálogo — que como tive ocasião de escrever noutra parte, nos transformava mais em meros contribuintes do que em verdadeiros cooperantes — que geraram as dificuldades, para não dizer as incompatibilidades, entre o SIIB/Centro e a BN. A par de tudo isto, em meu entender, terão tido também importância as antigas e latentes rivalidades, nunca assumidas, entre a BGUC e a BN, o dinamismo e o pioneirismo de Coimbra (não esqueçamos que durante largos anos a formação dos Bibliotecários e Arquivistas era única e exclusivamente feita na Universidade de Coimbra e, à época, a única revista profissional, *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* também nascera em Coimbra), o tradicional centralismo da capital e outras questões que, embora menores e mais subtis, também devem ter tido influência, tais como as pequenas lutas — conscientes ou não — por protagonismo ou, quiçá, por poder... tão próprias das fraquezas da condição humana!

Esta mescla de razões — umas técnicas e objectivas e outras mais incorpóreas — tornaram explosivas e desgastantes, para não dizer insuportáveis, as relações entre o SIIB/Centro e a BN.

3. A Coordenadora da Informatização da Biblioteca Nacional, Maria Luísa Cabral, afirmava, em 1987, que «Por mais de uma vez se falou neste país na criação de um sistema nacional de informação. Chegaram mesmo a redigir-se projectos e propostas de lei. Resultaram sempre em processos abortados. Falta saber porquê; talvez não esteja longe da verdade ao afirmar que a razão terá residido numa incorrecta atribuição do centro: o que se definia como centro não era, afinal, o verdadeiro centro. Por razões pouco esclarecidas, tudo se passava à margem da BN. No entanto, reconhecida que foi a esta instituição o papel de agência bibliográfica nacional, estão criadas as condições para que ela o desempenhe.» A palavra “centro” é utilizada repetidamente. Vislumbra alguma ironia na sua utilização? Referir-se-á a Coordenadora do projecto nacional ao SIIB/Centro? Em algum momento o SIIB/Centro pretendeu ser ou se insinuou como agência bibliográfica nacional?

Lamento profundamente essas declarações porque as considero inexactas e injustas e basta ler este seu texto, minucioso e fundamentado, para provar que assim é. Essas insinuações, inclusivamente as da possível ironia da palavra “centro” naquele contexto, já me escaparam da memória que retenho daquelas “guerras de alecrim e manjerona” e, por isso, a esta distância, já não sou capaz de o confirmar ou de o negar! Confirmo, isso sim, que o SIIB/Centro nunca teve pretensões de ser ou de se insinuar como agência bibliográfica nacional e, de resto, tal não faria qualquer sentido e tão-pouco aquela estrutura teria suporte legal para que aquela função lhe pudesse ser atribuída.

4. A BGUC funcionava como “quartel-general” do SIIB/Centro. Na sua opinião, poderia a BGUC ter sido considerada centralizadora pelas demais bibliotecas?

Não tenho qualquer espécie de dúvida de que o papel então desempenhado pela BGUC, sobretudo como dinamizadora e coordenadora do projecto e, até — pasme-se! — como “quartel-general” do SIIB/Centro, não foi bem aceite por todas as Bibliotecas. Alguns dos seus Bibliotecários, e não só, nem sempre compreenderam as inúmeras vantagens de uma solução abrangente, os benefícios de uma entidade estar disponível para assumir a função motriz indispensável para o arranque e desenvolvimento do Projecto, as facilidades de natureza logística ou, sequer, a importância da BGUC como interlocutora privilegiada aos mais altos níveis, condições de que apenas uma Biblioteca com grande prestígio poderia dispor. E para ser sincera, não posso negar que, lamentavelmente, houve resistências e maledicências, guerras surdas que se traduziram de várias formas, em diferentes gradações e com consequências diversas, contribuindo para o desgaste do Projecto do SIIB/Centro, nomeadamente para o seu enfraquecimento ou até para a sua descredibilização e, seguramente, para a sua menor expansão e aceleração.

Muitas vezes pairava no ar um mau ambiente, nunca assumido frontalmente por alguns Colegas Bibliotecários, às vezes respaldados pelos próprios Presidentes dos Conselhos Directivos das suas Faculdades e/ou Departamentos. Mais uma vez, os complexos atrás invocados a propósito das relações da BN com o SIIB/Centro — do pioneirismo, do centralismo e do protagonismo — envenenavam o dia a dia, agora a nível local e/ou regional. E, como adiante se explicitará, não era apenas o papel da BGUC que estava em causa, mas também o da Coordenadora do Projecto...

O que mais lamento desses tempos era a falta de transparência e a dissimulação da parte de tantos que, não tendo a competência técnica necessária e suficiente para contestar o Projecto, nem a sinceridade e a frontalidade para expressar a sua oposição por quaisquer outros motivos não técnicos, o corroíam pelos pretextos mais torpes e mais mesquinhos! Outros manifestavam uma resistência passiva à mudança ou uma desconfiança permanentemente alimentada por exacerbados puritanismos tecnológicos e purismos técnicos que punham em causa os objectivos e as metas cronológicas que pretendíamos atingir. Numa comunicação que, em Dezembro de 1992, tive a ocasião de fazer a convite da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal⁹⁵, procurei identificar as exigências e as dificuldades de ordem psico-social na cooperação interbibliotecas que talvez ajudem a explicar uma boa parte dessas atitudes e desses comportamentos...

95 PERICÃO, Maria do Rosário — “Informatização e cooperação numa Rede de Bibliotecas: a propósito do Projecto do SIIB/Centro. Comunicação apresentada no III Encontro do Livro e da Leitura Pública do Distrito de Setúbal (Biblioteca Municipal do Barreiro, 9 e 10 de Dezembro de 1992)”. *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, Vol. 42, 1994, p. 319-334.

5. O programa utilizado pela BN viria a não satisfazer as necessidades da maioria das bibliotecas do SIIB/Centro. Tornou-se, por isso, necessário a aquisição de um novo programa compatível com o da BN, mas que suportasse todas as operações (catalogação, empréstimo, circulação, gestão de publicações periódicas,...). Nesta altura surgiu a oportunidade de a IBM disponibilizar o seu apoio à BGUC, através de um Acordo de Estudo Conjunto entre a UC e a IBM. Aquilo que foi uma oportunidade irrecusável tornou-se num processo sinuoso, que levou a que pedisse a sua demissão, em 1993. O que falhou em todo o processo? Considera que os anos dedicados ao estudo do programa e das suas funções, bem como a tradução de manuais, as formações, etc. ... foram uma perda de tempo?

A 1ª fase do Projecto que, como demonstra, vinha sendo animada e coordenada pela Dra. Maria Teresa Pinto Mendes chegara ao seu termo e o Conselho das Bibliotecas Participantes decidira, em 31 de Outubro de 1989, passar a uma 2ª fase do Projecto, porque há muito que estavam identificadas as dificuldades daquela primeira, precária e insatisfatória solução e se tornava claro que as exigências técnicas do SIIB/Centro e as dificuldades de relacionamento com a BN não seriam superadas.

Quando me foram atribuídas as funções de Coordenadora do Projecto tinha a incumbência de elaborar os estudos preparatórios para essa 2ª fase que incluía a criação de uma Base Regional de Dados Bibliográficos e de uma Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro tendo como pólos dinamizadores as Universidades de Coimbra, de Aveiro e da Beira Interior, bem como outras bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior não universitário e de organismos da Região Centro especializados em informação científico-técnica.

Durante cerca de 11 meses⁹⁶ procurei reflectir, esclarecer e fundamentar as razões de rejeição da solução que até aí vigorara e explicitar os parâmetros indispensáveis para uma solução com futuro, lancei um inquérito às Bibliotecas participantes para conhecer em pormenor a situação de cada uma delas, desdobrei-me em reuniões locais e regionais para discussões técnicas e de negociação, mantive contactos nacionais e alguns internacionais, estudei as características e assisti a demonstrações de programas, dei o meu contributo ao CIUC para garantir a satisfação das nossas necessidades relativamente à configuração da rede informática da Universidade — infraestrutura indispensável para o Projecto, mas incipiente na época —, coordenei tecnicamente a Proposta de candidatura das três Universidades ao Programa Ciência, estabeleci contactos e representei o SIIB/Centro em todas as instâncias que requeriam ou recomendavam a nossa presença e redigi vários textos preparatórios, memorandos, o “SIIB/Centro. Informação” e comunicações de divulgação e de fundamentação para tornar o Projecto credível e exequível.

Porém — e esta razão era, à época, muito grave e, até, determinante —, a Universidade não dispunha ou não disponibilizava as verbas necessárias para a aquisição de um programa e de um equipamento apropriado que teriam sempre custos muito avultados ou, sequer, resolvia os constrangimentos para a contratação dos indispensáveis técnicos informáticos e, por maior que fosse a justeza das nossas pretensões ou as insistências ao mais alto nível, sem que aqueles desideratos fossem satisfeitos num prazo relativamente curto, o Projecto teria abortado com consequências inimagináveis porque o caminho de retorno era já muito estreito, para não dizer inexistente.

A coincidência temporal — acredite-se ou não! — de ter sido sondada, através de um Professor da minha Faculdade, para a eventualidade de a Companhia IBM Portuguesa — aproveitando o facto de a Universidade de Coimbra estar, então, a celebrar o seu 7º Aniversário — pretender disponibilizar o seu apoio à BGUC através da celebração de um Acordo de Estudo Conjunto, pareceu-nos — ao

96 Desde Novembro de 1989 quando, na prática, passei a assumir as funções de Coordenadora até 19 Outubro de 1990, data em que apresentei, em Reunião Geral de Bibliotecários da Região Centro, uma comunicação sobre o projecto da 2ª fase.

saudoso Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, à Dra. Maria Teresa Pinto Mendes, nas suas qualidades, respectivamente, de Director e de Bibliotecária-Chefe da BGUC e a mim própria como Coordenadora do Projecto — uma oportunidade de ouro a ser explorada, tanto mais quanto aquela empresa era a responsável pelo *software* DOBIS-LIBIS, após a fase da sua criação e desenvolvimento pelas Universidades de Dortmund e de Lovaina. Ora sendo aquele programa um dos que garantia, satisfatoriamente, o cumprimento das exigências técnicas que havíamos formulado para a 2ª fase do Projecto, para além de um conjunto de vantagens adicionais que me dispense aqui de enumerar⁹⁷, seria questão de mera estultícia desprezar aquela oportunidade que, assim, se nos apresentava como irrecusável. Aliás, mesmo a esta distância temporal e tendo em conta os constrangimentos financeiros da época e alguma precariedade das soluções disponíveis, valerá a pena pensar como seria interpretada e justificável uma recusa liminar dessa oportunidade!

Porém, nem sempre a boa fé ou as mentes sãs se vêem contempladas com os resultados esperados e também aqui não houve excepções. Mal a notícia foi conhecida na Universidade e se aproximou a data de assinatura do Acordo de Estudo Conjunto com a IBM, estalou a suspeição, desencadeou-se uma agressiva guerra comercial da parte de outras empresas do ramo que exerceram abomináveis pressões — a que muitos, inclusivamente a altos níveis, parece que foram permeáveis — e multiplicaram-se os argumentos técnicos contra o facto de aquele programa “correr” apenas em equipamentos IBM (que, viemos a constatar, não eram benquistos na Universidade...)⁹⁸, como se outros programas não exigissem também soluções específicas do ponto de vista do *hardware*! Estes obstáculos — que provocaram sucessivos adiamentos da assinatura do Acordo, mesmo após o seu público anúncio — acabaram, finalmente, por ser ultrapassados *in extremis* e aquele veio a ser assinado no último dia do ano de 1990.

Contudo as estações dessa *Via Crucis* não estavam todas percorridas!

Como atrás se diz, também a nomeação da Coordenadora do Projecto foi objecto de surda contestação. O desafio fora-me lançado pelos dois maiores responsáveis da BGUC — Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro e Dra. Maria Teresa Pinto Mendes — e embora curiosa e inexplicavelmente apenas tenha sido nomeada por despacho reitoral de 21 de Junho de 1991, a verdade é que, logo a partir de Novembro de 1989, passei a exercer as funções de Coordenadora Geral do Projecto de criação e desenvolvimento da Rede de Informação Bibliográfica da Região Centro e de Coordenadora do Projecto de gestão informática das Bibliotecas da Universidade de Coimbra. Não me compete julgar os critérios que presidiram à minha escolha, mas certamente aqueles dois responsáveis tinham razões fundamentadas para o fazer e que, por pudor, me inibe de invocar. Pela minha parte entendi o encargo como natural, não apenas por uma questão geracional, como também pelo facto de, à época, ter sido a única Bibliotecária de Coimbra que “ousara”, nos idos anos de 1979/1980, frequentar em França uma pós-graduação⁹⁹ cujo plano de estudos continha cinco módulos (em onze) de informática documental e um Estágio de quatro meses num Laboratório de Informática Documental. Por outro lado, para o efeito, fora equiparada a bolseira pelo INIC e bolseira da SEC¹⁰⁰ e da relação contratual com essas duas entidades faziam parte duas contrapartidas — não apenas a de continuar vinculada ao Estado português, como também a de estar disponível para missões de especial relevância nas áreas da especialização que aquelas condições tinham permitido — e embora estas exigências não

97 Com efeito, as exigências de natureza técnica, bem como as características e vantagens adicionais do Programa DOBIS-LIBIS foram exaustivamente descritas em vários documentos citados.

98 Mais tarde, quando está em causa, de facto, a desistência do projecto DOBIS/LIBIS com a IBM, esses argumentos voltaram a ser invocados, agora com efeitos letais! “(...) o seu sistema operativo era pouco aberto e demasiado complexo, desconhecido da maioria dos técnicos da UC(...)” (Cf. a nota 61 do texto).

99 DESS — Diplôme d’Etudes Supérieures Spécialisées en Information Scientifique, Technique et Economique — Université Claude-Bernard de Lyon.

100 INIC — Instituto Nacional de Investigação Científica; SEC — Secretaria de Estado da Cultura.

tenham sido formalmente invocadas, por imperativo moral e forte noção de responsabilidade, senti-me obrigada a não negar o contributo que me estava a ser pedido e, na medida das minhas capacidades e forças, dar tudo por tudo para levar este barco a bom porto. Foi o sentido de missão e também o desafio e a paixão que me motivaram; e que outras razões poderiam justificar que alguém, a título totalmente gratuito¹⁰¹, se desdobrasse nesta tarefa suplementar, sem descurar as suas funções, já de si pesadas¹⁰², roubando horas ao sono e ao lazer e prescindindo de tudo o que a vida pessoal e social implica para encontrar tempo e energia com o único objectivo de contribuir para a solução dos problemas da informatização das Bibliotecas? Porém, desde o início das minhas funções, corriam rumores do desconforto de boa parte dos Bibliotecários da BGUC por aquela missão ter sido atribuída a uma “intrusa” que não pertencia aos seus quadros, bem como se especulava em surdina sobre os presumíveis proventos que reverteriam para a Coordenadora como pagamento desse trabalho ou, até, sobre encapotadas benesses pessoais que poderiam advir da... empresa! Não sendo ingénua, desde o início encarei estes sussurros com o maior desportivismo pelo facto de estar de consciência perfeitamente tranquila, mas não posso deixar de confessar, mesmo a esta distância, os incómodos desgastes que iam provocando, sobretudo porque, mais uma vez, estes comportamentos eram subterrâneos e traiçoeiros, próprios da perversidade da mente humana que projecta nos outros os seus próprios fantasmas, ambições e contradições, como bem avisou Papá Freud!

Do ponto de vista técnico não nego que havia dificuldades, apesar da enorme dedicação de um qualificado Técnico da IBM, mas nada que não pudesse ser ultrapassado com tempo, trabalho e vontade da parte de todos os implicados. Contudo, as dúvidas eram constantes tal como as exigências — algumas legítimas, outras superáveis, outras extravagantes —, triturando o processo, emperrando a progressão e esgotando os principais protagonistas.

Pessoalmente, nunca considerei que essas longas horas e esforços fossem uma perda de tempo porque foram oportunidades de aprendizagem e, no trabalho profissional como na vida, há sempre um retorno positivo mesmo que as experiências não apresentem os resultados esperados. Outros não sei se pensarão o mesmo! De qualquer forma, tive sempre muita dificuldade em perceber os motivos de uma reacção tão visceral ao DOBIS/LIBIS e, tão-pouco, se encontra documentação que a fundamente ou a sustente, sobretudo quando era certo que aquele programa se encontrava em funcionamento, por essa Europa ou mundo fora, em Bibliotecas tão prestigiadas e, certamente, também elas tão exigentes!¹⁰³

Como a experiência com o programa Libertas veio a demonstrar, também neste caso foram necessários esforços e longos tempos de espera e de trabalhos adicionais para satisfação das exigências locais e pleno funcionamento do programa, agravados por contratempos exógenos que, poucos anos mais tarde, como neste seu texto demonstra, obrigaram à escolha de um novo programa — agora o Millennium — e, apesar desses imponderáveis, foi enorme e contrastante a capacidade de tolerância, de transigência e de boa vontade...

101 Os dois responsáveis da BGUC chegaram a abordar comigo a questão de uma eventual compensação monetária por aquele trabalho, mas liminarmente rejeitei essa hipótese com a ameaça de demissão imediata, porque apenas através de um trabalho voluntário sentia que poderia salvaguardar a minha total independência e liberdade!

102 Ao tempo, exercia as minhas funções de Bibliotecária responsável pela Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e, em horário pós-laboral, as de Assistente Convidada do Curso de Especialização em Ciências Documentais.

103 De facto, o programa DOBIS/LIBIS, concebido pela Universidade de Dortmund (RFA) e de Leuven (Bélgica) — DOBIS (Dortmunder Bibliothekssystem) e LIBIS (Leuvens Integraal Bibliotheek Systeem) — à data de 1991 (existia há cerca de 15 anos) estava difundido por mais de 1.000 bibliotecas repartidas por cerca de 170 instalações espalhadas por mais de 30 países, nomeadamente europeus e, muito especialmente, em importantes e prestigiadas bibliotecas, não apenas universitárias e especializadas como também em bibliotecas nacionais e públicas.

6. A sua demissão de Coordenadora do SIIB/Centro coincide com o esmorecimento do próprio projecto. O que contribuiu, na sua opinião, para a extinção do SIIB/Centro? A incapacidade de encontrar um sistema de gestão bibliográfica compatível com as necessidades de todas as bibliotecas cooperantes? O desgaste do próprio projecto e/ou a inviabilidade de um projecto dessa natureza poder ser aplicada a um tão grande número de bibliotecas? O facto de a coordenação do projecto ter passado a ser feita por uma bibliotecária da BGUC?

Devo esclarecer, porque o não fiz até agora, que a minha demissão como Coordenadora do Projecto ocorreu em 30 de Setembro de 1993, após a realização, em Coimbra, da 12ª Reunião Anual do Grupo de Utilizadores DOBIS/LIBIS. Apesar do grande dinamismo daquele Grupo e das notáveis comunicações apresentadas durante esse congresso, nos 15 dias que se seguiram, continuei a ter a percepção da indiferença que o Projecto DOBIS/LIBIS suscitava entre boa parte dos Colegas Bibliotecários e, ponderados que foram sendo, ao longo do processo, todos os condicionalismos que não permitiam o seu avanço e o desgaste de, praticamente, quatro penosos anos de trabalho, tomei a difícil decisão de apresentar a minha carta de demissão ao Senhor Director da BGUC. Dela permito-me destacar certos parágrafos que corroboram algumas das afirmações que atrás fiz.

“...Creio não ser o momento propício para relatar, circunstanciadamente, as diligências a que me obriguei para tornar o Projecto do SIIB/Centro viável e credível, inventariar as situações de desgaste a que fui submetida durante todo o processo nem, tão-pouco, para assinalar a falta de reconhecimento que tais esforços implicaram no contexto da minha vida profissional e pessoal.

Tenho a consciência plena e tranquila de que, ao longo de quatro anos, dediquei a este Projecto, gratuitamente e com encargos de variada natureza, o meu maior empenho e as minhas melhores energias, apenas movida pelo objectivo de contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas de informatização das Bibliotecas da Região Centro.

Porém, por circunstâncias que me são totalmente alheias, e apesar do tempo entretanto decorrido, é meu entendimento que continuam sem se encontrar reunidas as condições indispensáveis para que faça qualquer sentido prosseguir os esforços de coordenação de um Projecto que carece de vontade política, de recursos, de empenhamento e de medidas decisivas que ponham, definitivamente, termo à situação de impasse e de arrastamento em que se encontra.

Porque confio nas virtualidades do Projecto tal como foi concebido e porque quero ainda acreditar que os responsáveis pela política universitária e os profissionais nele envolvidos não deixarão de assumir as suas responsabilidades, estou certa de que o meu auto-afastamento não só não prejudicará o processo em curso como poderá ainda facilitar as tarefas que ora se exigem, sobretudo da parte de quantos, ao longo de todo este tempo, criaram resistências ou puseram em causa, por várias formas, a minha escolha ou as minhas posições como Coordenadora.

Assiste-me também a certeza de que a solução informática escolhida para a resolução dos problemas das Bibliotecas da Região Centro foi correcta e nessa certeza sou acompanhada pelo vultuoso número de prestigiadas instituições em todo o mundo como, ainda recentemente, se provou aquando da realização em Coimbra, de 14 a 17 do corrente mês, da 12ª Reunião Anual do Grupo de Utilizadores DOBIS/LIBIS...”

Foram insistentes as diligências feitas pelo Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro e pela Dra. Maria Teresa Pinto Mendes para me demover desta decisão que, para mim, era inabalável, mas nunca, por

eles ou pelo Senhor Reitor — a quem a cópia da carta foi remetida pelo Director da BGUC —, foram contestadas ou sequer pedidas justificações de qualquer uma das afirmações que nela fiz, o que confirma a lucidez e o sentido crítico com os quais, à época, analisei o problema.

A partir daquela data remeti-me, voluntariamente, ao silêncio e a uma posição de discrição, que me permito considerar exemplares, para não perturbar, de alguma forma, o que se seguiria. Por isso, a partir daí, a opinião que posso expressar é, necessariamente, vaga ou pouco fundamentada. A minha intenção não era, obviamente, a do esmorecimento do Projecto ou o da extinção do SIIB/Centro. Bem pelo contrário, esperava que esse “choque” do meu auto-afastamento — tendo sempre a consciência de que ninguém é insubstituível! — provocasse uma tal reflexão que levasse a que os Colegas Bibliotecários se concentrassem à volta do que era essencial, mas admito, em tese, que os impasses podem ter provocado alguma dispersão — uns estavam cansados da espera porque, imaturamente, queriam resultados imediatos, outros estavam “forçados” pelas suas instituições e aproveitaram a oportunidade para a fuga, outros ainda foram, legitimamente, à procura de soluções próprias.

Não creio que tenha sido a dificuldade de encontrar um sistema de gestão bibliográfica compatível com as necessidades de todas as bibliotecas cooperantes, mas talvez a questão financeira tenha pesado, pois além de um prometido, mas insuficiente, subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁰⁴, se bem me lembro, a Universidade continuava sem disponibilizar verbas para uma nova fase. O facto de a coordenação do Projecto ter passado a ser feita por uma Bibliotecária da BGUC talvez satisfizesse, maioritariamente, os Colegas desta instituição, mas de certa forma pode ter sido encarada pelas outras Bibliotecas como um reforço da centralização. Em todo o caso, creio que isto não foi minimamente determinante.

7. Numa entrevista dada em 2004, o ex-Director da BGUC, o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, afirmou que “se tivesse querido fazer a informatização [apenas] da Biblioteca Geral, teria sido mais fácil, infinitamente mais fácil”. Concorda com ele? Num processo desta dimensão e com esta importância, poderia a BGUC ter agido sozinha?

É óbvio que o Senhor Director da BGUC tinha toda a razão! Teria sido muitíssimo mais fácil se a BGUC tivesse avançado sozinha. Tinha, naturalmente, toda a legitimidade para o fazer, mas ainda bem que não avançou por aí e que persistiu, décadas a fio, numa solução global que, no mínimo, permitiu às Bibliotecas da Universidade uma solução comum.

NOTA FINAL

Sejam-me permitidas algumas considerações finais.

Passados que estão vinte anos sobre a minha demissão de Coordenadora, longe estava de imaginar que, alguma vez, a história do Projecto do SIIB/Centro se viria a fazer e que voltaria a ser chamada a reflectir sobre o assunto — quer através da leitura atenta deste trabalho, quer deste testemunho pessoal.

¹⁰⁴ Várias foram as diligências feitas pelo Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro junto de diversas entidades — e entre elas a FCG — para a obtenção de subsídios, tentando, assim, ultrapassar o grave impasse dos constrangimentos financeiros da Universidade. Desse empenhamento dou aqui testemunho porque tive o gosto de o acompanhar, nomeadamente para a apresentação do extenso “Relatório do Projecto do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Região Centro (SIIB/Centro)” por mim elaborado (embora tenha entendido e decidido não o assinar) em Fevereiro de 1993 com a específica finalidade de fundamentar, circunstanciadamente, o Projecto.

Desenterrar papéis há muito submersos e, sobretudo, resgatar memórias dum período de 40 a 20 anos (1973 a 1993) não é um exercício isento de dificuldades — materiais, de memória e de inevitáveis emoções! Entendi, porém, que não tinha o direito de negar o meu modesto contributo para esta longa história da automatização das Bibliotecas da Universidade de Coimbra. Várias foram as páginas que escrevi durante aqueles pesados anos de trabalho, procurando cingir-me, unicamente, às questões de natureza técnica, embora paralelamente houvesse um enredo decorrente de atitudes e comportamentos que apenas agora foi possível descortinar.

Esta história podia e devia ter sido outra! E não foi por questões técnicas que se perderam décadas nos meritórios e pioneiros esforços da BGUC porque aquelas, com mais estudo e não menor trabalho, são sempre superáveis.

Esta é também uma história de pessoas. Com inseguranças, limitações, fraquezas e resistências, sobretudo à mudança. De tudo isso e de muito mais — para o melhor e para o pior — é feita a natureza humana que apenas muda se assim o quisermos.

Esta é ainda uma história das instituições e dos poderes públicos deste País. Das suas insensibilidades, das suas indiferenças, dos seus desvios e das suas incompreensíveis faltas de estratégia!

Por último algumas palavras de justa homenagem e de agradecimento.

À memória do Senhor Doutor Aníbal Pinto de Castro pela permanente lealdade, solidariedade e pela saudade que me deixou.

À minha Colega e Amiga Maria Teresa Pinto Mendes pela sua inabalável persistência e confiança em mim depositada.

À memória do Senhor Dr. Jorge Peixoto com quem aprendi as “primeiras letras” da profissão de Bibliotecária e que tanto contribuiu para estimular o meu espírito crítico.

À autora deste trabalho, Colega Carla Ferreira, que apenas a este propósito conheci e que passei a admirar pela coragem de entretecer esta complexa história que não viveu, mas cujo fio condutor foi capaz de encontrar — e de segurar — no meio de tantos, e por vezes contraditórios, documentos e relatos, o meu reconhecimento.

Maria do Rosário Pericão

(Página deixada propositadamente em branco)

Anexo 4

Entrevista à Dr.^a Paula Fernandes Martins

Exm.^a Dr.^a Paula Fernandes Martins

Em 2012, no âmbito das Comemorações dos 500 de Existência da Biblioteca da Universidade de Coimbra, foi-me solicitado que escrevesse um capítulo sobre a história da informatização da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra que deverá integrar uma obra sobre a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Aceitei o desafio prontamente, mas cedo verifiquei que tinha matéria para mais do que um capítulo. O resultado final desse trabalho de investigação originou nas páginas que lhe envio e que teria muito gosto que lesse.

A Dr.^a Paula Fernandes Martins acompanhou de perto a adaptação e implementação dos vários sistemas de gestão bibliográfica utilizados pela BGUC ao longo dos últimos 20 anos. Julgo que a história desta fase da BGUC ficará muito mais completa e resultará mais esclarecedora com o seu testemunho pessoal.

Em anexo, seguem algumas questões a que gostaria que respondesse. Solicito ainda autorização para publicar essas respostas juntamente com o trabalho que envio.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e seu contributo para este meu trabalho.

Muito grata,

Coimbra, 22 de Março de 2013

(Página deixada propositadamente em branco)

1. A BGUC funcionava como “quartel-general” do SIIB/Centro. Poderia ter sido considerada centralizadora pelas demais bibliotecas?

A Biblioteca Geral foi centralizadora, no melhor sentido do termo, enquanto responsável pela coordenação. Nenhuma outra biblioteca da Universidade de Coimbra, pela sua natureza e pelo reduzido número de bibliotecários adstritos a cada uma delas, teria condições, logísticas e de ordem técnica, para, sozinha, impulsionar e protagonizar um processo de informatização desta envergadura. Quando, entre 1989 e 1993, essa responsabilidade esteve atribuída à bibliotecária da Faculdade de Economia, não pôde a nova coordenadora dispensar o apoio técnico e administrativo da BGUC, nem a utilização das suas instalações.

Também a localização da Biblioteca Geral em Coimbra favorecia o desempenho dessa função centralizadora, relativamente ao seu colaborador na concepção do sistema, os Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro, em virtude do grande número de bibliotecas e serviços de documentação existentes na cidade. Foi assim natural que a Biblioteca da Universidade acolhesse a sede do SIIB e chamasse a si a coordenação do projecto, o que lhe proporcionava, ao mesmo tempo, o cumprimento da sua missão de “biblioteca central que mantém o Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra [e de Aveiro]”, que, então, se pretendia alargar à Zona Centro.

2. Considera que o processo de informatização das bibliotecas portuguesas teria saído beneficiado e mais agilizado se as relações entre a BN/Portbase e a BGUC/SIIB/Centro tivessem sido mais cordiais no final da década de 80?

Não necessariamente. Algumas divergências e atritos não foram suficientes para suspender ou abrandar significativamente o processo. Se a Biblioteca Nacional, em reunião de Outubro de 1986, não aceitou integrar um bibliotecário da BGUC na sua formação interna em Unimarc, o SIIB/Centro torceu essa dificuldade, recorrendo ao seu Grupo de Trabalho de Formação (Ofº BGUC 63/189 de 18 de Fevereiro de 1987); posteriormente, algumas dificuldades e faltas de informação ligadas ao formato e ao programa Mini-Micro CDS/ISIS ficariam sanadas numa reunião entre as Direcções da BN e da BGUC (que transmitia as suas posições e as dos GTs de Formação e de Apoio Informático do SIIB/Centro) e em duas reuniões de carácter técnico que a BN aceitou realizar com bibliotecários da Biblioteca Geral, representantes dos mesmos GTs de Formação e de Apoio Informático, em Janeiro de 1989.

3. No início da década de 90, a opção por um sistema de gestão bibliográfica que fosse ao encontro das necessidades das bibliotecas universitária levou a um processo de grande desgaste do projecto de informatização das bibliotecas do SIIB/Centro — o Acordo de Estudo Conjunto entre a UC e a IBM. Como recorda todo o processo de estudo e adaptação do programa DOBIS/LIBIS, agora à distância de mais de 20 anos. Foi um período importante de estudo e aprendizagem ou foi uma perda de tempo? Poderia ter-se ido por outro caminho?

Tal como foi apresentado o Acordo de Estudo Conjunto, a fase DOBIS/LIBIS não poderia ter sido ultrapassada; mas foi evidente em dado momento, como ficou claro em várias reuniões e através de relatórios, que se deveria ter abandonado mais cedo a tentativa de colocar o programa em execução.

4. Abandonado o programa DOBIS/LIBIS, avançava-se para a aquisição do Libertas, em 1995. Nesta altura, o SIIB/Centro começava a evidenciar algum desgaste: o Libertas já não iria servir todas as bibliotecas cooperantes (as bibliotecas da Universidade de Aveiro já tinham adquirido um sistema próprio, por exemplo). Além disso, aquilo que pretendia ser um projecto alargado a todas as bibliotecas da UC acabou por limitar-se às bibliotecas de algumas Faculdades. Este afunilamento foi inevitável para a consecução do projecto de informatização? Terá sido este projecto de informatização das bibliotecas da UC e da região Centro, na sua génese, demasiado ambicioso?

A limitação do projecto a um número restrito de bibliotecas não foi inevitável; foi uma opção. Entendeu-se que seria mais vantajosa uma experiência com poucas instituições para que, uma vez testado o funcionamento do sistema, este se pudesse abrir, com maior segurança e eficácia, à participação de todas as outras bibliotecas, principalmente às bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Sem a ambição inicial não se teria gizado o projecto SIIB, não se teriam constituído 7 Grupos de Trabalho (catalogação, indexação, formação, apoio informático, conversão retrospectiva, processamento de analíticos e difusão regional de informação), não se teriam formado bibliotecários e técnicos das Universidades de Coimbra, Aveiro, Beira Interior, da Faculdade de Economia do Porto, das Bibliotecas Municipais de Coimbra, Figueira da Foz, Porto e Braga, do Centro de Estudos de Formação Autárquica (Coimbra), da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, da Escola Superior Agrária de Coimbra, das Escolas Superiores de Educação de Coimbra, Castelo Branco, Santarém e Viseu, do Instituto de Clínica Geral da Zona Centro, da Escola Superior de Tecnologia de Viseu, do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, da Biblioteca dos Hospitais da Universidade de Coimbra, do Instituto Português de Oncologia (Coimbra), da Escola de Enfermagem Pós-Básica Dr. Ângelo da Fonseca, do Instituto Politécnico da Guarda.

Como escrevi numa crónica publicada em *Rua Larga* (Jan. 2004), esse trabalho e a formação efectuada *ajudaria[m] a passar do papel para a máquina e, mais tarde, já com os recursos de cada um, da consulta e informação local para a consulta e informação à distância.*

5. Numa entrevista dada em 2004, o ex-Director da BGUC, o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, afirmou que “se tivesse querido fazer a informatização [apenas] da Biblioteca Geral, teria sido mais fácil, infinitamente mais fácil”. Concorda com ele? Num processo desta dimensão e com esta importância, poderia a BGUC ter agido sozinha?

Sem dúvida. O trabalho de informatização seria executado muito mais fácil e rapidamente se incidisse apenas sobre os circuitos e especificidades de uma só biblioteca, a Geral, neste caso, que possuía bibliotecários tecnicamente bem preparados e poderia obter, como obteve, o apoio informático de que necessitava, conseguindo a integração de uma engenheira informática nos seus quadros. A preparação e competência desses seus bibliotecários tornou-os interlocutores naturais, primeiro da Biblioteca Nacional, quer relativamente ao formato, quer às aplicações informáticas decorrentes do programa Mini Micro CDS/ISIS, em seguida, no período DOBIS/LIBIS, do informático da IBM e de um bibliotecário da Universidade de Lovaina, e, por fim, com os sistemas Libertas e Millennium, dos técnicos ingleses e norte-americanos das empresas fornecedoras de *hardware* e *software* na questão sensível da migração de dados entre sistemas. Também a eles se ficou a dever a elaboração da maior parte dos manuais e a responsabilidade pela grande maioria das acções de formação.

Nestas circunstâncias, a Biblioteca Geral poderia ter-se limitado à sua própria informatização, ignorando as outras bibliotecas da UC ou da Região Centro; mas, agindo dessa forma, estaria a esquecer a sua missão de biblioteca coordenadora do Catálogo Colectivo, a pôr em causa a informatização desse Catálogo e, portanto, a construção de uma base cooperativa informatizada.

Entendeu, pois, ser seu dever levar a cabo a coordenação e concertação de visões e políticas distintas das várias bibliotecas, no sentido de se estabelecerem linhas directrizes tendentes a garantir a uniformidade de procedimentos e a consistência técnica nos serviços prestados. *Com mais ou menos polémica, com mais ou menos resistência, cumpriu, com êxito, esse papel.*

6. Em 2003, nas Linhas gerais para uma política de informação na Universidade de Coimbra, da autoria da Dr.^a Paula Fernandes Martins e outras bibliotecárias da UC, defendem as autoras que “a Biblioteca Geral deve desempenhar, a par do seu papel de biblioteca pública (...) uma função de agência local de coordenação que, historicamente, lhe vem sendo cometida e que, [até à data], como mais ou menos polémica, com mais ou menos resistência, tem vindo a cumprir”. Considera que a BGUC foi eficaz durante todo o processo de informatização das bibliotecas da UC? Foi a BGUC verdadeiramente uma agência local de coordenação?

Será difícil negar a eficácia da BGUC na gestão do processo de informatização. Duvido que se tivesse atingido o nível de desenvolvimento em que se encontram hoje as bibliotecas da UC, sem o impulso inicial, a determinação e liderança permanentes da Biblioteca Geral, com falhas, ou sem elas.

O seu papel de agência local de coordenação foi evidente. Deve-se à Biblioteca, em 1985, a iniciativa “[dos] primeiros contactos formais com os Presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades da Universidade de Coimbra [para a criação de um sistema de informação bibliográfica] na sua qualidade de “biblioteca central que mantém o Catálogo Colectivo da Universidade”. E o protocolo assinado em 1986 com a BN visava não apenas a informatização da Biblioteca Geral, mas a informatização e a participação na PORBASE de todas as bibliotecas da UC e da Região Centro.

A formação inicial de bibliotecários e técnicos, organizada pela BGUC desde 1987, foi o ponto de partida para a primeira fase de informatização das bibliotecas participantes no SIIB/Centro, com normas técnicas provenientes dos Grupos de Trabalho, previamente estudadas, discutidas e aceites pelas diferentes bibliotecas. Ultrapassada esta etapa e para suprir a falta de uma infra-estrutura informática que permitisse a ligação em rede dos recursos bibliográficos, não desperdiçou a oportunidade oferecida pela IBM de utilizar o programa DOBIS/LIBIS, mas também não abandonou o seu propósito quando esta tentativa se gorou.

Tendo obtido os apoios financeiros necessários para adquirir, em 1995, o primeiro sistema integrado, modular e em linha (cuja parametrização e formação estiveram a seu cargo), ficou a dever-se-lhe, e às bibliotecas participantes neste projecto piloto, a primeira base cooperativa informatizada da Universidade de Coimbra, apresentada publicamente em 25 de Junho de 1997. Foi ainda a BGUC, com a credibilidade que lhe advinha da sua dinâmica e dos resultados da sua acção coordenadora, que conseguiu, em 2001, o envolvimento oficial da Reitoria no processo de concurso público para aquisição do actual sistema.

Este percurso será uma marca indelével na história recente da Biblioteca Geral da Universidade.

7. A Dr.^a Paula Fernandes Martins sempre foi uma defensora acérrima da função central e coordenadora da BGUC junto das outras bibliotecas da UC. Voltou a justificar esse carácter de biblioteca central num documento de 2004, “Funções da Biblioteca Geral da Universidade” que não chegou a ser publicado. No entanto, os membros do Grupo do Trabalho para a Reorganização e Reestruturação das Bibliotecas da Universidade de Coimbra entenderam que esse papel de coordenação não havia de caber mais à BGUC e o relatório deste GT, aprovado pelo Senado em 2007, conduziu à criação de um novo serviço coordenador das bibliotecas da UC, o Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC). Como entende esta decisão e, na sua opinião, o que a motivou?

Sempre discordei da decisão, cuja origem, pelo menos em parte, terá estado no desconhecimento da história da Biblioteca Geral, logo das suas características e do papel que lhe caberia no contexto das restantes bibliotecas universitárias. Um certo voluntarismo, creio, levou a ignorar, ou a não querer (re) conhecer, o trabalho desta Instituição na coordenação das bibliotecas da UC, trabalho gradualmente desenvolvido ao longo de mais de um século, vindo a criar-se um serviço que deveria absorver as funções até aí desempenhadas pela BGUC.

Menosprezou-se incompreensivelmente o *Regulamento da Biblioteca*, aprovado em sessão plenária do Senado e publicado no *Diário da República, II Série*, de 13.10.1997 que deixava expresso no nº 2 do Artº 2º que “compete à BGUC a coordenação de serviços comuns a todas as bibliotecas da Universidade, nomeadamente o Serviço de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra”.

E duas bibliotecárias da Universidade — da Biblioteca Geral e da Faculdade de Ciências e Tecnologia —, que vieram a integrar Grupo de Trabalho para a Reorganização e Reestruturação das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (inicialmente, nenhuma biblioteca da UC estava sequer representada nesse Grupo), apesar de co-autoras do documento “Linhas gerais para uma política de informação na Universidade de Coimbra” não tiveram a capacidade, ou a força e persuasão necessárias, para conseguir alterar a decisão final do Grupo de Trabalho.

Criou-se um serviço coordenador na dependência directa da Reitoria. Não obstante e ironicamente, ficou sediado na Biblioteca Geral “**por razões históricas, regulamentares e funcionais**”, dela dependendo financeiramente e tendo a dirigi-lo, em manifesto conflito de interesses, o Director da BGUC.

8. Apesar de a criação do SIBUC, a BGUC continuou (i) a ser a ligação com a PORBASE, (ii) a manter o depósito e tratamento das dissertações de mestrado e teses de doutoramento da UC, (iii) a coordenar e normalizar os procedimentos técnicos, (iv) a coordenar o controlo de autoridades,... funções que sempre assegurou e que, embora agora passassem a ser feitas informaticamente, eram na sua essência funções “tradicionais” da biblioteca. A criação do SIBUC surge numa altura em que as colecções das bibliotecas começam a ser cada vez mais digitais (projectos de digitalização, bases de dados, documentos em formato digital,...). A BGUC estava preparada para fazer a gestão e coordenação de bases de dados bibliográficas e projectos de digitalização das várias bibliotecas da UC, por exemplo?

Com certeza, desde que tivesse os equipamentos técnicos e os meios humanos suficientes para tal. A Biblioteca Geral fizera muito mais, ao gerir e coordenar todo o processo que conduziu à informatização das bibliotecas, pelo que a gestão e coordenação de bases de dados, projectos de digitalização, etc., não constituiriam problemas insolúveis.

No já citado texto de 2003, “Linhas gerais para uma política de informação na Universidade de Coimbra”, entre as funções que as autoras entendiam dever ser as da Biblioteca Geral encontrava-

-se a coordenação do processo de digitalização de documentos, no âmbito do qual poderá caber à Biblioteca Geral a coordenação de um serviço de difusão, em suporte electrónico, de teses de mestrado e doutoramento e sua eventual ligação/protocolo com o projecto DiTeD; e em Novembro de 2004, na nota sobre as funções da Biblioteca Geral, cuja publicação foi impedida, mas que enviei ao Presidente do Grupo de Trabalho para a Reorganização e Reestruturação das Bibliotecas da UC, escrevi que [Caberá à BGUC], *na linha da sua vocação coordenadora, continuar a manter o depósito e tratamento de teses de mestrado e de doutoramento de professores e investigadores da UC, criar uma base própria incluída no OPAC da Universidade (terão de rever-se, nesta matéria, as atribuições do Serviço de Documentação e Publicações da Universidade), fomentar o depósito de versões digitais e apressar a adesão ao projecto DiTeD (teses e dissertações digitais) da BN. Conseguir, ainda, a aprovação de um regulamento que lhe atribua o estatuto de biblioteca depositária da restante produção científica da Universidade, permitir-lhe-á coordenar, por seu turno, a recolha e tratamento dessa documentação, bem como a sua difusão através de repositórios impressos e em linha.*

Entre 1999 e 2002, a Biblioteca participara já, com a digitalização de exemplares de tipografia portuguesa do século XVI, no Projecto DEBORA (*Digital Access to BOOks of RennAissance — UE Telematics for Libraries Programm*). Mas, em 2004-2005, inicia o processo de construção da sua própria biblioteca digital, a *Biblioteca Geral Digital* (BGD), digitalizando obras do seu fundo patrimonial e, também, os seus catálogos impressos de Manuscritos e de Miscelâneas que colocou *em linha*, com possibilidade de pesquisa, ao lado da Base SIIB/UC.

Com os conhecimentos e a experiência então adquirida, pôde apoiar tecnicamente as bibliotecas que também se empenharam em processos idênticos — a biblioteca do Departamento de Botânica, primeiro, e, mais tarde, as bibliotecas da Faculdade de Letras e da Faculdade de Direito.

E a Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra, *Alma Mater*, coordenada já pelo SIBUC, teve o seu trabalho naturalmente facilitado e veio a replicar, na sua estrutura e índices, o que fora concebido pela Biblioteca Geral para a sua BGD.

Também no que respeita à divulgação das teses noutros suportes, já em 1991 a Biblioteca Geral tinha integrado um grupo *ad hoc*, constituído por bibliotecários das Universidades de Aveiro, Coimbra e Clássica de Lisboa, que propôs ao Conselho de Reitores, sem sucesso, a reprodução/digitalização retrospectiva de teses de doutoramento, em microfichas e em CD-Rom. Com a instalação do sistema Millennium, iniciou contactos com o Serviço de Documentação e Publicações da Universidade, tendo em vista racionalizar e concentrar tarefas, e uniformizar, modernizando-os, os circuitos e o tratamento e difusão de informação relativa a este tipo de documentos, quer em suporte impresso, quer em suporte digital. O *Estudo Geral* (Repositório Digital da Produção Científica da Universidade de Coimbra), criado no âmbito do SIBUC em 2008, encontrou muito caminho já andado.

O acompanhamento do que se passava a nível nacional e internacional, o conhecimento que ia tendo da evolução tecnológica na sua área, a atenção às expectativas e necessidades dos utilizadores, permitiam à Biblioteca Geral da Universidade saber por onde e como prosseguir.

9. Os regulamentos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Serviço Integrado de Bibliotecas da Universidade de Coimbra são claros quanto à colaboração que deve haver entre os dois serviços. Como é a colaboração entre os dois serviços? Poderia a BGUC existir sem o SIBUC e vice-versa?

A Biblioteca da Universidade tem vários séculos; o SIBUC existe há meia dúzia de anos e ergueu-se sobre uma estrutura com muita experiência acumulada (data de 1901 o decreto que atribui à Biblioteca Geral o carácter de *biblioteca central*, no sentido de coordenadora e difusora de recursos próprios e das outras bibliotecas universitárias, então designadas por “annexas, constituindo todas a Bibliotheca da Universidade”). Não admira, pois, que em tantas alíneas do Regulamento do SIBUC se encontre a expressão “em colaboração com a BGUC” — um eufemismo, na verdade.

O Regulamento do SIBUC e o actual Regulamento da BGUC são bem o reflexo do que não se devia ter feito, e mostram como a Biblioteca Geral, através dos seus bibliotecários e técnicos, continua a ser indispensável para o cumprimento de uma grande parte da missão e funções do Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Paula Fernandes Martins
Outubro/Novembro de 2013